



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PIMES

ANÁLISE DA MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA NO NORDESTE

Renata de Melo Caldas

Orientador: Prof. Yony de Sá Barreto Sampaio

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Recife, Março de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PIMES

ANÁLISE DA MULTIDIMENSIONALIDADE DA POBREZA NO NORDESTE

Aluna: Renata de Melo Caldas

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, para obtenção do título de Mestre em Economia, junto ao Programa de Pós-Graduação Economia - PIMES, na área de Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Yony de Sá Barreto Sampaio

Recife, Março de 2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C145a	Caldas, Renata de Melo Análise da multidimensionalidade da pobreza no nordeste / Renata de Melo Caldas. - Recife : O Autor, 2012. 83 folhas : il. 30 cm. Orientador: Prof. Dr. Yony de Sá Barreto Sampaio. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2012. Inclui bibliografia. 1. Pobreza – Brasil, Nordeste. 2. Habitação. 3. Consumo. I. Sampaio, Yony de Sá Barreto (Orientador). II. Título. 339.46 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2012 – 024)
-------	--

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PIMES

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA DE:

RENATA DE MELO CALDAS

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Renata de Melo Caldas APROVADA.

Recife, 09/03/2012

Prof. Dr. Yony de Sá Barreto Sampaio
Orientador

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
Examinador Interno

Prof. Dr. Luiz Honorato da Silva Junior
Examinador Externo/UFPE/Campus de Caruaru

À minha vó, Vanda Duarte,
pelos seus ensinamentos e sua delicadeza de ser.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me acompanharam de perto (ou quase isso) durante esses dois anos de mestrado. Minha família, que segurou a barra durante o primeiro período, com minhas crises de pessimismo e minhas histórias repetitivas. Ao meu bom Deus, por não ter desistido de mim, e de não ter me permitido desistir em todas as vezes que eu tentei.

À Diogo Baerlocher, por tudo. Paciência, carinho, dedicação. Não só na vida acadêmica, mas também na minha história.

Aos meus amigos do PIMES, que fizeram dos meus dias muito mais que especiais. Entre eles, destaco Henrique Veras, Igor Ézio, Rodrigo Arruda, Lucas Motta, Synthia Santana e Sammara Cavalcanti. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos professores do PIMES, em especial ao professor e orientador Yony Sampaio, que tantas vezes me mostrou a importância deste trabalho, quando muitas vezes eu descreditei; e ao professor Alexandre Rands, por ter me proporcionado uma visita à Universidade de Illinois em Urbana-Champaign durante o segundo semestre de 2011, muito importante para o meu crescimento profissional e pessoal.

Aos amigos que fiz no *Regional Economics Applications Laboratory* (REAL), agradeço por ter sido acolhida tão bem por todos, e por ter vivido momentos maravilhosos com eles.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que financiou todo o período do mestrado.

Enfim... mais um ciclo se fecha. E, acreditem, sem vocês teria sido tudo muito diferente. Vocês foram essenciais na minha vida.

RESUMO

A pobreza vista apenas como insuficiência de renda já tem sido questionada há muitos anos na literatura. Muitos trabalhos tentaram entender a pobreza, criando índices de multidimensionalidade, incluindo variáveis de educação, trabalho, habitação, entre outros, em um único indicador. Este trabalho, no entanto, tem o objetivo de mapear a pobreza no Nordeste do Brasil no que concerne à carência de itens de consumo e habitação, além de contrastá-los com a insuficiência de renda, de tal modo que não torne a mensuração da pobreza uma questão arbitrária. Para tanto, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2009, o mais recente disponibilizado pelo instituto. Foram estimadas sobreposições entre três variáveis de habitação (acesso a energia elétrica, saneamento e água canalizada) e consumo de bens duráveis (geladeira, televisão e fogão), de modo que se pudesse observar tanto em termos percentuais quanto absolutos, aqueles domicílios que não possuem acesso a esses bens. Dentre os principais resultados, destacam-se a as regiões Norte e Nordeste como as que apresentam maiores percentuais de domicílios sem acesso aos itens de habitação e consumo, sendo o Nordeste o pior em termos absolutos. Na dimensão de habitação, o item mais escasso é a água canalizada, seguido pelo esgotamento sanitário e energia elétrica. Esta sequência ocorre tanto em áreas urbanas quanto nas rurais do Nordeste. Na dimensão de consumo, o item geladeira é o que mais falta nos domicílios brasileiros. Além disso, a diferença de acesso entre domicílios das áreas urbanas e rurais é enorme. No Nordeste rural, por exemplo, 31,83% dos domicílios não possuem geladeira, enquanto no Nordeste urbano apenas 9,85%. Compreender como se comportam as variáveis determinantes de tal problema é essencial para direcionar políticas públicas mais eficientes, de modo que se consiga reduzir os efeitos adversos deste mal, principalmente dentro da população rural nordestina.

Palavras chave: Pobreza – Brasil, Nordeste, Multidimensionalidade, Habitação, Consumo

ABSTRACT

For many years, Poverty is no longer seen like insufficiency of income. Many studies tried to understand poverty, creating indexes of multidimensionality including education variables, employment, housing, among others, in a single indicator. This thesis, however, aims to map poverty in Northeast Brazil regarding the lack of consumption items and housing, and contrast them with insufficiency income, so that doesn't make the measurement of poverty an arbitrary hypothesis. Therefore, we used data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), provided by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), in 2009, the latest available at the institute. We estimated overlap between three housing variables (access to electricity, piped water and sanitation) and consumption of durable goods (refrigerator, stove and television), so that we could observe both in percentage and absolute terms, those households that do not have access to these goods. Among the main results, we highlight the North and Northeast regions as those with higher percentages of households without access to housing and consumer items, and the Northeast is the worst in absolute terms. In the dimension of housing, the item more scarce is piped water, followed by sanitation and electricity. This sequence occurs in both urban and rural areas in the Northeast. In the realm of consumption, the item refrigerator is what is most lacking in Brazilian households. However, the difference in access between households in urban and rural areas is huge. In the rural Northeast, for example, 31.83% of households have no refrigerator, while in the urban Northeast only 9.85% do. Understanding how to behave determinant variables of this problem is essential to direct public policy more efficient, so that it can reduce the adverse effects of this problem, especially in the rural Northeast.

Key words: Poverty – Brazil, Northeast, Multidimensionality, Housing, Consumption

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Renda média domiciliar per capita – Macrorregiões - R\$ de out/2009	21
Figura 2 - Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres - (%)	22
Figura 3 - Participação do 1% mais rico na renda domiciliar per capita –.....	23
Figura 4 - Relação entre os 50% mais pobres e o 1% mais ricos com relação á renda domiciliar per capita - Estados Nordestinos - 2009.....	24
Figura 5 - Taxa de desemprego dos estados nordestinos - 1999 e 2009 - %.....	25
Figura 6 - Taxa de participação - Razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA) – 1999 e 2009 - %	26
Figura 7 - Exemplo de sobreposições entre as variáveis que irão mensurar a pobreza em um aspecto multidimensional	28
Figura 8 – Total de famílias com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões - 2009	32
Figura 9 - Total de famílias com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste - 2009	34
Figura 10 - Total de famílias Urbanas com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões – 2009	37
Figura 11 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009	38
Figura 12- Total de famílias rurais com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões – 2009.....	41
Figura 13 - Total de famílias rurais com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009	42
Figura 14 - Total de famílias com carência de alguns itens de Consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009.....	45
Figura 15 - Total de famílias com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009	47
Figura 16 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009.....	49
Figura 17 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009	51
Figura 18- Total de famílias rurais com carência de alguns itens de consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009.....	54
Figura 19 - Total de famílias rurais com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009	55
Figura 20 - Total de domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Brasil e Macrorregiões – 2009.....	57
Figura 21 - Total de domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Nordeste e estados do Nordeste – 2009.....	60
Figura 22 – Domicílios Pobres/Indigentes – TIPO 3 –	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores absolutos e percentuais dos domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Brasil, macrorregiões e estados nordestinos - 2009.....	58
Tabela 2 – Domicílios nordestinos com privações de componentes relacionados à habitação, consumo e renda – 2009.....	64

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE POBREZA – REVISÃO DA LITERATURA .	12
2.1. Conceitos e Medidas Unidimensionais de Pobreza	13
2.2. Conceitos e Medidas Multidimensionais de Pobreza.....	15
2.2.1. <i>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</i>	16
2.2.2. <i>Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento (IPH-1)</i>	17
2.2.3. <i>Índice de Multidimensionalidade da Pobreza (MIP)</i>	17
3. EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL	19
3.1. Evolução nos diferenciais de renda domiciliar entre macrorregiões brasileiras e entre estados do Nordeste	21
3.2. A questão do mercado de trabalho e as diferenças regionais	25
4. DADOS E METODOLOGIA	27
4.1. Descrição dos dados	27
4.2. Metodologia	27
5. DIFERENCIAIS DE ACESSO A ITENS DE HABITAÇÃO E CONSUMO ENTRE AS FAMÍLIAS	31
5.1. Habitação.....	31
5.1.1. Habitação – áreas urbanas.....	35
5.1.2. Habitação – áreas rurais	40
5.2. Consumo	43
5.2.1. Consumo – áreas urbanas	48
5.2.2. Consumo – áreas rurais.....	53
5.3. Relação entre o consumo de Geladeira e o acesso à Energia Elétrica	56
6. RENDA COMO MEDIDA DE POBREZA	62
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
8. REFERÊNCIAS	68

1. INTRODUÇÃO

Segundo Arbache (2003), mais de 80% da população mundial vive com renda per capita inferior à brasileira. Este resultado, portanto, sugere que a pobreza tratada unicamente como escassez de renda não é uma medida apropriada, uma vez que a privação de outros importantes instrumentos, como uma rede pública de ensino e saúde de qualidade é essencial para tratar dessa questão que ainda hoje atinge de forma intensa a população brasileira. Uma visão multidimensional da pobreza não orienta apenas para um indicador de pobreza adequado, mas também mostra porque uma medida de pobreza baseado apenas na renda não serve para a mesma proposta (ANAND e SEN, 1997).

Bourguignon e Chakravarty (2003) afirmam que uma pessoa é pobre se sua renda está abaixo da linha de pobreza. No entanto, segundo os próprios autores, a pobreza também é caracterizada pela insuficiência de bem-estar, determinada por variáveis monetárias e não monetárias, como habitação, alfabetização, expectativa de vida, etc., tornando inapropriados indicadores que utilizem unicamente a renda monetária como medida de bem estar¹. Anand e Sen (1997) consideram a pobreza como a pior forma de privação humana, que envolve não apenas o leque de necessidades materiais, mas também a falta de oportunidade de ter uma condição de vida tolerável.

De acordo com Mariano e Neder (2004), são diversas as consequências da pobreza, entre as quais se destacam a fome e a miséria que recaem sobre as famílias que não conseguem auferir renda necessária para sobreviver. Segundo Marin e Ottonelli (2008), uma pessoa pode ser pobre por não ter acesso aos serviços básicos como educação, saúde, energia elétrica, água encanada, saneamento básico e ainda por não ter capacitações básicas que são importantes para a liberdade de escolha entre diferentes tipos de vida. Ainda segundo os autores, uma política pública de combate à pobreza seria mais efetiva se atendesse às dimensões corretas.

Tendo em vista os níveis alarmantes de incidência de pobreza nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, como foi alertado por Rocha (1998), é justificável que se busque a redução mais acelerada da pobreza nestas regiões, o que necessariamente resultará em redução da desigualdade regional da pobreza. Como nas áreas rurais a renda monetária

¹ Muitos outros pesquisadores já utilizam dimensões não monetárias para mensuração da pobreza. Entre outros, destacam-se Alkire (2007) e Tsui (2002).

representa apenas uma parcela da renda total, os cálculos para a pobreza utilizando-se apenas este critério viesam os resultados para cima. Um critério de disponibilidade e acesso pode representar melhor a pobreza nessas regiões e permitir corrigir cálculos baseados apenas na renda.

Visto isto, o presente trabalho se propõe a analisar a pobreza no Nordeste brasileiro em termos multidimensionais, tanto com relação às demais regiões quanto entre os estados dentro da própria região. Além disso, analisa diferenças existentes entre as zonas rurais e urbanas da região. Para isto, emprega dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2009, o mais recente disponibilizado pelo instituto. Compreender como determinadas variáveis estão presentes na caracterização da pobreza nordestina é essencial para direcionar políticas públicas mais eficientes, de modo que se consiga reduzir os efeitos adversos deste mal, principalmente dentro da população rural da região.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais seis capítulos. O Capítulo 2 faz uma revisão da literatura teórica sobre a pobreza, mostrando a evolução dos conceitos uni para o multidimensional, enquanto o Capítulo 3 mostra a evolução empírica da pobreza no Brasil, mostrando tanto como se comportou a renda como variáveis do mercado de trabalho durante os anos mais recentes. O Capítulo 4 apresenta os aspectos metodológicos utilizados na análise deste trabalho. Os dois capítulos seguintes (Capítulos 5 e 6) mostram os principais resultados encontrados, inicialmente focando as características de habitação e consumo e, em seguida, mostrando como essas variáveis se relacionam com a renda. O último Capítulo da dissertação sumariza as principais conclusões.

2. EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE POBREZA – REVISÃO DA LITERATURA

A pobreza é uma questão que vem sendo discutida na literatura há muitas décadas². Os estudos de mensuração da pobreza têm passado, ao longo dos anos, por sucessivas evoluções, de maneira a caracterizar este fenômeno de forma mais ampla e facilitadora de elaboração de políticas públicas. Os cálculos sobre a pobreza, no entanto, são alvo de intensa discussão entre economistas. Marin e Ottonelli (2008), por exemplo, explicam que a discussão em torno dos diferentes conceitos de pobreza ao longo dos anos apresenta uma caracterização dentro de diferentes espaços informacionais. Romão (1992) atribui grande parte da ambiguidade existente entre cálculos de pobreza para uma mesma área geográfica à ausência de um marco teórico que explique, de forma compreensível e satisfatória, este problema. Uma vez que se cabe discutir juízo de valor, o conceito de pobreza, segundo o autor, passa a ser de extrema complexidade.

Sen (1976) considera que uma medida de pobreza, para ser construída, deve seguir dois passos: o primeiro seria a *identificação* dos pobres, ou seja, definir quem deve ser o foco do estudo; e a segunda a *agregação* dos dados sobre pobreza em um único índice, ou seja, combinar as diferentes características populacionais em uma única medida agregada.

Em relação ao processo de *identificação* Romão (1992) distingue os seguintes conceitos:

1. Conceitos subjetivos: Opiniões e sentimentos das pessoas sobre seu próprio estado de pobreza ou sobre a situação de pobreza de seu semelhante.
 - Pobreza como juízo de valor.
2. Conceitos objetivos: Critérios exogenamente determinados, como volume de renda, tipo de habitação, consumo de alimentos, etc., para identificar situações de pobreza de pessoas e/ou famílias.
 - Pobreza relativa;
 - Pobreza absoluta;
 - Pobreza absoluta/relativa.

² Pelo menos desde o trabalho seminal de Sen (1976) tem se discutido a questão da pobreza.

Embora muitos autores tenham desenvolvido modelos baseados em critérios subjetivos³, Romão (1992) acredita que este não seja o método mais adequado de se medir pobreza, uma vez que se trata de uma situação social concreta, identificável e caracterizada pela falta de recursos de um indivíduo. Segundo Hoffmann (2002), “ser pobre” depende da comparação da situação de “pobres” e “ricos”. No entanto, não é a identificação dos “mais pobres” ou “menos pobres” que faz o sucesso de uma política pública, mas sim a certeza de que a política alcançará todas, ou grande parte, das famílias carentes. Portanto, o mais interessante é utilizar um conceito de pobreza absoluta, onde o grau de pobreza não dependa diretamente do nível de renda dos mais ricos.

Em relação à *agregação* da pobreza em índices, podemos encontrar na literatura sobre o tema, uma grande quantidade de índices de pobreza, tanto calculado em termos unidimensionais, quanto multidimensionais. Para aqueles medidos apenas em termos de renda, alguns índices são mais reconhecidos na literatura, como a Proporção de Pobres, o Índice de Sen e o Índice de Pobreza de Foster, Greer e Thorbecke (FGT). Também encontram-se índices como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento (IPH-1) e o Índice de Multidimensionalidade da Pobreza (MIP). Todos eles estão mais detalhadamente explicados nas subseções a seguir.

2.1. Conceitos e Medidas Unidimensionais de Pobreza

Alguns índices são bastante conhecidos na literatura. Para serem calculados, é necessário utilizar uma linha de pobreza pré-estabelecida⁴. Entre eles, destaca-se a *Proporção de Pobres*, que é uma medida da extensão da pobreza, calculada pela razão entre o número de pessoas abaixo de uma linha de pobreza pré-estabelecida⁵ e o total da população:

³ Ver [Hagenaars (1986), Hagenaars e De Vos (1987) e Kapteyn, Kooreman e Willemse (1987)] *apud* Romão (1992).

⁴ Mariano e Neder (2004) afirmam que a linha de pobreza é uma questão bastante polêmica, pois, muitas vezes, é estabelecida de forma arbitrária.

⁵ No Brasil, é comum utilizar como linha de pobreza $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, enquanto $\frac{1}{4}$ do salário mínimo per capita para linha de indigência.

$$H = \frac{P}{N} \quad (1)$$

Onde: H é a proporção de pobres, P é o número de pessoas abaixo da linha de pobreza e N é o número total da população.

Este índice, no entanto, é insensível à intensidade da pobreza, ou seja, ele ignora a distância da renda dos pobres à linha de pobreza. Além disso, ele viola dois axiomas básicos⁶:

1. Monotonicidade: Uma redução da renda de uma pessoa abaixo da linha de pobreza deve aumentar a medida de pobreza.
2. Transferência: Uma transferência de renda pura de uma pessoa abaixo da linha de pobreza para alguém mais rico deve aumentar a medida de pobreza.

Para se calcular esta defasagem de renda, ou seja, a distância da renda dos pobres à linha de pobreza, utiliza-se a *Razão do hiato da renda*, que é o percentual da renda média dos pobres que fica abaixo da linha de pobreza. Interpretado de outra forma, este índice estabelece o montante de renda necessário para que todas as pessoas consideradas pobres recebam renda necessária para alcançar a linha de pobreza. De modo formal, pode ser determinada por:

$$I = \frac{\sum_{h=1}^P (Z - y^h)}{PZ} \quad (2)$$

Onde: $\sum_{h=1}^P (Z - y^h)$ é o déficit da renda agregado, ou seja, é o gasto necessário para eliminar toda a pobreza; e PZ é o valor monetário total da linha de pobreza.

Este índice viola o axioma da transferência citado acima, mas satisfaz o axioma da monotonicidade.

Sen (1976), insatisfeito com a violação dos axiomas de monotonicidade e transferência pelos índices H e I, argumentou que se todos os pobres tivessem exatamente o mesmo nível de renda, então H e I juntos poderiam fornecer uma informação adequada para o nível de pobreza, uma vez que esse caso especial dirá tudo sobre a proporção de pessoas que está abaixo da linha de pobreza e a diferença da renda de cada uma dessas pessoas até a linha de pobreza.

⁶ Ver Sen (1976).

Assim sendo, ordenando os indivíduos de acordo com sua renda, de modo que: $y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_n$, o índice de Sen é dado por:

$$S = H[I + (1 - I)G_p] \quad (3)$$

onde: G_p é o índice de Gini entre os pobres, ou seja, entre todos aqueles indivíduos com renda inferior à linha de pobreza.

Além do índice de pobreza de Sen, outra medida para se calcular a pobreza foi elaborada por Foster, Greer e Thorbecke (1984):

$$FGT = \frac{1}{N} \sum_{h=1}^P \left(\frac{Z - y^h}{Z} \right)^\alpha \quad (4)$$

Onde: α é um parâmetro que indica o grau de aversão à desigualdade, ou seja, que quanto maior seu valor, maior o peso dado para os indivíduos mais pobres. No índice FGT tradicional, $\alpha = 2$. Portanto:

$$FGT = \frac{1}{NZ^2} \sum_{h=1}^p g_i^2 \quad (5)$$

Onde: g_i é o déficit de renda da família i .

A mensuração da pobreza passou a assumir um novo rumo graças às contribuições do artigo pioneiro de Sen (1976). Até então, a pobreza era medida em termos de renda, embora já se reconhecesse que a questão era muito mais ampla. A subseção a seguir apresenta alguns índices de pobreza medidos em termos multidimensionais.

2.2. Conceitos e Medidas Multidimensionais de Pobreza

A crítica feita aos indicadores acima citados, de acordo com Ravallion (1996), é que a pobreza é descrita apenas como “indicadores de renda”, considerado um conceito de bem-estar bastante limitado. Para o autor, seria melhor utilizar indicadores “não-

monetários”, particularmente “indicadores sociais”, como expectativa de vida, mortalidade infantil, e analfabetismo.

Alguns índices que captam qualidade de vida e, portanto, pobreza, já foram criados. Estes índices agregam várias variáveis em um único indicador. São os casos dos três índices apresentados a seguir:

2.2.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Aplicada a média entre os índices e encontrado um dado valor, pode-se classificar esse valor do IDH da seguinte maneira:

$0,0 \leq \text{IDH} < 0,5$ – baixo desenvolvimento humano.

$0,5 \leq \text{IDH} < 0,8$ – médio desenvolvimento humano.

$0,8 \leq \text{IDH} \leq 1,0$ – alto desenvolvimento humano.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), apesar de o IDH ter avançado no campo da avaliação da pobreza, considerando outras dimensões além da restrita dimensão renda, ele apresenta três deficiências: a primeira delas está relacionada à seleção eventual dos indicadores e pesos utilizados para desenvolver o indicador sintético, considerando o desenvolvimento humano em apenas três dimensões (o resultado disso foi a criação de índices similares ao IDH que serão apresentados a seguir); a segunda deficiência é o fato de o IDH não poder ser calculado para uma família ou grupo de indivíduos, uma vez que o índice agrega dados de áreas geográficas, ou seja, ele só pode ser calculado para uma determinada região. A terceira limitação é a dificuldade que impõe à agregação, uma vez que o IDH de um país não pode ser calculado a partir da média dos valores dos estados.

2.2.2. Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento (IPH-1)

O IPH-1 concentra-se na privação de três elementos essenciais da vida humana: longevidade (medida pela probabilidade de nascer e não viver até aos 40 anos), conhecimento (medida pela taxa de analfabetismo adulto) e um padrão de vida decente (medido pela média não ponderada de dois indicadores: a percentagem da população sem acesso à fonte de água melhorada e a percentagem de crianças que estão abaixo do peso).

Calcular o IPH-1 é mais fácil do que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque eles são expressos em percentagem), então não há necessidade de criar índices de dimensão, como no caso de IDH. Originalmente, a medição de uma privação de um nível de vida digno também incluía um indicador do acesso aos serviços de saúde. Porém, por não dispor de dados confiáveis sobre o acesso aos serviços de saúde nos últimos anos, o relatório da privação do PNUD (2006) foi medido usando dois em vez de três indicadores. São eles: o percentual população sem acesso sustentável a fonte de água melhorada e o percentual de crianças com baixo peso.

O IPH-1 pode ser calculado da seguinte forma:

$$IPH_1 = \left[\frac{1}{3} (p_1^\alpha + p_2^\alpha + p_3^\alpha) \right]^{1/\alpha} \quad (6)$$

Onde: p_1 = Probabilidade ao nascer de não sobreviver até os 40 anos (%); p_2 = Taxa de analfabetismo em adultos; p_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e crianças com baixo peso; e $\alpha = 3$.

2.2.3. Índice de Multidimensionalidade da Pobreza (MIP)

O MIP foi desenvolvido por Alkire e Santos (2010) para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Foram escolhidas dez variáveis para o cálculo do MIP a partir de três grupos de variáveis (saúde, educação e padrão de vida), assim como no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

Dentre esses três grupos, existem duas variáveis de saúde (nutrição e mortalidade infantil), dois sobre educação (anos de escolaridade e número de matrícula), e seis

variáveis sobre “condições de vida” (cozinhar com carvão ou madeira, existência de banheiro no domicílio, acesso à água potável, acesso à energia elétrica, saneamento e consumo de pelo menos um rádio, televisão, telefone, bicicleta ou carro). A pobreza inicialmente é medida separadamente em cada uma das dez dimensões.

Em seguida, cada um desses três grupos de variáveis são igualmente ponderados (peso de $\frac{1}{3}$ para cada grupo), de forma a compor o índice da mesma maneira como é composto o IDH. Uma família é considerada pobre se tiver um MIP de até 0,7, ou seja, se a família for privada de pelo menos 30% dos indicadores ponderados. Enquanto o IDH usa dados agregados para os países, o MIP de Alkire-Santos usa dados para famílias, e então os agrega para o nível de país.

Ravallion (1996) destaca que até mesmo o melhor indicador que incorpore aspectos monetários e não-monetários é, na prática, incompleto. Por este motivo, Ravallion (2011) acredita que um conjunto de múltiplos índices seria mais “confiável” do que um único índice multidimensional que incorpore todas as variáveis. Ele afirma que “pobreza é multidimensional”, o que não implica que ela precise de fato de um único *Índice de Multidimensionalidade da Pobreza*. É neste sentido esta pesquisa será direcionada.

3. EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

O Brasil, nos últimos anos, progrediu muito nas suas políticas sociais e nos respectivos indicadores, sobretudo nas áreas de saúde e educação, porém a pobreza continua inaceitavelmente alta para um país com os níveis de renda média do Brasil⁷.

A crise econômica dos anos 1980, segundo Rocha (1995), diminuiu as expectativas de que o Brasil pudesse ser um país rico e moderno. O declínio acentuado da renda per capita entre 1980 até o início da década de 1990 afetaram de maneira mais acentuada as regiões metropolitanas, especialmente as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando sua participação nos índices de pobreza. A evolução adversa nesse período, acompanhada de sucessivos aumentos na desigualdade de renda, fez surgir um movimento popular, apoiado pela mídia, com o objetivo de influenciar o Estado a adotar medidas de combate às condições de pobreza no país (ROCHA, 1995). A principal medida, de acordo com Arbache (2003), seria a estabilização inflacionária, pois o país apresentava-se num contexto de elevada e crescente inflação. O controle da inflação afetaria de forma positiva especialmente a parcela de mais baixa renda, uma vez que esta possui baixo poder de mercado, estando mais exposta aos efeitos adversos da inflação.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007), Arbache (2003) e Rocha (1998), entre outros estudos, apontaram a implementação do Plano Real, em 1994, como um dos principais responsáveis pela melhora no quadro da pobreza no país, uma vez que o controle da inflação foi, de fato, eficaz. No entanto, Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2007) afirmam que junto com a estabilização inflacionária, vieram a elevação do desemprego e a precarização dos postos de trabalho, fazendo com que a melhora líquida da pobreza fosse bastante reduzida.

Outra questão bastante discutida na literatura diz respeito às desigualdades regionais. Além das desigualdades da renda per capita, nota-se também a existência de desigualdade regional em várias outras variáveis econômicas agregadas entre as regiões Norte e Nordeste com relação ao restante do país, como, por exemplo, a desigualdade com relação à incidência de pobreza, como aponta Rocha (1998). As regiões Sul e Centro-Oeste, como levanta a autora, tinham se revelado imunes à crise do início dos

⁷ Ver em “O Combate à Pobreza no Brasil - Relatório sobre Pobreza, com Ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza Urbana. 2001.”

anos 90, no que concerne à incidência de pobreza, e foram elas as responsáveis pela estabilidade da incidência de pobreza nacional nesse período⁸.

Já o Nordeste se constitui não apenas na região mais pobre do país, mas também um evidente *outlier* em termos de incidência de pobreza no contexto do país como um todo (ROCHA, 1998). O fato é que o Nordeste é a região com os piores indicadores socioeconômicos do país, segundo Silva (2009), além de abrigar cerca da metade da população pobre do Brasil.

Segundo Silva Júnior e Sampaio (2010), a pobreza rural nordestina consiste de uma subpopulação relativamente homogênea, cujas famílias são mais numerosas e os chefes de famílias são, em sua maioria, analfabetos. Conforme Neder, Buainain e Lima (2007), os índices de pobreza e indigência estão mais concentrados no Nordeste e são amplos tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. No entanto, há maior incidência de indigência na zona rural do Nordeste. Em contrapartida, o índice de participação na pobreza das áreas rurais sofreu o impacto de medidas como a difusão da renda mensal vitalícia, que garante aos idosos sem outra fonte de renda o benefício no valor de um salário mínimo mensal. Como em áreas rurais, tal benefício é bastante superior às linhas de pobreza estimadas e sua difusão tem um impacto relevante em termos de redução da pobreza absoluta e desestímulo ao êxodo rural (ROCHA, 1998).

Muitas são as formas utilizadas para se caracterizar a pobreza entre as regiões brasileiras e dentro de cada uma delas. No entanto, a principal crítica que se faz diz respeito à arbitrariedade das informações e dos pesos escolhidos para tal mensuração. Por este motivo, serão expostos aqui diversos indicadores referentes às condições renda e do mercado de trabalho das pessoas e famílias, a fim de se caracterizar este entrave de forma mais robusta.

⁸ Nos anos de 1990, 1992 e 1993 a incidência de pobreza no país se mantém constante (proporção de pobres estável em torno de 30%), devido ao fato de que as áreas não-metropolitanas do Sul e do Centro-Oeste tiveram um desempenho favorável na redução da pobreza, como se estivessem imunes à crise recessiva, neutralizando a evolução adversa verificada em áreas diretamente atingidas pela reestruturação produtiva, como o Estado de São Paulo e as regiões metropolitanas [Rocha (1997)].

3.1. Evolução nos diferenciais de renda domiciliar entre macrorregiões brasileiras e entre estados do Nordeste

A Figura 1 mostra a evolução da renda média domiciliar per capita a preços constantes de 2009 para as macrorregiões brasileiras, no período entre 2001 e 2009. Como esperado, a região Nordeste aparece como aquela com menor renda domiciliar em todos os anos considerados.

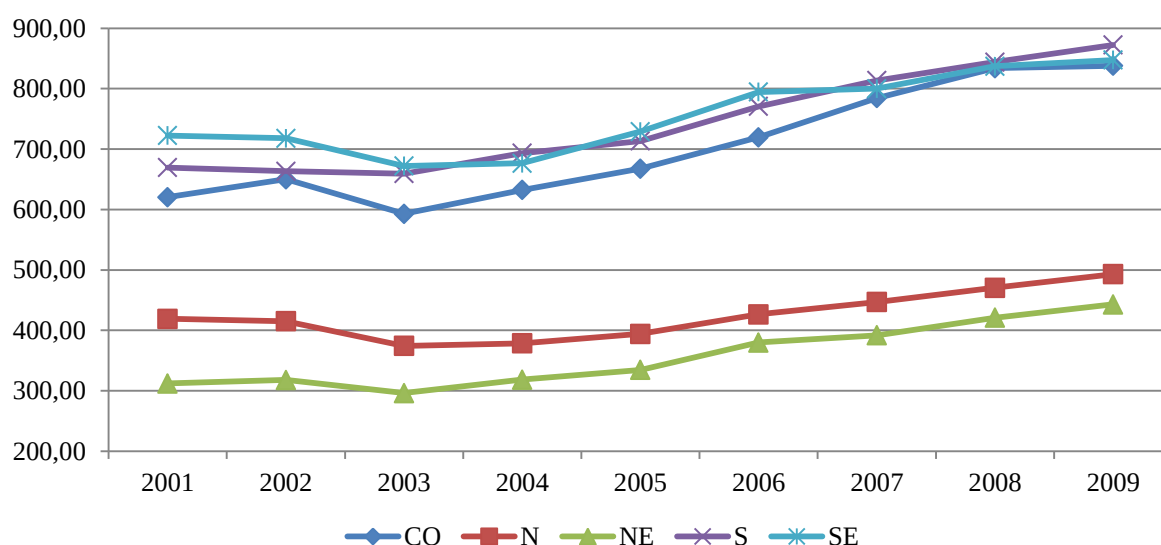


Figura 1 - Renda média domiciliar per capita – Macrorregiões - R\$ de out/2009

Nota: Renda média mensal da população. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Enquanto isso, a região Sudeste está no topo superior, embora oscile com a região Sul entre as regiões com maiores rendas domiciliares médias. Importante notar que a partir de 2003, que coincide com os dois mandatos do governo Lula, todas as cinco regiões apresentaram crescimento contínuo deste indicador.

Apesar da baixa renda da região Nordeste, comparada às demais, observou-se que a razão entre a renda do Nordeste e do Sudeste e a razão entre Nordeste e Sul aumentaram ao longo dos anos. Em 2001, a razão NE-SE era de 43,2% e a razão NE-S era 46,6%. Em 2009, estes percentuais aumentaram para 52,3% e 50,8%, respectivamente. Isso significa que a renda domiciliar média do Nordeste tem aumentado mais do que a renda das demais regiões. Isso pode ter sido reflexo da intensificação dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação

Continuada, que priorizam as famílias que se localizam na cauda inferior da distribuição de renda.

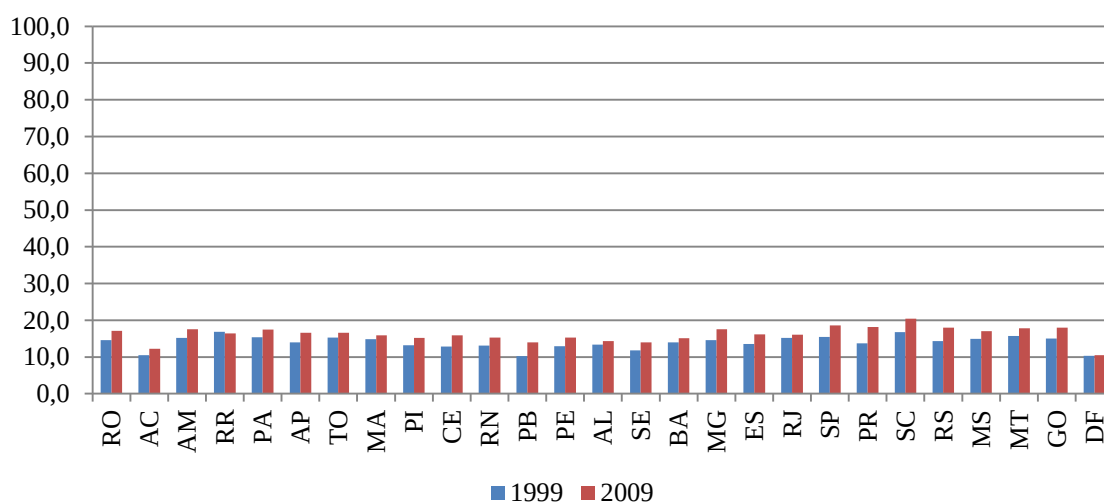


Figura 2 - Renda domiciliar - participação dos 50% mais pobres - (%)

Nota: Proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao grupo dos 50% mais pobres da distribuição segundo a renda domiciliar per capita. Elaboração Própria. Dados obtidos no Ipeadata, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

As Figuras 2 e 3 mostram a participação da renda domiciliar dos 50% mais pobres e do 1% mais rico, respectivamente, para cada uma das unidades da federação. Essa leitura é importante, uma vez que analisa a distribuição da renda de forma percentual, ou seja, sem a arbitrariedade do uso de uma linha de pobreza.

Em ambas as figuras, podemos notar a diferença de renda existente entre a proporção da população estudada e o restante da população, ou seja, na Figura 2, as barras representam a parcela mais pobre da população, em 1999 e 2009, que possuem 50% da renda domiciliar total. A diferença de espaço entre as barras e os 100% representam a outra metade da população (a metade mais rica).

Desta forma, percebe-se claramente o grave problema enfrentado em todos os estados brasileiros, onde os 50% mais pobres possuem no máximo 20% do total da renda domiciliar (estado de Santa Catarina). A situação mais crítica ocorre no Distrito Federal, onde a participação dos 50% mais pobres é de apenas 10% da renda. Além disso, durante os 10 anos analisados (entre 1999 e 2009) esta parcela da população cresceu apenas 1,76%, a menor taxa dentre todas as unidades da federação, com exceção do estado de Roraima, que teve uma redução de 2,64%.

Apesar do estado crítico do Distrito Federal, se olharmos à nível regional, o Nordeste é o que possui, em média, menores percentuais. A média de crescimento da desta parcela da população, no entanto, foi de 16,8%, a segunda maior do país⁹.

Em 2009, os estados nordestinos oscilaram esta participação entre 14,01% (Sergipe) e 15,93% (Maranhão), ou seja, uma pequena diferença de menos de 2%, o que sugere que este problema é enfrentado por todos os estados.

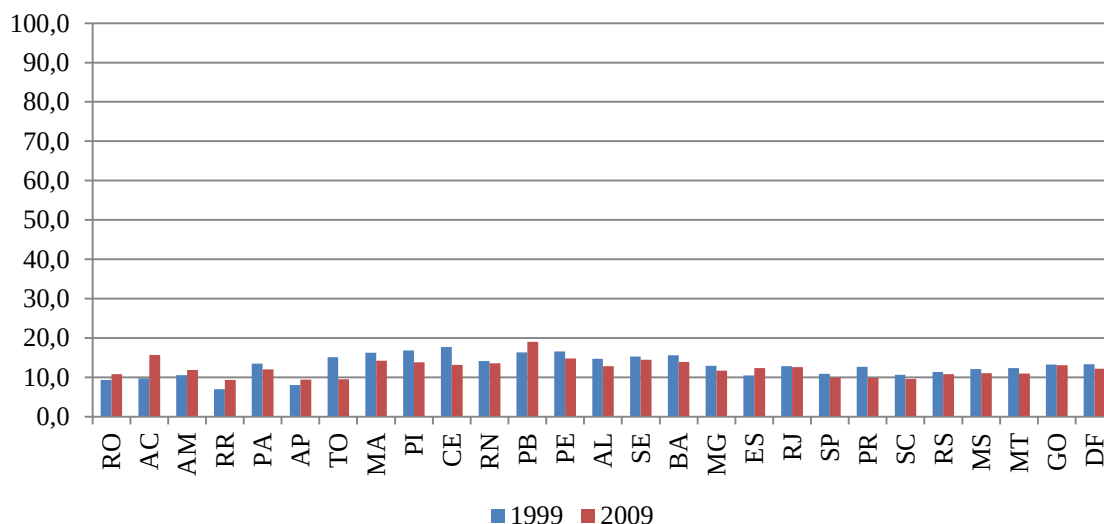


Figura 3 - Participação do 1% mais rico na renda domiciliar per capita – Estados – 1999 e 2009 (%)

Nota: Elaboração própria. Proporção da renda apropriada pelos indivíduos pertencentes ao centésimo mais rico da distribuição segundo a renda domiciliar per capita. Elaboração Própria. Dados obtidos no Ipeadata, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

Já a análise feita para a parcela da população que representa o centésimo mais rico, o que se pode observar é que, em média, o Nordeste apresenta os maiores percentuais. Apesar da melhora ocorrida entre 1999 e 2009 em todos os estados, com exceção da Paraíba, o Nordeste ainda é a região onde o percentual de renda do centésimo mais rico é o maior do país. Em média, o centésimo mais rico da população nordestina detém 14,42% da renda domiciliar, enquanto no Norte este percentual é de 11,22%, no Sudeste é 11,65%, no Sul é 10,06% e, finalmente, a participação no Centro-Oeste é de 11,8%.

⁹ A região com maior crescimento entre 1999 e 2009 foi a Região Sul, com média de 26,7% entre os três estados que compõem a região.

A Figura 4 destaca os estados nordestinos e as diferenças entre os 50% mais pobres e o 1% mais rico, apenas para o ano mais recente considerado. Analisando dessa forma, percebe-se que em quase todos os estados, estas duas parcelas da população possuem uma quantidade semelhante de renda. Ou seja, a metade mais pobre da população de cada estado tem, juntas, o mesmo montante de renda que o centésimo mais rico da população. Este pode ser um dos indicadores que mostram o quão elevada é a desigualdade de renda entre a população nos estados nordestinos.

Além disso, os estados da Paraíba e de Sergipe possuem uma desigualdade ainda maior. O centésimo mais rico nesses dois estados possui um valor total da renda domiciliar per capita superior aos 50% mais pobres. Na Paraíba, os 50% mais pobres possuem 14,01% da renda, enquanto o centésimo mais rico possui 18,99%. Já em Sergipe, a situação é menos crítica. Os 50% mais pobres possuem 14,01% (exatamente a mesma proporção da Paraíba), enquanto o centésimo mais rico é detentor de 14,43%.

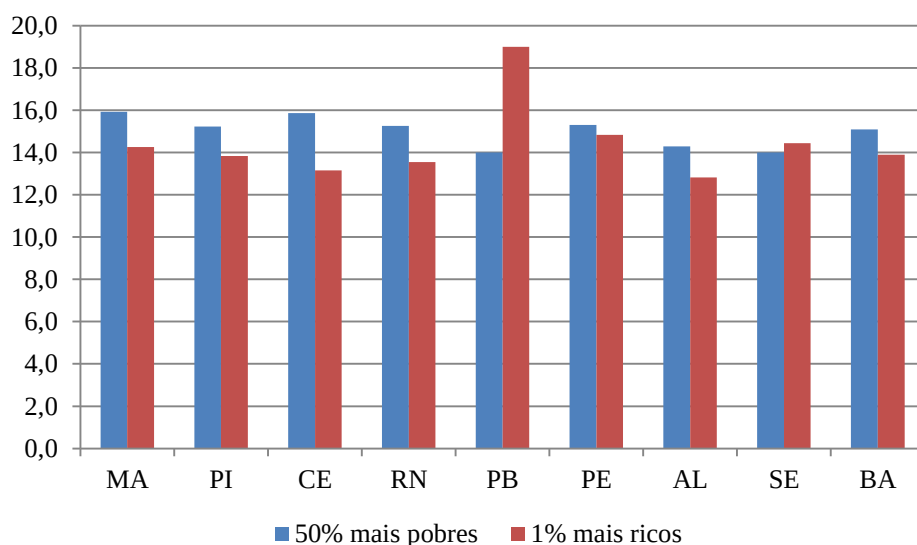


Figura 4 - Relação entre os 50% mais pobres e o 1% mais ricos com relação á renda domiciliar per capita - Estados Nordestinos - 2009

Nota: Elaboração própria.

Analisar a pobreza apenas pela renda média domiciliar per capita, no entanto, não é completamente adequado, uma vez que o custo de vida varia de região para região, ou seja, estaríamos superestimando a pobreza naquelas regiões com menores custos de vida e subestimando as regiões com maiores custos. A seguir serão apresentadas algumas informações a respeito do mercado de trabalho brasileiro, destacando também informações sobre as macrorregiões, mas com um foco especial aos estados nordestinos.

3.2. A questão do mercado de trabalho e as diferenças regionais

Analisando os dados do mercado de trabalho nordestino, além da elevada taxa de desemprego em todos os estados, chama a atenção o fato de que, com exceção do estado de Alagoas, os demais estados tiveram um aumento na taxa de desemprego. Em 1999, Alagoas liderava o ranking da maior taxa de desemprego dentre os estados nordestinos, com 14,75%. Em 2009, Pernambuco passa a liderar, com 13,14% da sua população desempregada.

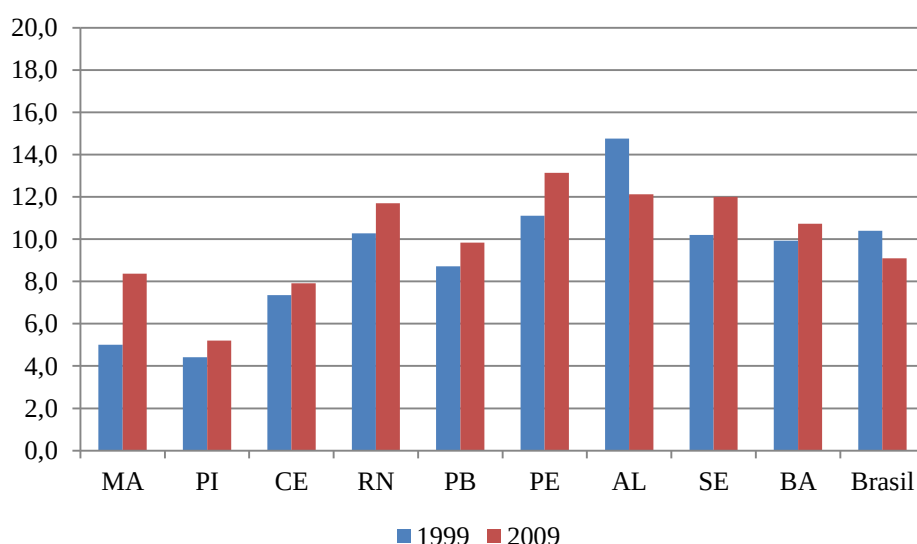


Figura 5 - Taxa de desemprego dos estados nordestinos - 1999 e 2009 - %

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no Ipeadata e extraídos da PNAD – 1999 e 2009. Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade.

O Piauí foi o estado nordestino que apresentou menor taxa de desemprego tanto em 1999 (4,42%), quanto em 2009 (5,21%). Ambos os valores ficaram abaixo da média nacional dos estados, que foram de 10,18% em 1999 e 9,34% em 2009.

Nota-se também que a taxa de desemprego para o Brasil diminuiu durante a década, ao contrário da maioria dos estados nordestinos. Além disso, no ano de 2009 a taxa de desemprego brasileira (9,1%) é superior apenas aos estados do Maranhão (8,36%), Piauí (5,21%) e Ceará (7,91%).

A Figura 6 apresenta a taxa de participação do mercado de trabalho nordestino, que é calculada pela razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). Representa o percentual das pessoas que trabalharam ou procuraram ocupação na semana de referência da pesquisa entre todas aquelas com 10 anos ou mais de idade.

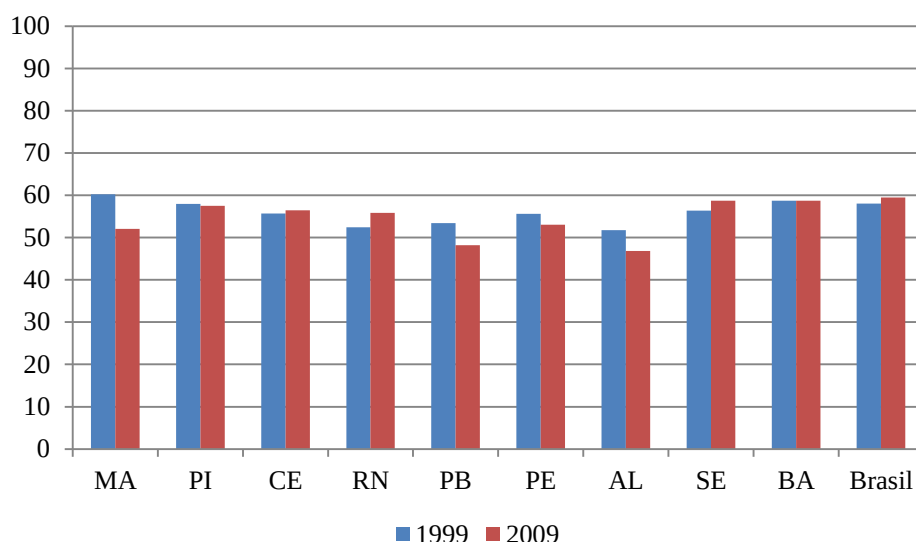


Figura 6 - Taxa de participação - Razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA) – 1999 e 2009 - %

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos no Ipeadata e extraídos da PNAD – 1999 e 2009.

Percebe-se que os estados nordestinos possuem uma taxa ligeiramente menor do que a média nacional. Embora não seja o motivo principal deste trabalho e, por esta razão, não entraremos em detalhes, várias podem ser as razões para isto. Dentre estas, se destacam o maior acesso às transferências de renda com condicionalidades, que exige a participação das crianças na escola, por exemplo, tirando-as do trabalho infantil, e à desigualdade de oportunidades, que mexe com as expectativas dos indivíduos em conseguir um emprego no futuro, fazendo com que muitos desistam e saiam do mercado de trabalho.

Apesar desta ter sido uma análise limitada no que diz respeito aos indicadores utilizados, é importante para se ter uma ideia do quanto o Nordeste ainda é carente em muitos aspectos. A seguir, será mostrada metodologia utilizada no presente trabalho, cuja ideia principal é entender as principais deficiências, tanto no que diz respeito à habitação quanto a consumo, em todos os estados nordestinos.

4. DADOS E METODOLOGIA

4.1. Descrição dos dados

Os dados utilizados nesse trabalho foram obtidos a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2009, o mais recente disponibilizado pelo instituto. Nesse arquivo, o foco será dado às famílias das áreas rurais residentes nos estados do Nordeste, embora seja feita também uma comparação entre as respectivas áreas urbanas, o total dos estados, e uma análise das macrorregiões brasileiras.

Foram consideradas áreas rurais os seguintes recortes delimitados no questionário da PNAD:

Urbana - Área urbana isolada;

Rural - Aglomerado rural, isolado, povoado;

Rural - Aglomerado rural, isolado, núcleo;

Rural - Aglomerado rural, isolado, outros aglomerados;

Rural – Zona rural exclusive aglomerado rural.

Enquanto os demais recortes foram considerados áreas urbanas:

Urbana - Cidade ou vila, área urbanizada;

Urbana - Cidade ou vila, área não-urbanizada;

Rural - Aglomerado rural de extensão urbana.

A unidade considerada neste estudo é o domicílio ao invés de indivíduo, uma vez que poderá captar necessidades como consumo e habitação. A renda utilizada será a Rendimento mensal domiciliar per capita (em R\$).

4.2. Metodologia

A metodologia central do estudo será analisar a condição de vida dos indivíduos, medidos aqui pelas variáveis: habitação (acesso à água canalizada, rede de esgotos e

existência de energia elétrica) e consumo (acesso a fogão, televisão e geladeira). Muitas outras variáveis poderiam ter sido incluídas no grupo de consumo, como telefone, microcomputador, máquina de lavar, rádio, etc., porém foram escolhidos os três itens citados acima pela sua relevância, comparado aos demais. Esses dois grupos de variáveis foram obtidos no arquivo de *Domicílios* da PNAD.

A partir da caracterização dos pobres, orientada pelo que já vem sendo estudado na literatura, serão estimadas sobreposições de tal forma que será possível identificar as famílias cuja carência se dá em termos de renda e de outras variáveis.

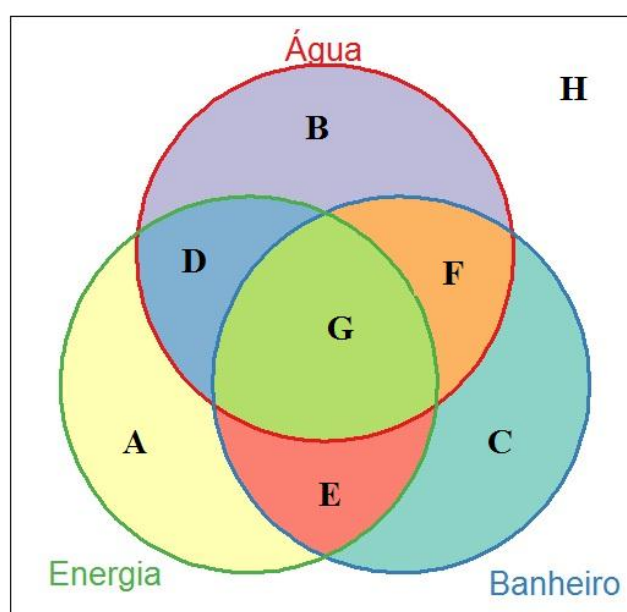


Figura 7 - Exemplo de sobreposições entre as variáveis que irão mensurar a pobreza em um aspecto multidimensional

Fonte: Elaboração Própria.

Na Figura 7, as áreas correspondentes às letras A, B e C fazem referência à proporção de famílias que não se enquadram *apenas* em um dos três critérios: energia elétrica, água canalizada e esgoto sanitário, respectivamente. Ou seja, as famílias localizadas na região A são deficientes com relação à Energia Elétrica, mas possuem acesso à água canalizada e banheiro. Análise análoga será feita para as famílias localizadas nas regiões B e C.

De modo semelhante, as regiões D, E e F referem-se às famílias que não alcançaram dois, e apenas dois, dos três critérios estabelecidos, enquanto a área referente à letra G trata daqueles domicílios carentes dos três itens escolhidos para esta dimensão (habitação). A letra H representa os domicílios que possuem acesso aos três itens da dimensão, sendo apresentado em termos de 1000 unidades de domicílios, apenas para facilitar o entendimento das figuras. Da mesma forma, foram estimadas sobreposições para a dimensão de Consumo, segmentada em acesso à geladeira, fogão e televisão.

A priori serão apresentadas as sobreposições de modo geral, sendo segmentados por macrorregiões, por estados do Nordeste e, além disso, mostrando como se dão as sobreposições nas áreas urbanas e rurais de cada uma dos estados do Nordeste. Isso será feito tanto para a dimensão de habitação quanto para consumo. Em seguida, serão feitas sobreposições para as mesmas áreas citadas acima, mas utilizando-se das variáveis geladeira (da dimensão consumo) e energia elétrica (da dimensão habitação). Essa análise foi escolhida, uma vez que estas variáveis estão diretamente interligadas.

Por último, a análise será feita a partir da inclusão da renda como uma das dimensões associadas à pobreza, o que está totalmente de acordo com a literatura. A linha de pobreza foi definida de acordo com o estabelecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o ano de 2009. Como nem todas as linhas de pobreza/indigência das áreas escolhidas para o nosso estudo foram disponibilizadas pelo Instituto, utilizaremos apenas as linhas referente às áreas urbanas e rurais da região Nordeste. Para a área urbana desta região, a linha de pobreza para o ano de 2009 foi de R\$ 201,03 mensais por pessoa e a linha de indigência é a metade da linha de pobreza, ou seja, R\$ 100,51. Já nas áreas rurais, a linha de pobreza foi de R\$ 179,29 por pessoa e a linha de indigência foi R\$ 89,65 por pessoa.

Os domicílios pobres foram definidos em três tipos:

TIPO 1: Aqueles domicílios carentes nos três itens tanto na dimensão de Consumo quanto de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência;

TIPO 2: Aqueles domicílios carentes em pelo menos dois dos três itens tanto na dimensão de Consumo quanto de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência;

TIPO 3: Aqueles domicílios carentes em pelo menos um dos três itens tanto na dimensão de Consumo quanto de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência.

A importância desta análise se dá pelo fato de que a forma pela qual a pobreza vem sendo mensurada na literatura não é a mais adequada, uma vez que a renda não é a única fonte de pobreza como se tem estudado. Desta forma pode-se perceber a verdadeira carência, tanto em termos de consumo quanto das demais necessidades dos indivíduos. É importante destacar que este trabalho não tem como objetivo esgotar o assunto, mas sim contribuir de forma ampla para que os formuladores de políticas públicas tenham suporte necessário para trabalhar em cima dessa questão, que hoje ainda é um dos maiores problemas enfrentados pela população.

5. DIFERENCIAIS DE ACESSO A ITENS DE HABITAÇÃO E CONSUMO ENTRE AS FAMÍLIAS

A primeira etapa da pesquisa refere-se à identificação das principais privações das famílias brasileiras, no que se refere a questão da habitação e consumo. Foi dado um foco especial aos estados nordestinos, segmentados entre as áreas rurais e urbanas de cada um deles.

A dimensão referente à habitação foi dividida em: saneamento, energia elétrica e água canalizada. Ou seja, será apresentada a participação das famílias que não tem um, dois ou nenhum dos três componentes da “habitação”. Já o componente “consumo” foi segmentado em: fogão (de uma ou mais bocas), geladeira e televisão (em preto e branco e/ou a cores). A análise para esse componente é análoga ao da habitação.

O valor observado no extremo superior direito de cada figura representa o restante das famílias que não se enquadram em nenhuma das opções, ou seja, aquelas famílias que possuem os três itens. Além disso, este valor está em termos de 1000 unidades.

5.1. Habitação

A Figura 8 mostra o número de famílias carentes nos itens de habitação para o Brasil e macrorregiões no ano de 2009. Claramente percebe-se que o maior problema enfrentado em todas as regiões é o acesso à água canalizada. Isso pode ser visto pelo tamanho das circunferências de cada uma das variáveis, sendo este tamanho proporcional ao número de famílias sem acesso a tais itens. Enquanto isso, a cobertura de energia elétrica, dentre os três itens estudados nesta dimensão, é o que menos afeta as famílias em todas as regiões.

Dentre todas as áreas mostradas nas figuras, a mais importante é a interseção dos três componentes, representado pela área verde em cada um dos diagramas, pois representa aquelas famílias que não possuem nem acesso à água, nem energia elétrica e nem esgoto sanitário. No Brasil, 351.992 famílias estão nesta situação, sendo 78.360 (22,3%) na região Norte, 246.384 (70,0%) no Nordeste, 14.427 (4,1%) no Sudeste, 7.416 (2,1%) no Sul e 5.405 (1,5%) no Centro-Oeste.

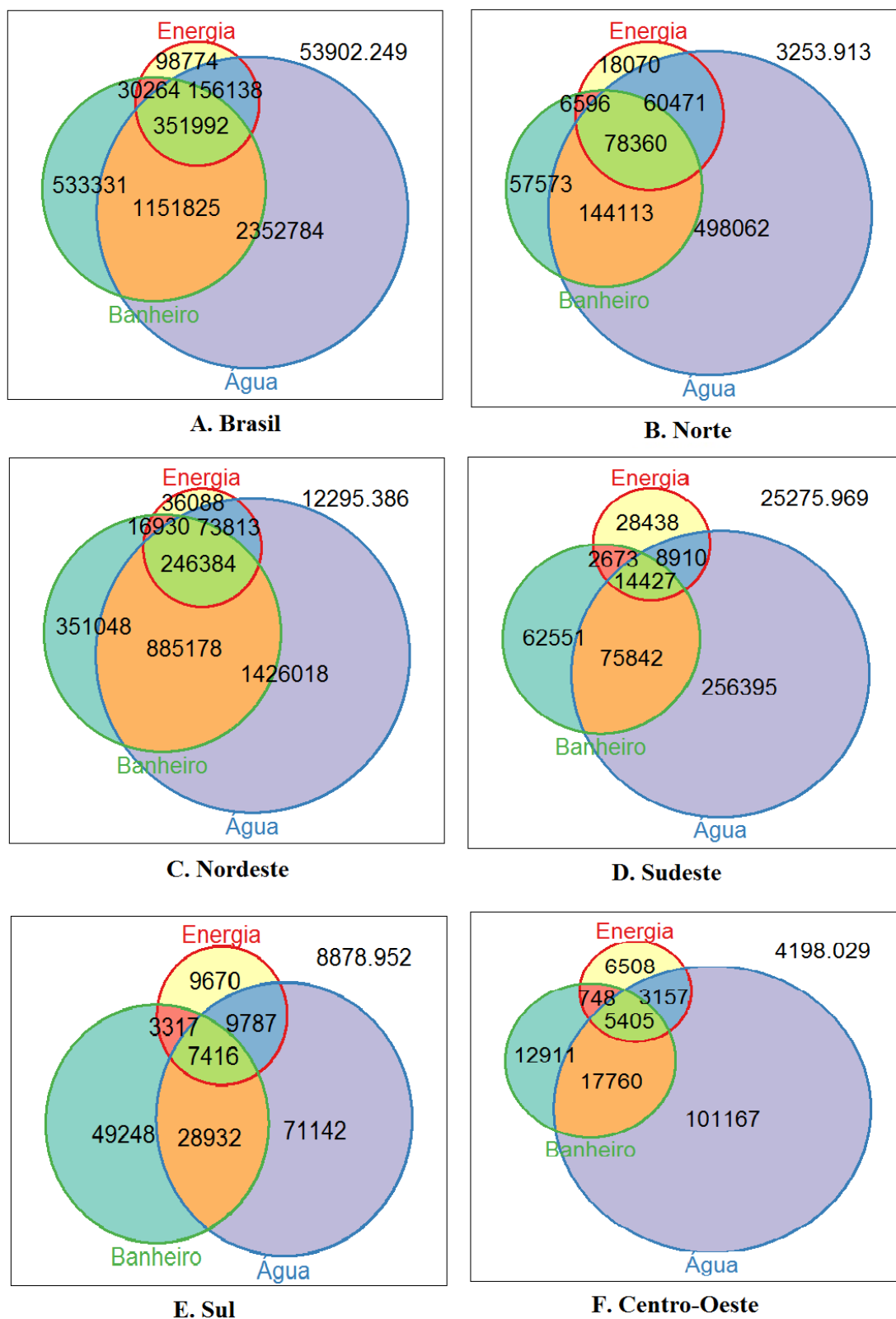


Figura 8 – Total de famílias com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões - 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Analisando isoladamente as famílias em cada uma das regiões, verifica-se que pequenos percentuais destas não possuem nenhum dos três itens. Ou seja, 1,90% do total da população da região Norte não possui nenhum dos três itens de habitação, assim como 1,61% da população da região Nordeste, 0,06% da região Sudeste, 0,08% da região Sul e 0,12% da região Centro-Oeste. Apesar disso, em valores absolutos estes números tornam-se significativos, sendo 78.360 famílias na região Norte, 246.384 no Nordeste, 14.427 no Sudeste, 7.416 no Sul e 5.405 no Centro-Oeste.

Como era de se esperar, as regiões Norte e Nordeste apresentaram resultados bem menos satisfatórios do que as demais regiões. Enquanto Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem menos de 0,5% de suas famílias sem acesso à energia elétrica, o Norte e Nordeste apresentam 3,97% e 2,43%, respectivamente, como podem ser vistos no Anexo 1. Quando se diz respeito à água canalizada, Norte e Nordeste possuem 18,97% e 17,16% de suas famílias sem acesso a esse bem, respectivamente. Enquanto isso, as demais regiões apresentam percentuais bastante pequenos: 1,38% (Sudeste), 1,29% (Sul) e 2,93% (Centro-Oeste). Com relação ao acesso a banheiro, a situação também não é diferente, sendo 6,96% das famílias na região Norte e 9,78% no Nordeste, enquanto apenas 0,60% no Sudeste, 0,98% no Sul e 0,85% no Centro-Oeste.

A Figura 9 apresenta as mesmas características da figura anterior, no entanto, segmentando entre os estados da região Nordeste, que é o foco do nosso estudo. Percebe-se que os estados do Maranhão, Piauí e Bahia são os estados que possuem maior percentual de famílias da região carentes nas três dimensões, sendo 30,90%, 21,72% e 32,89%, respectivamente. Ou seja, apenas três dos nove estados que compõem a região são responsáveis por 85,5% das famílias que não possuem nem energia elétrica, nem água canalizada e nem esgoto sanitário em suas residências.

Como pode ser visto no Anexo 1, os estados do Maranhão, Piauí e Alagoas são os que mais carecem de ajuda no que diz respeito à falta de água canalizada e de banheiro. Esses três estados possuem, respectivamente, 30,81%, 27,16% e 21,46% das suas famílias sem acesso à água canalizada, enquanto 19,54%, 26,00% e 10,48% não possuem acesso a esgotamento sanitário.

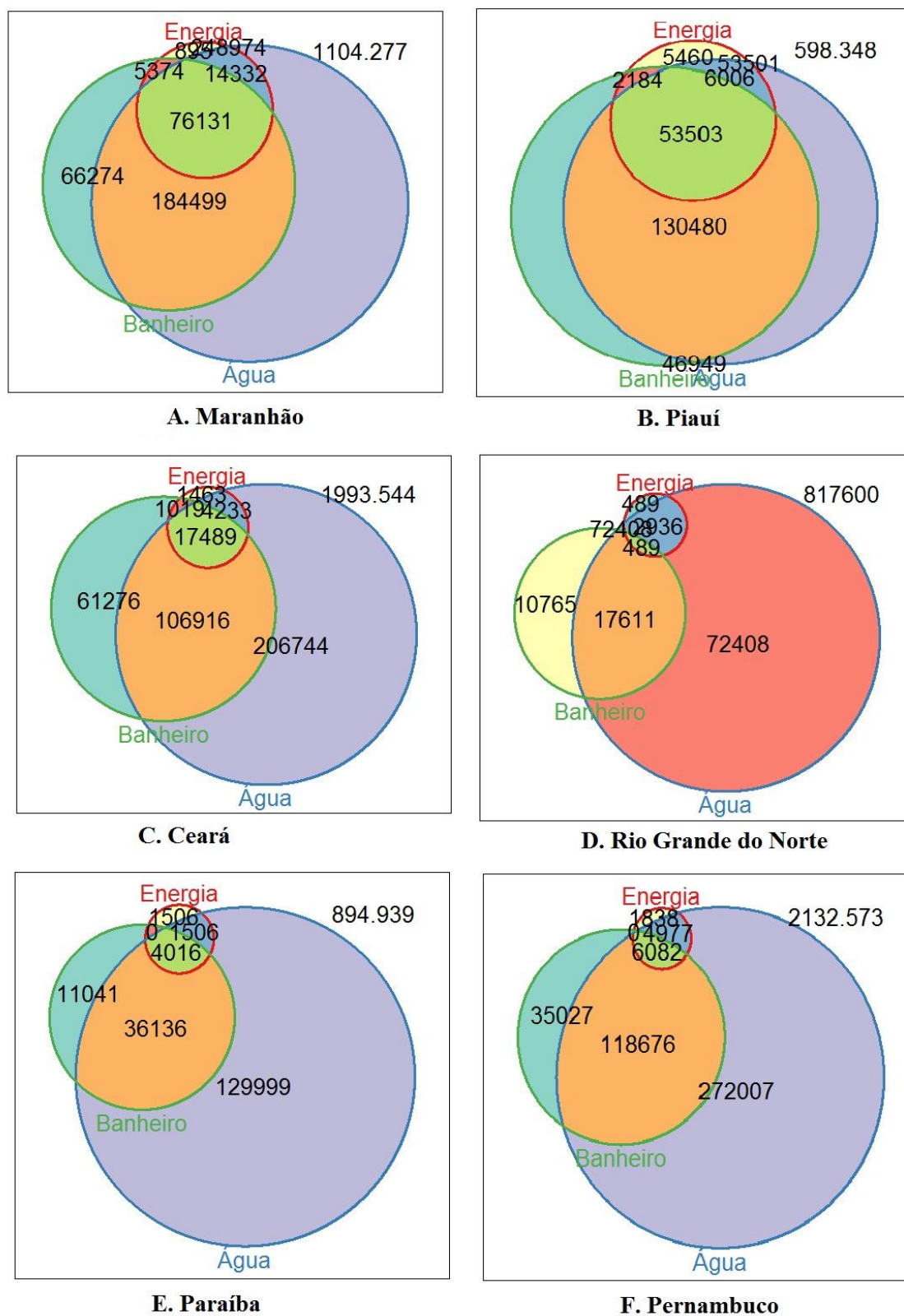
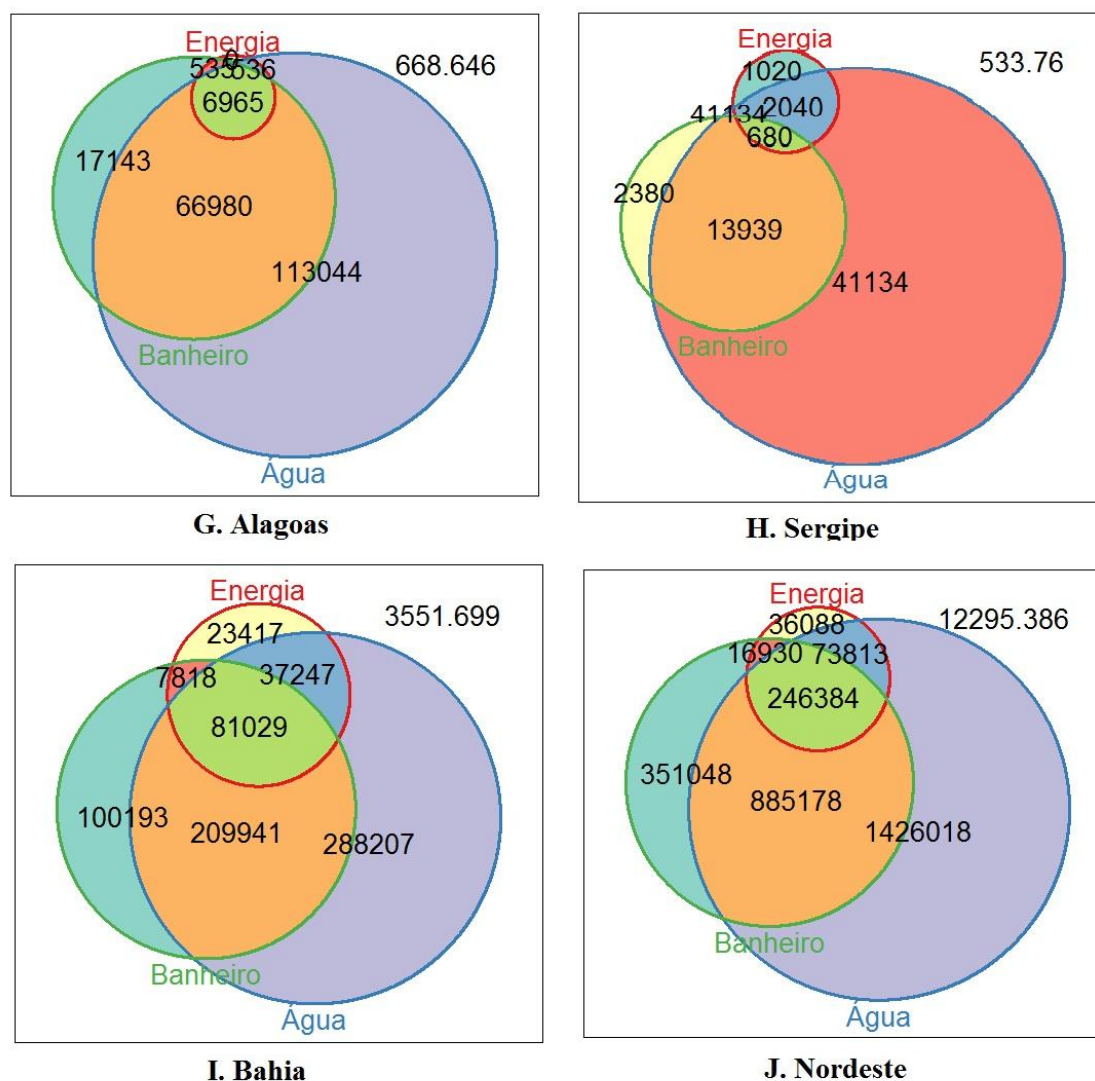


Figura 9 - Total de famílias com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste - 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 9

Total de famílias com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste - 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

As duas subseções a seguir referem-se a análise das áreas urbanas e rurais, respectivamente. O corte será dado às mesmas regiões e estados apresentados até então.

5.1.1. Habitação – áreas urbanas

As Figuras 10 e 11 representam esta mesma divisão, porém focada nas áreas urbanas, tanto das macrorregiões brasileiras quanto dos estados do Nordeste, respectivamente. Em todas as macrorregiões, assim como para todos os estados nordestinos, percebe-se que o percentual das famílias que vivem nas áreas urbanas em

condições precárias é menor do que o total do estado, o que intuitivamente nos leva a concluir que as condições de vida nas áreas rurais estão muito mais graves do que na média nacional, e que estas devem ser as “áreas foco” das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico-social, embora se saiba que é muito mais caro prover água encanada e esgotamento sanitário em áreas rurais, onde as residências são esparsas.

A Figura 10 nos oferece um panorama de como está a desigualdade regional em termos de qualidade da habitação das famílias urbanas no ano de 2009. O acesso a água canalizada continua sendo o problema que mais incorre a essa população, sendo a região Norte a que possui, percentualmente, menor acesso a esse bem, uma vez que 11,27% de sua população residente na área urbana não possui água canalizada em seus domicílios.

Verifica-se também que 92,73% dos domicílios urbanos no nordeste possuem os três itens de habitação. Embora esse percentual seja elevado, se compararmos ao Sudeste, que é a região economicamente mais rica do Brasil, percebemos que ainda existe um *gap* elevado entre as duas. No Sudeste, 99,09% dos domicílios urbanos têm acesso à água, energia e rede de esgoto, o equivalente a 23.639.049 famílias; enquanto isso, no Nordeste, o percentual equivale a apenas 10.580.397 famílias, ou seja, menos da metade do apresentado na outra região.

Quando analisamos a ausência desses itens nas famílias urbanas em cada uma das regiões, verificamos que 0,13% dos domicílios urbanos do Nordeste não têm acesso a nenhum dos itens, enquanto apenas 0,01% dos domicílios urbanos do Sudeste estão na mesma situação. Em termos absolutos, isso equivale a apenas 1.549 domicílios no Sudeste e quase dez vezes esse número (15.339) no Nordeste. O Sudeste é a região mais populosa do país e também a que tem mais acesso, tanto em termos absolutos, quanto percentuais, aos itens de habitação.

Dos 24.842 domicílios urbanos brasileiros que não possuem acesso a nenhum dos itens de habitação 3.144 (12,7%) estão na região Norte, 15.339 (61,7%) na região Nordeste, 1.549 (6,2%) na região Sudeste, 3.099 (12,5%) na região Sul e 1.711 (6,9%) na região Centro-Oeste.

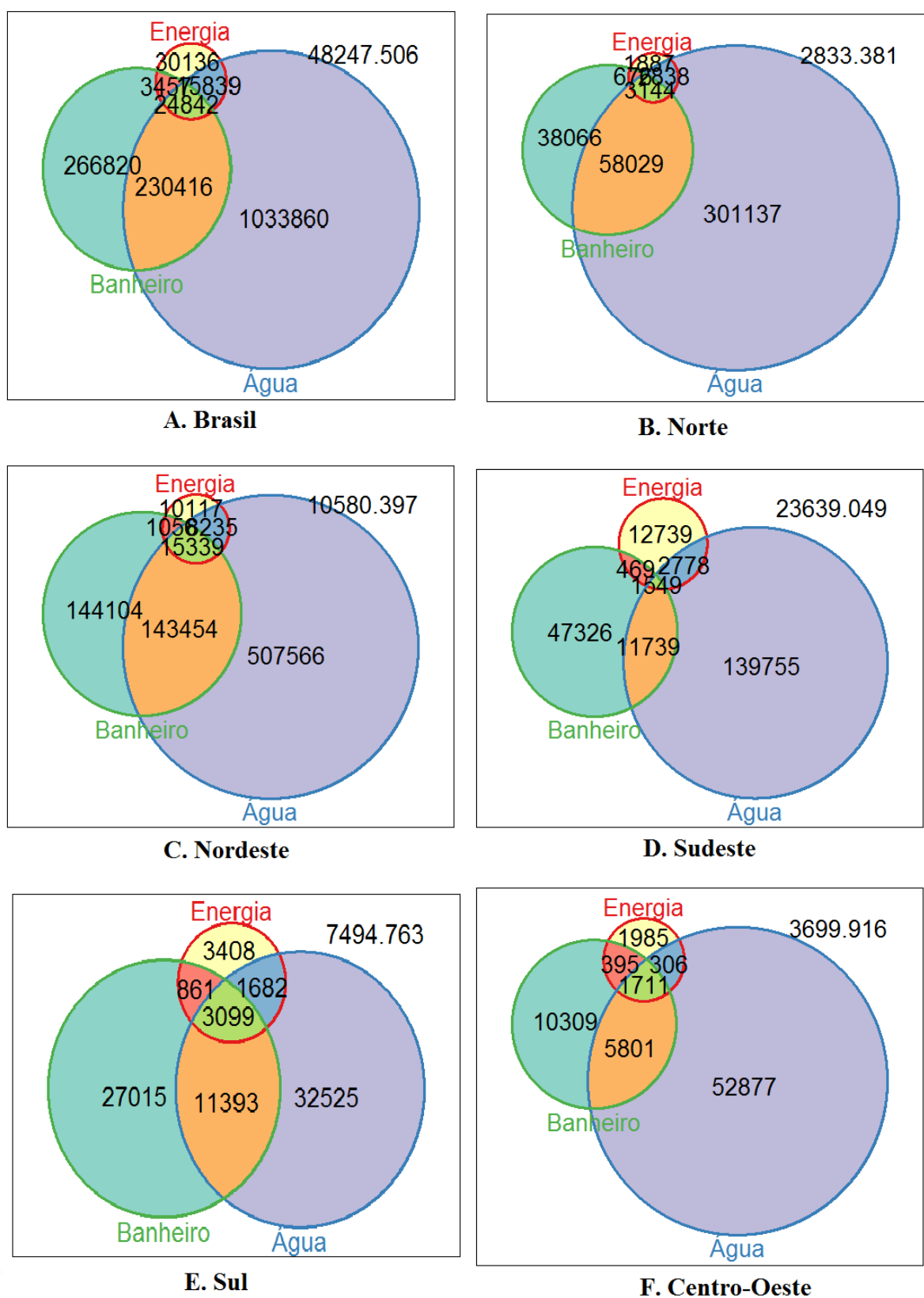


Figura 10 - Total de famílias Urbanas com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

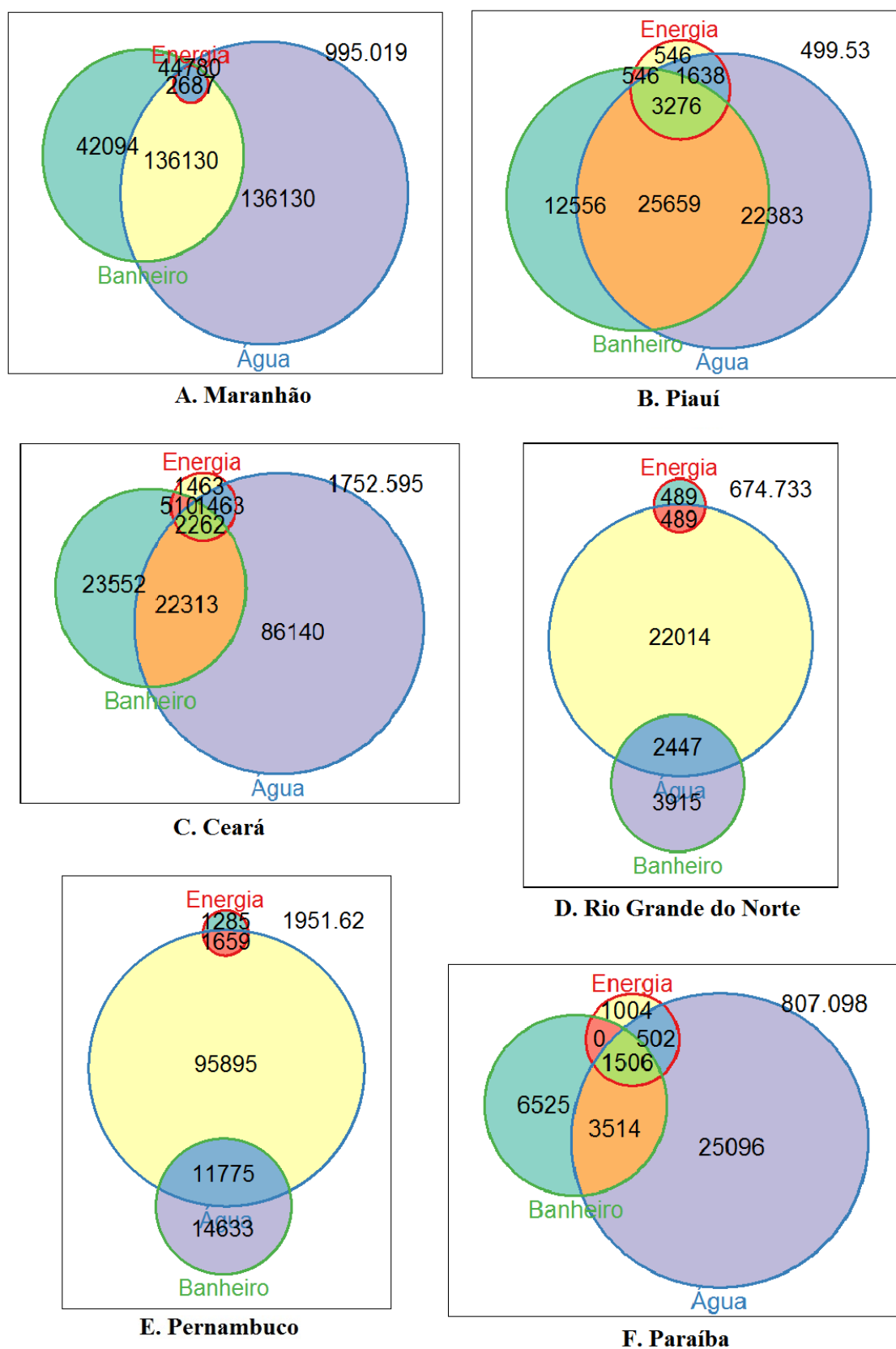
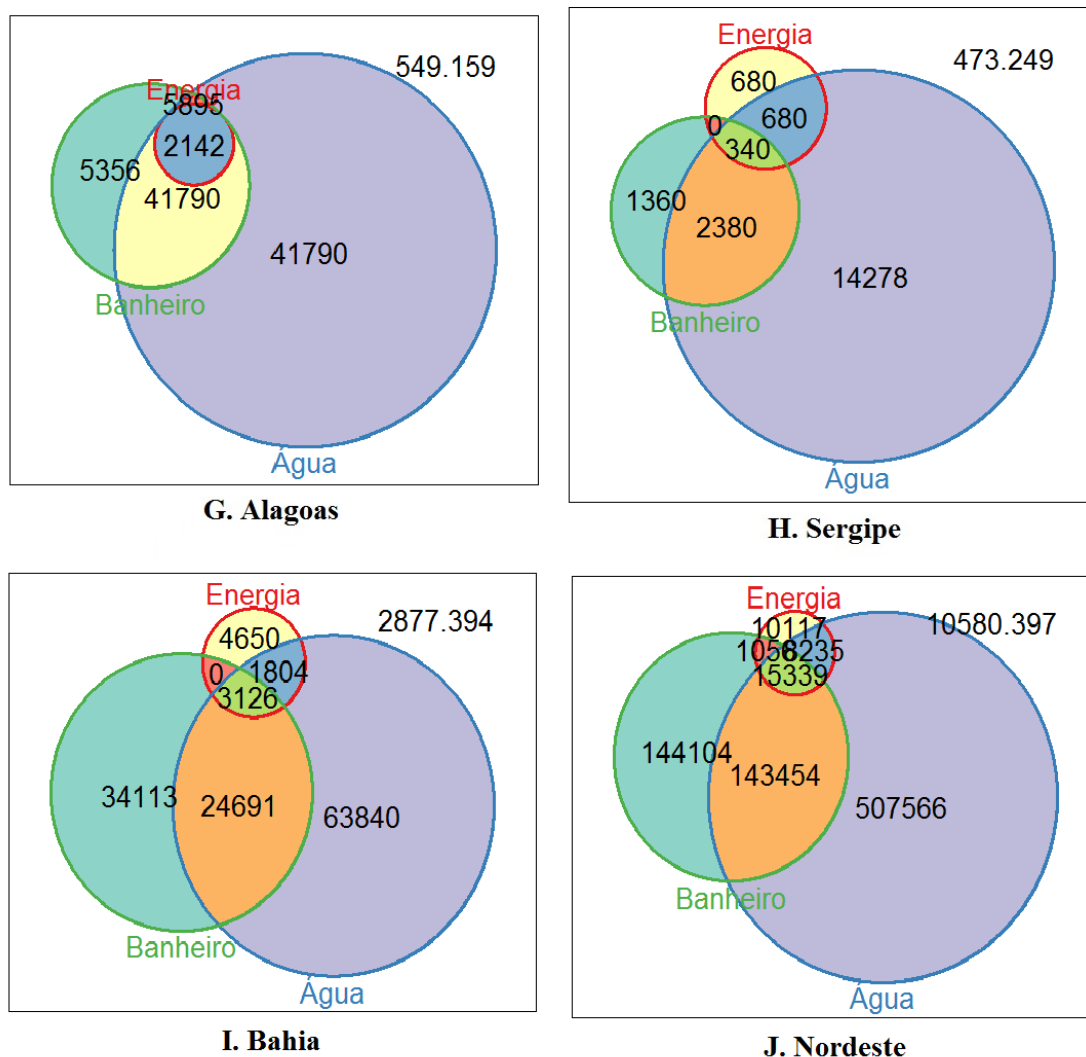


Figura 11 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 11
Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e
Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Na zona urbana de Pernambuco e Rio Grande do Norte não existem domicílios sem acesso à água, esgoto e energia elétrica conjuntamente. Existem domicílios sem acesso à energia, e existem domicílios sem acesso a banheiro, mas não existe aquele que não possui nenhum desses dois itens de habitação. Do total de domicílios urbanos nordestinos que não tem acesso a nenhum dos três itens, 17,52% estão no Maranhão (o equivalente a 2.687 famílias), 21,36% estão no Piauí (3.276 famílias), 14,75% estão no Ceará (2.262 famílias), 9,82% está na Paraíba (1.506 famílias), 13,96% está em Alagoas (2.142 famílias), 2,22% em Sergipe (340 famílias) e 20,38% na Bahia (3.126 famílias).

5.1.2. Habitação – áreas rurais

As Figuras 12 e 13 referem-se às áreas de maior preocupação no que diz respeito ao bem estar e qualidade de vida da população, que são as áreas rurais. Coincidentemente, os percentuais de domicílios rurais que não possuem nenhum dos três itens de habitação nas regiões Norte (22,99%) e Nordeste (70,62%) são muito semelhantes ao verificado para o total dessas regiões. Enquanto para as demais regiões, este percentual foi levemente inferior nas áreas rurais do que para o total do estado.

A falta de água é o problema que mais acomete as áreas rurais dos estados nordestinos. Como pode ser visto na Figura 13 e com mais detalhes nos dados do Anexo 3, em termos percentuais, 70,90% dos domicílios da área rural do Maranhão não tem acesso à água canalizada, assim como 57,69% no Piauí, 44,43% no Ceará, 31,39% no Rio Grande do Norte, 60,30% na Paraíba, 59,16% em Pernambuco, 51,09% em Alagoas, 39,33% em Sergipe e, finalmente, 40,54% na Bahia.

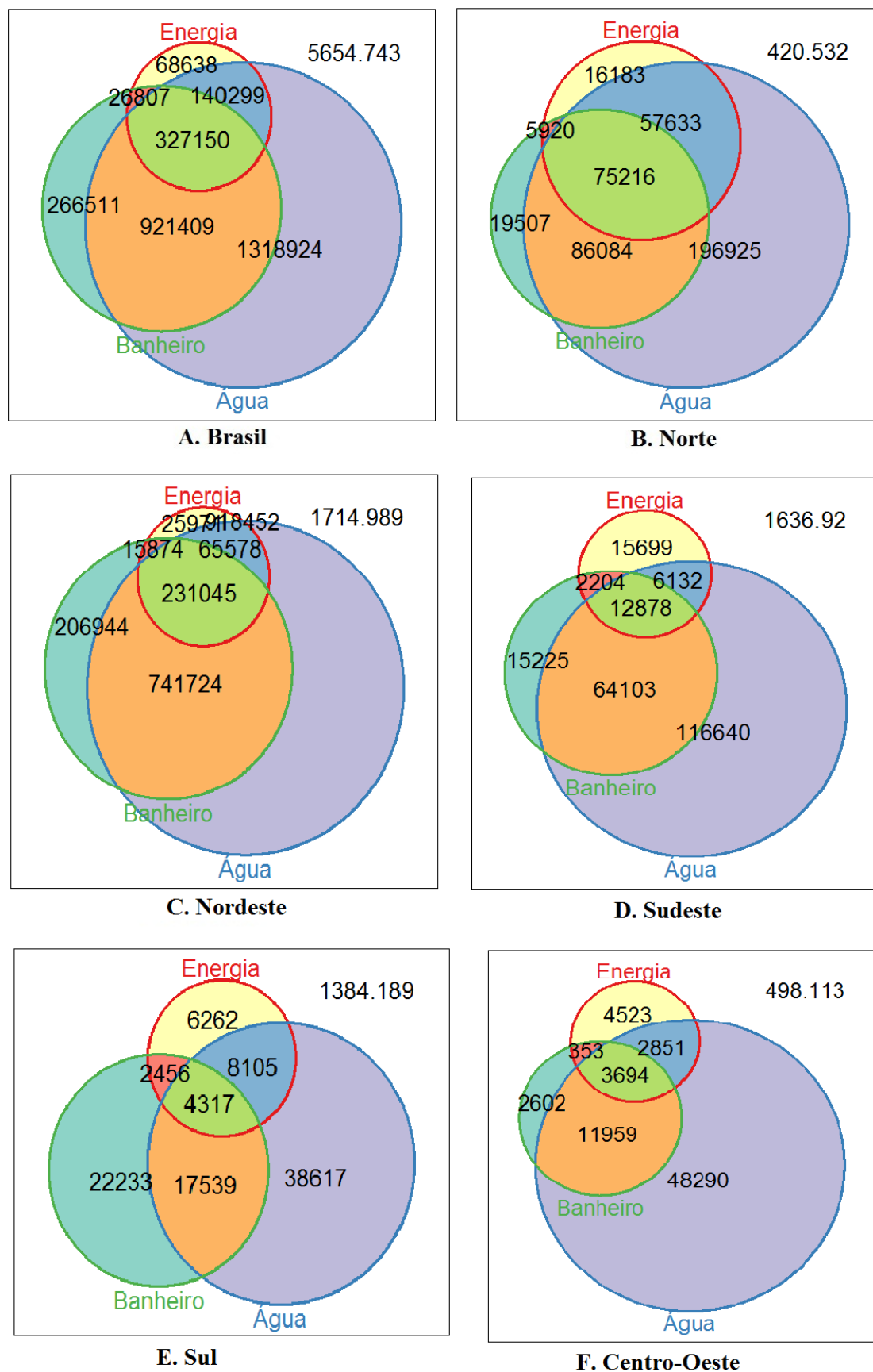


Figura 12- Total de famílias rurais com carência de alguns itens de habitação – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

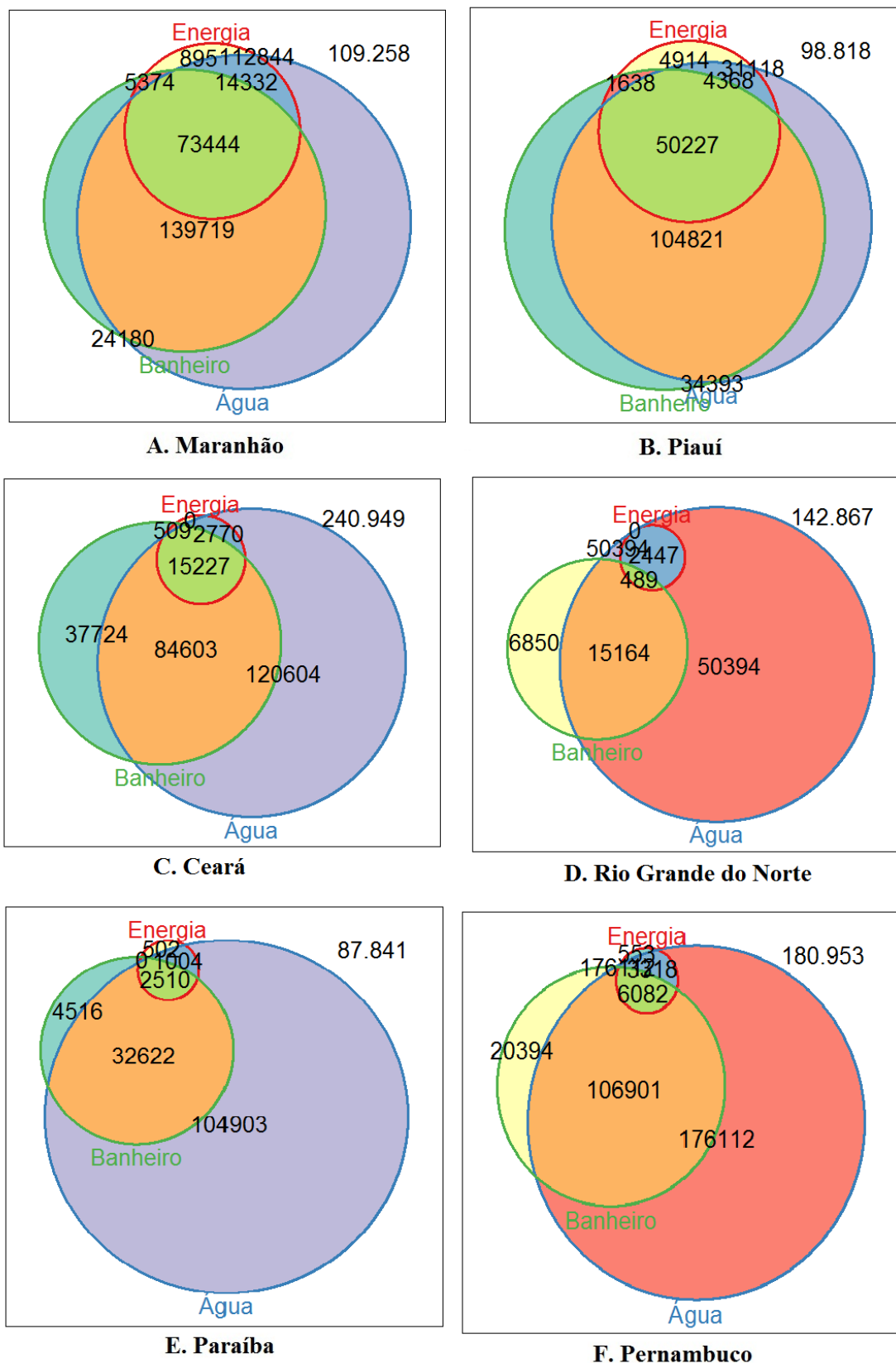
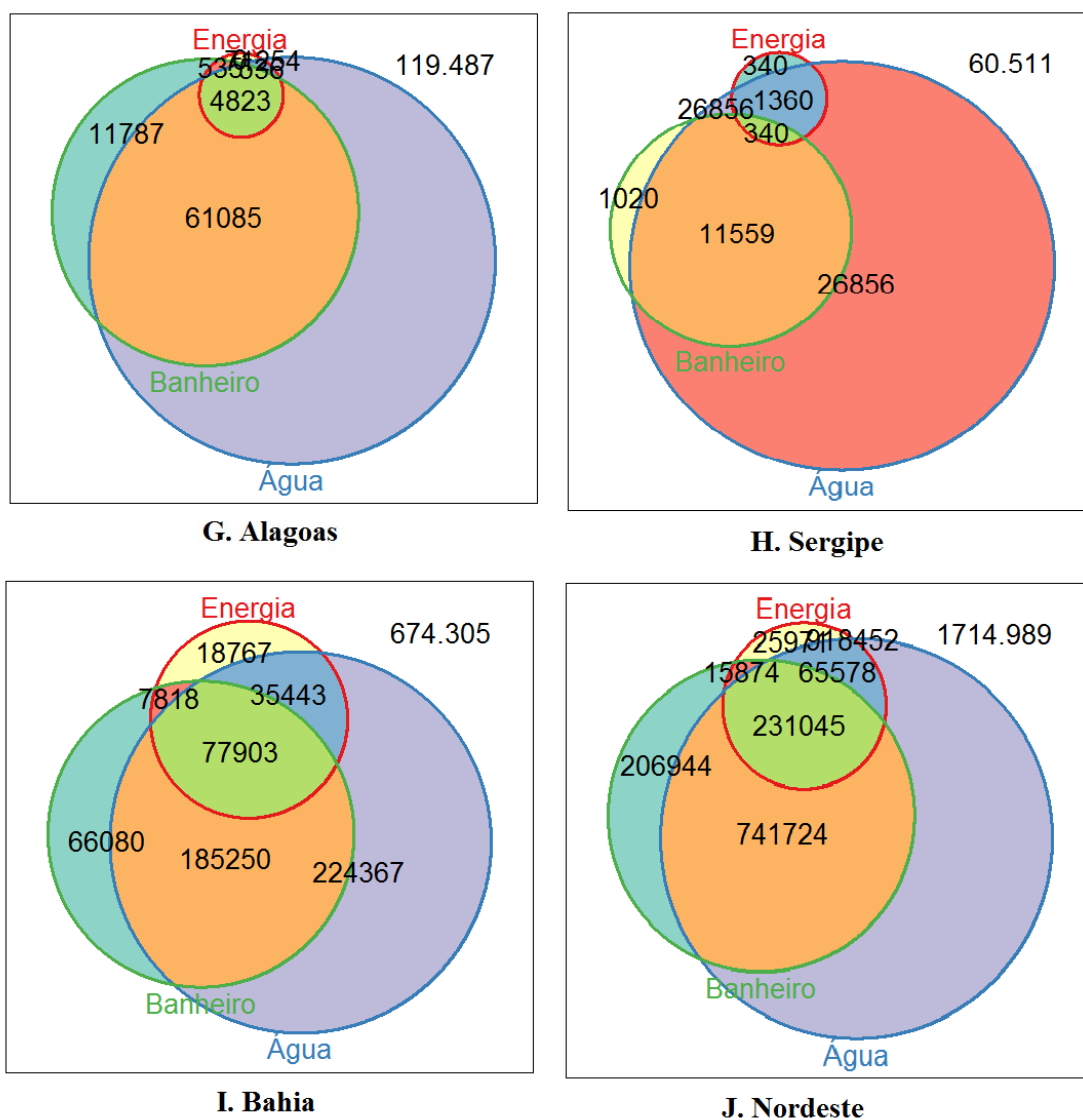


Figura 13 - Total de famílias rurais com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 13
Total de famílias rurais com carência de alguns itens de habitação – Nordeste e
Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

A deficiência no acesso a esgotamento sanitário também é um problema que afeta grande parte da população rural nordestina. Percentualmente, 50,56% dos domicílios rurais do Maranhão não têm acesso a esgoto sanitário, 57,85% no Piauí, 27,48% no Ceará, 10,31% no Rio Grande do Norte, 16,95% na Paraíba, 26,98% em Pernambuco, 29,03% em Alagoas, 12,67% no Sergipe e 26,13% na Bahia.

5.2. Consumo

A próxima dimensão a ser estudada é referente ao consumo de bens duráveis (definidos aqui por televisão, que pode ser colorida ou em preto e branco; fogão, que

pode ser de uma ou mais bocas; e geladeira) pelas famílias, tanto nas áreas urbanas e rurais, quanto no total das macrorregiões e estados do Nordeste. Foram escolhidos esses bens por serem de importância especialmente para a realização das necessidades básicas dos indivíduos.

A Figura 14 mostra como está o panorama do consumo no Brasil e nas cinco macrorregiões. Pelo que se pode observar, o item geladeira é o que mais falta nos domicílios brasileiros. Do total destes domicílios, 6,59% estão nesta situação. Esta tendência segue para todas as macrorregiões, sendo 14,04% para a região Norte, 15,47% para a região Nordeste, 2,24% na região Sudeste, 1,90% na região Sul e 3,77% no Centro-Oeste.

Interessante observar também que as regiões Sul e Centro-Oeste têm um percentual maior de domicílios sem televisão do que sem geladeira (3,09% e 4,33%, respectivamente). Enquanto nas demais regiões, 9,22% (Norte), 7,47% (Nordeste) e 2,10% (Sudeste) dos domicílios não possuem televisão. Este resultado é, no mínimo, intrigante, uma vez que geladeira tem um papel muito mais essencial, em termos de saúde, por exemplo, do que uma televisão.

Das 233.025 famílias que não possuem nenhum dos três bens de consumo analisados (fogão, geladeira e televisão) no Brasil, quase 70% se encontram no Nordeste. Em termos absolutos, isso representa quase 7,79 vezes o número de famílias na região Sudeste que estão na mesma situação e 22,66 vezes o número de família na região Sul.

Assim como na dimensão de habitação, pequenos percentuais de domicílios em todas as regiões são carentes dos três itens de consumo (geladeira, televisão e fogão) conjuntamente. Ou seja, 0,88% do total da população da região Norte não possui nenhum dos três itens de consumo, assim como 1,03% da população da região Nordeste, 0,08% da região Sudeste, 0,08% da região Sul e 0,25% da região Centro-Oeste. Apesar disso, em valores absolutos estes números tornam-se significativos, especialmente para a região Nordeste, sendo 36.233 famílias na região Norte, 158.416 no Nordeste, 20.346 no Sudeste, 6.991 no Sul e 11.039 no Centro-Oeste.

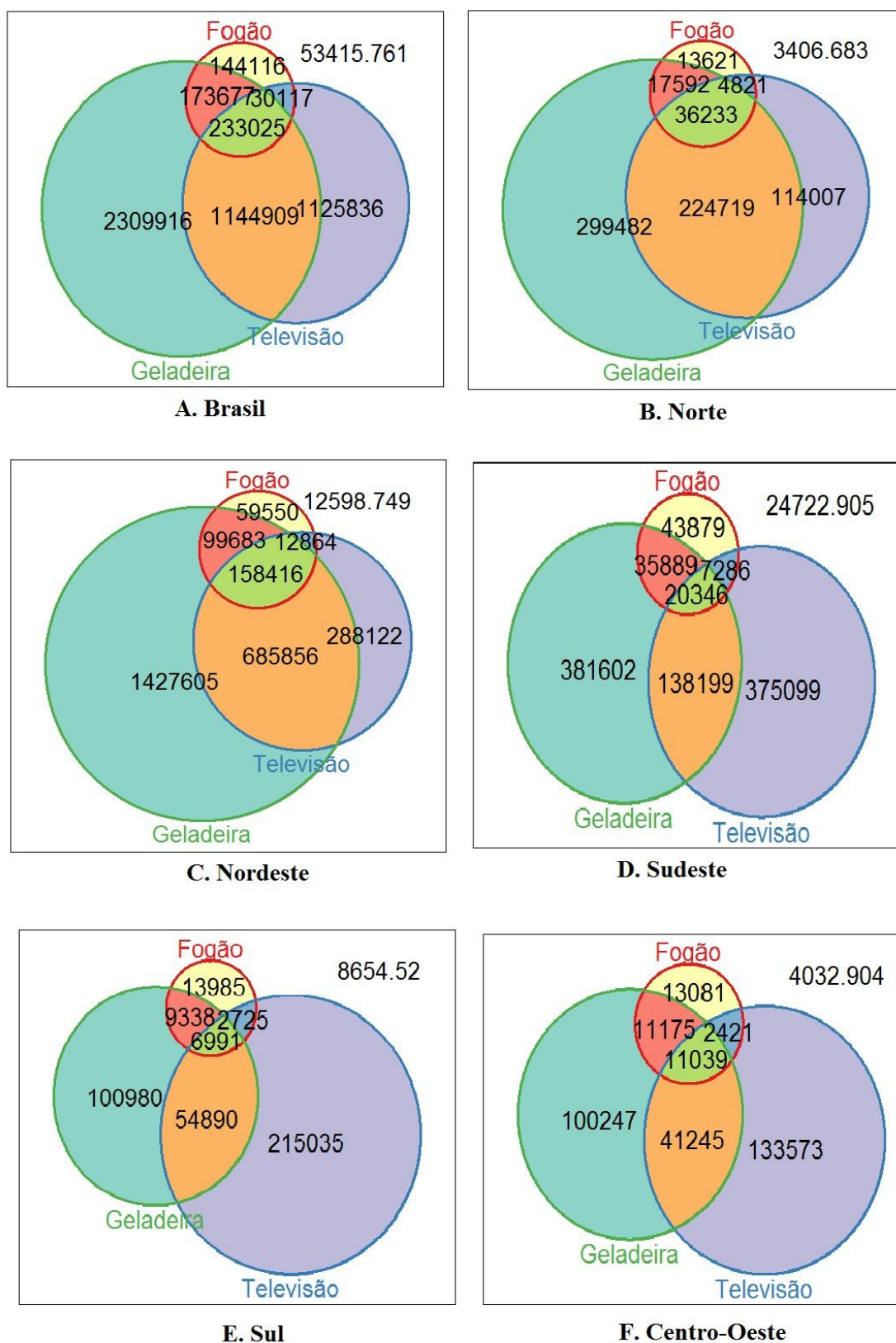


Figura 14 - Total de famílias com carência de alguns itens de Consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Com relação aos estados do Nordeste, apresentado na Figura 15, Maranhão e Bahia são os estados com maior percentual de domicílios do Nordeste que não possuem nem fogão, nem televisão nem geladeira, com 28,83% e 27,20%, respectivamente. Ou seja, apenas dois estados da região são responsáveis por mais da metade dos domicílios nordestinos que não possuem nenhum dos três itens de consumo. Na sequência, o estado de Pernambuco participa com 13,21% e o Ceará tem uma participação de 12,39%.

Como pode ser visto no Anexo 4, os estados do Maranhão e Piauí, mais uma vez, são os estados que apresentam maiores necessidades no que diz respeito à falta de televisão (12,69% e 14,19%, respectivamente). Enquanto isso, um resultado ainda menos satisfatório é observado sobre o percentual de famílias nordestinas que não possuem acesso à geladeira, sendo a Bahia o estado com pior resultado (19,17%) e o Rio Grande do Norte no extremo oposto (8,81%).

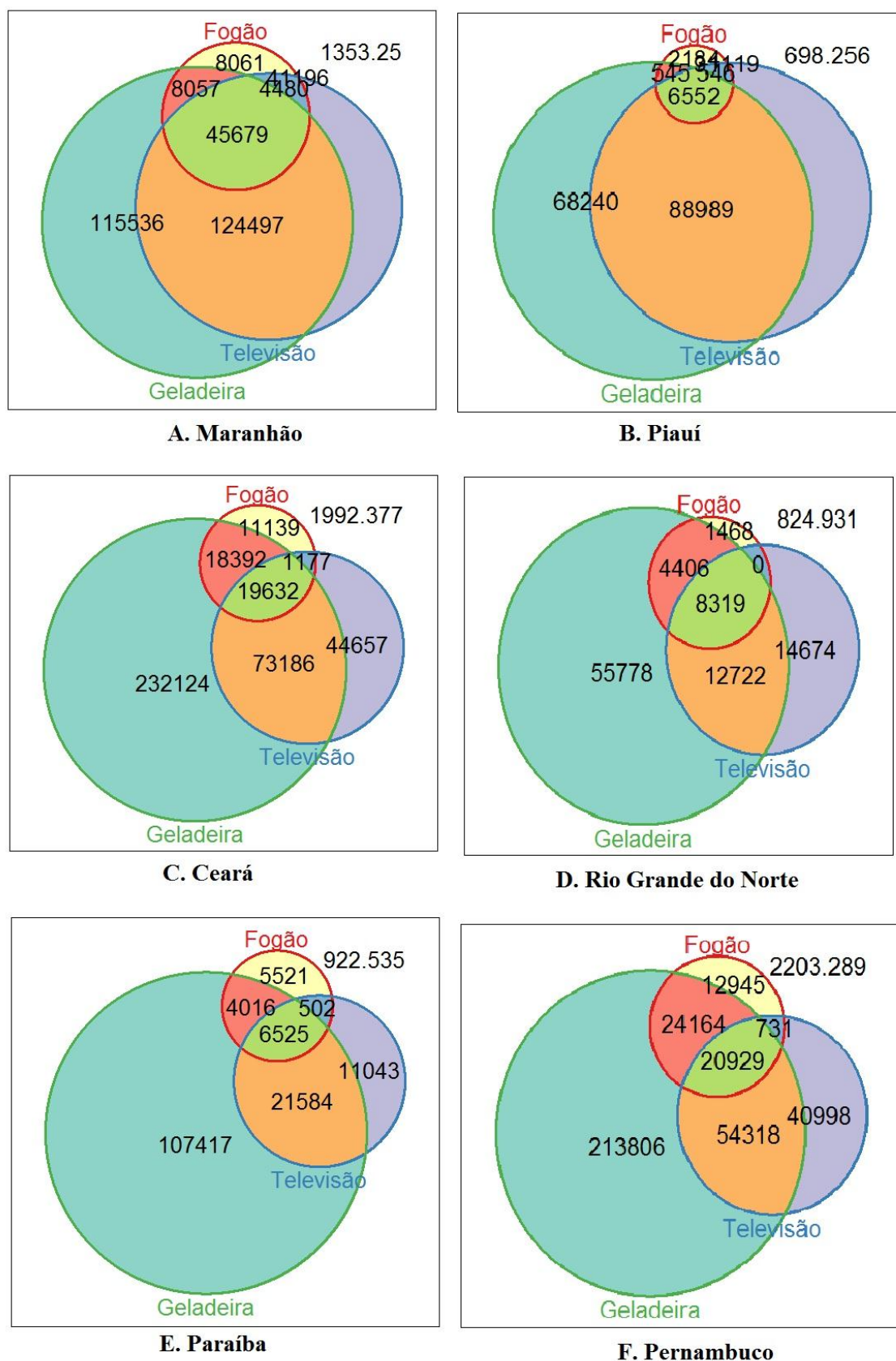
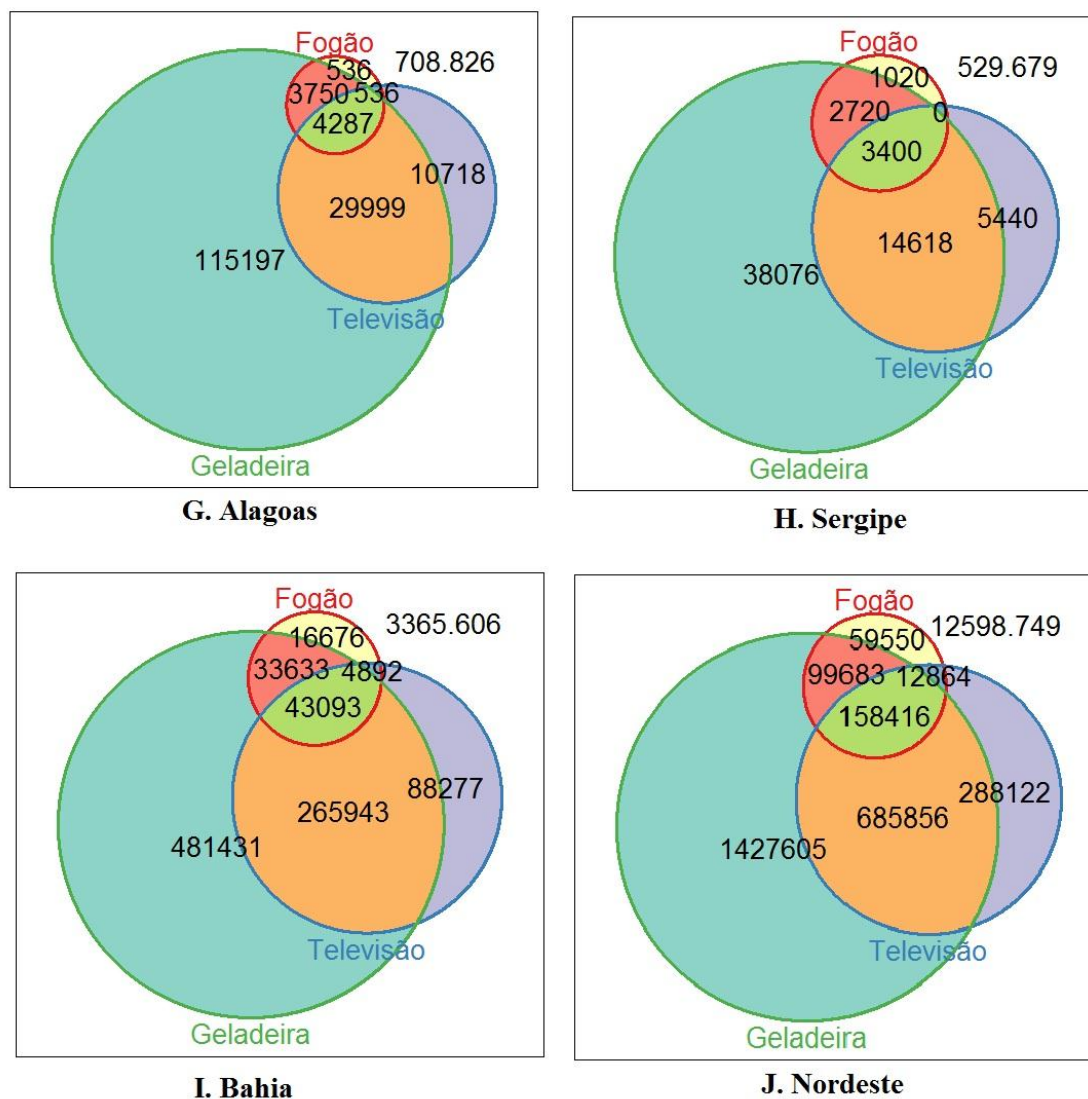


Figura 15 - Total de famílias com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 15

Total de famílias com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

5.2.1. Consumo – áreas urbanas

A Figura 16 nos oferece um panorama de como está a desigualdade regional em termos de consumo de bens duráveis das famílias urbanas no ano de 2009. Mais uma vez, geladeira é o item que mais falta nos domicílios no Brasil e em quase todas as regiões, com exceção das regiões Sul e Centro-Oeste.

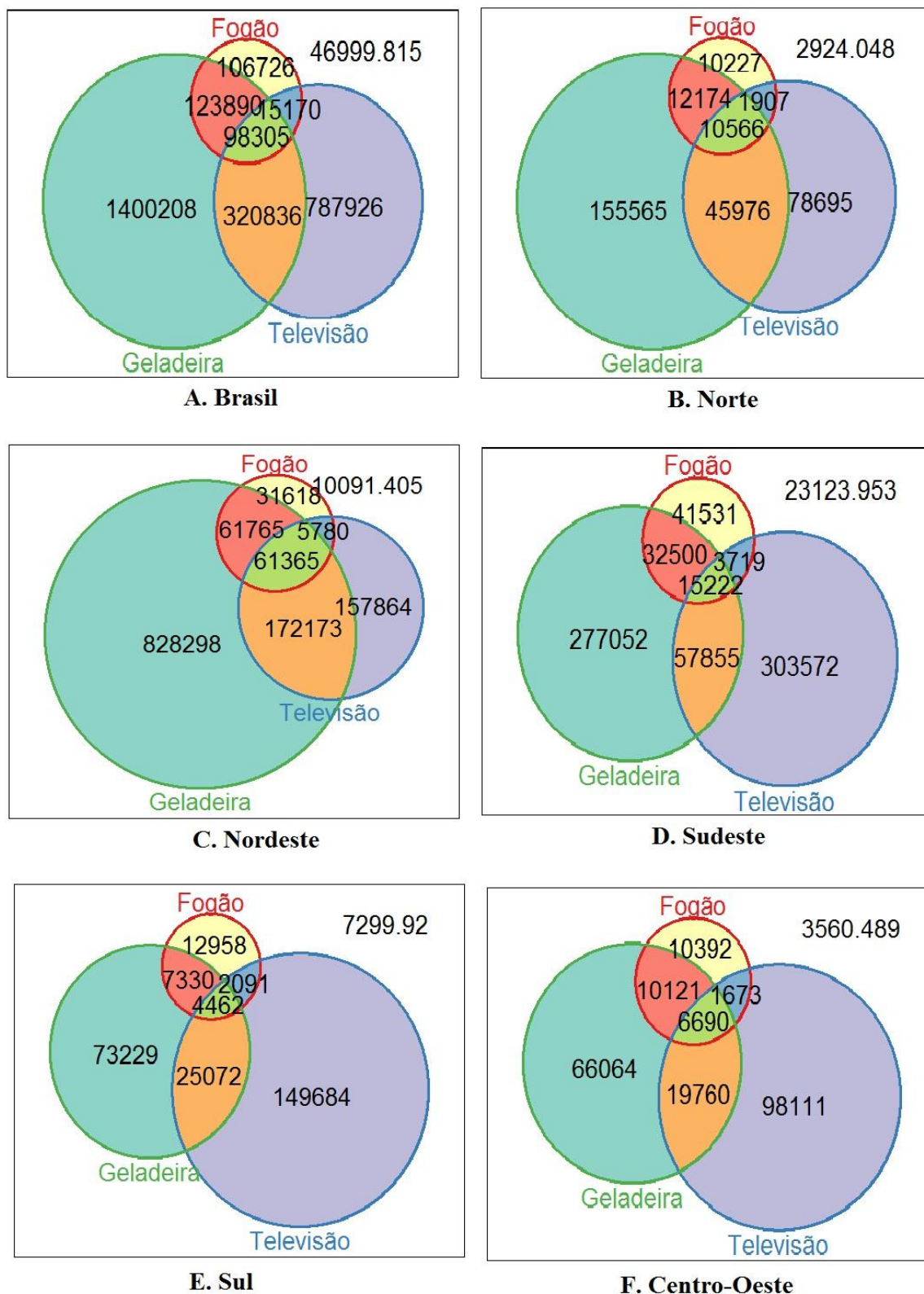


Figura 16 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Na dimensão de consumo, Nordeste e Sudeste são as regiões com maiores percentuais do total de domicílios brasileiros que não possuem nenhum dos três itens (62,42% e 15,48%, respectivamente). Ainda assim, dá pra ver a grande diferença entre a participação da região mais carente (Nordeste) e a segunda pior (Sudeste).

Assim como acontece com a dimensão de habitação, todas as macrorregiões, assim como todos os estados nordestinos, percebe-se que o percentual das famílias que vivem nas áreas urbanas e são carente dos três itens de consumo estudados é menor do que o total de famílias do seu respectivo estado e que estão na mesma situação. Ou seja, as condições de vida nas áreas rurais estão muito aquém da média nacional.

Verifica-se também que 88,44% dos domicílios urbanos no nordeste possuem os três itens de consumo. É a única região que está abaixo de 90%. Enquanto isso, o Sudeste é a região que tem mais acesso a esses bens (96,93% dos domicílios). Em termos absolutos, Nordeste e Sudeste apresentam 10.091.405 e 23.123.953 domicílios, respectivamente, com acesso aos três bens. Ou seja, o Nordeste apresenta menos da metade do número de domicílios nessas condições do que o Sudeste.

Quando analisamos a ausência desses itens nas famílias urbanas em cada uma das regiões, verificamos que 0,54% dos domicílios urbanos do Nordeste não têm acesso a nenhum dos itens, enquanto apenas 0,06% dos domicílios urbanos do Sudeste estão na mesma situação. Em termos absolutos, isso equivale a 15.222 domicílios no Sudeste e mais de quatro vezes esse número (61.365) no Nordeste. Ou seja, o Nordeste possui quatro vezes mais domicílios sem acesso a televisão, geladeira e fogão juntos do que o número de domicílios no Sudeste que estão na mesma situação.

Dos 98.305 domicílios urbanos brasileiros que não possuem acesso a nenhum dos itens de consumo 10.566 (10,75%) estão na região Norte, 61.365 (62,42%) na região Nordeste, 15.222 (15,48%) na região Sudeste, 4.462 (4,54%) na região Sul e 6.690 (6,81%) na região Centro-Oeste.

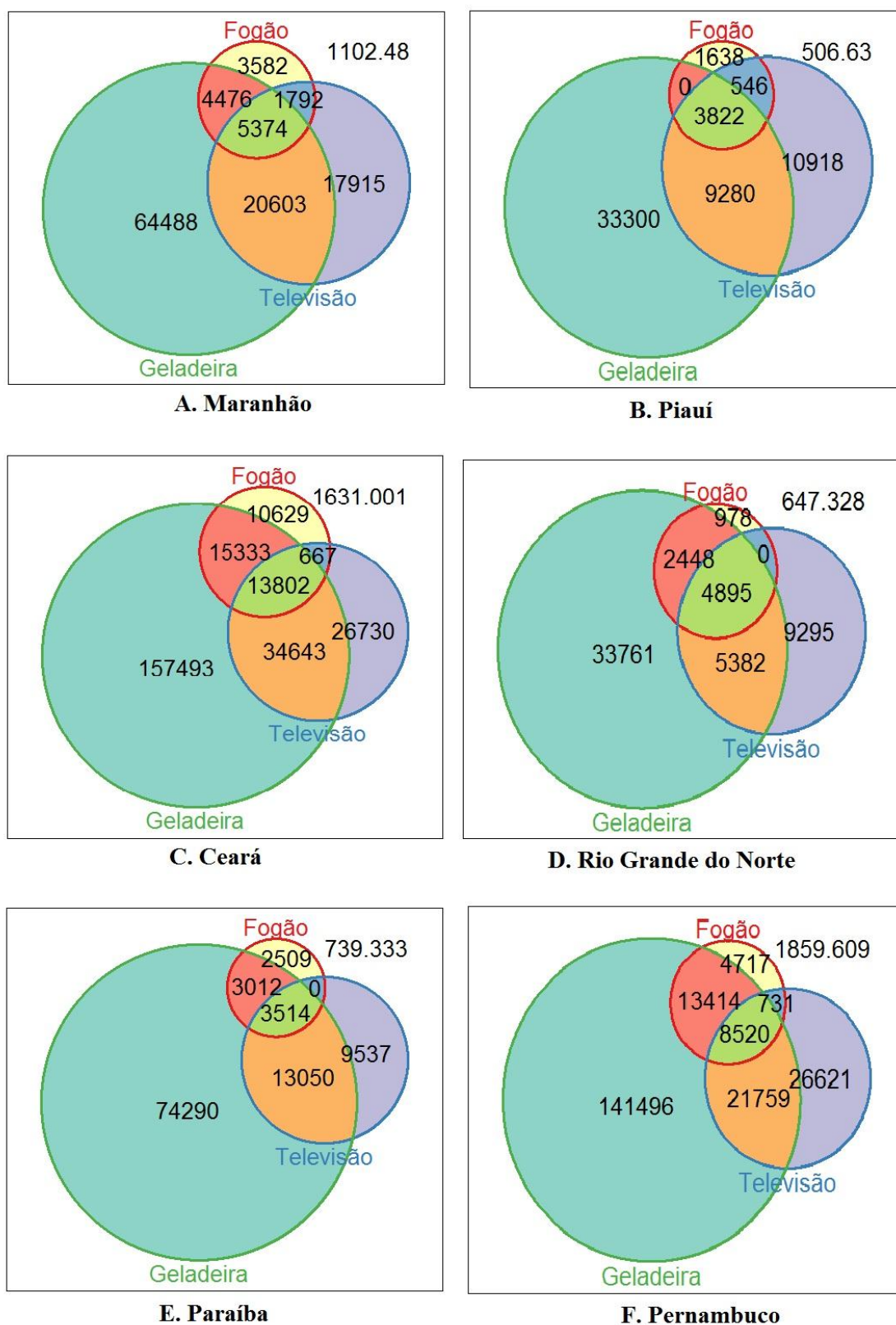
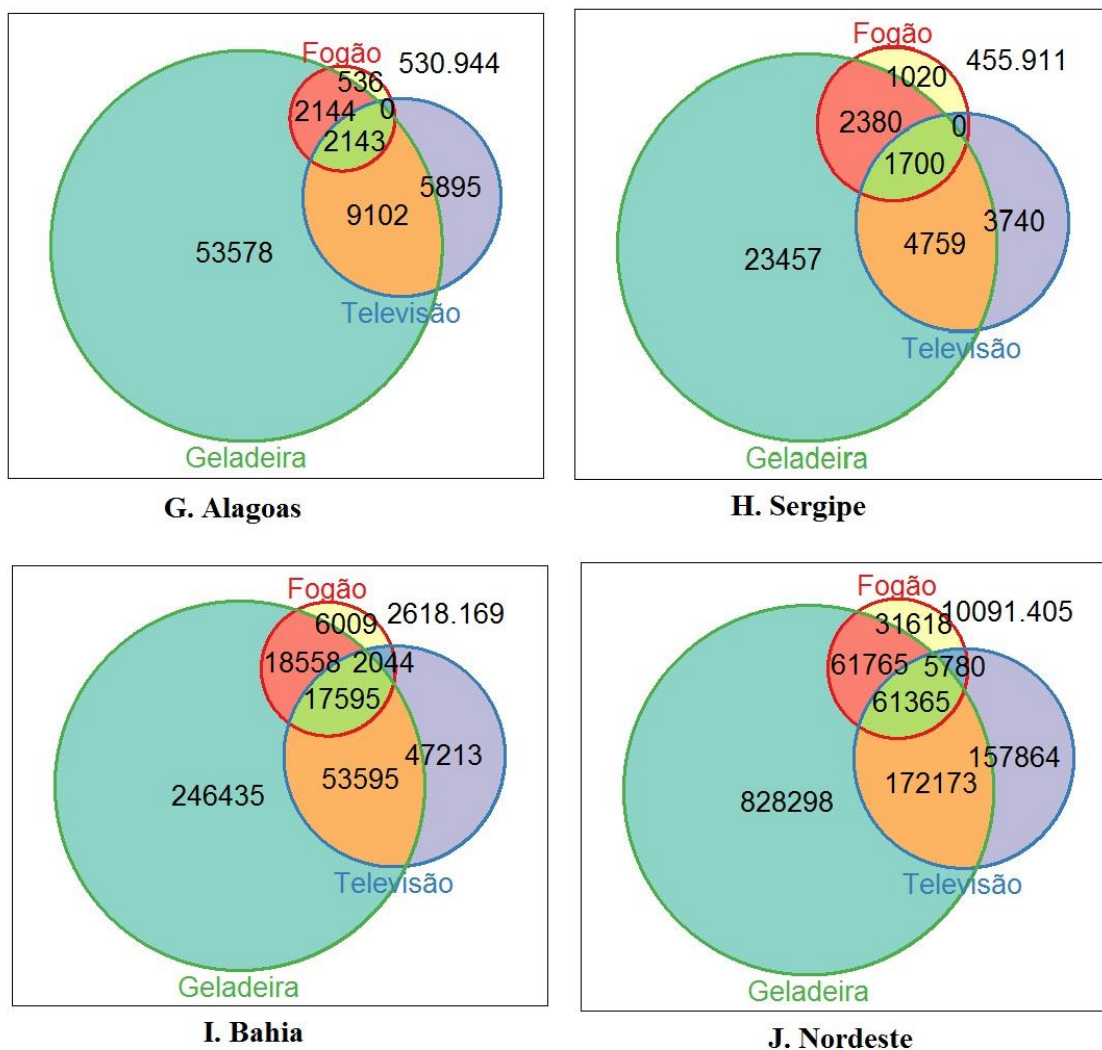


Figura 17 - Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 17
Total de famílias urbanas com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Com relação aos estados nordestinos, dos 61.365 domicílios urbanos que não possuem nenhum dos três itens de consumo, 28,67% encontram-se na Bahia, 22,49% no Ceará e 13,88% em Pernambuco. Ou seja, os três estados economicamente mais importantes da região são responsáveis, juntos, por mais de 65% do total dos domicílios urbanos nordestinos sem acesso à televisão, geladeira e fogão.

5.2.2. Consumo – áreas rurais

As Figuras 18 e 19 tratam dos domicílios das áreas rurais, que são as áreas foco do nosso estudo, especialmente por se tratarem de áreas mais pobres e carentes de atenção. É importante se ter uma ideia do que de fato estas regiões estão precisando, a fim de que se direcione de forma mais eficiente as políticas públicas.

As áreas rurais do Brasil e das macrorregiões estão representados na Figura 18. Mais uma vez, a participação das regiões Norte e Nordeste são as maiores na composição das famílias rurais brasileiras que não possuem nenhum dos três bens de consumo (19,05% e 72,04%, respectivamente). Podemos ainda, verificar a enorme diferença existente entre o primeiro e o segundo lugar (Nordeste e Norte). Enquanto para as demais regiões, a participação com relação ao total do país foram 3,80% para o Sudeste, 1,88% para o Sul e 3,23% para a região Centro-Oeste.

Na área rural de todos os estados, assim como nas áreas urbanas, *geladeira* é o item de maior escassez. Como pode ser visto na Figura 19 e com mais detalhes nos dados do Anexo 6, em termos percentuais, 41,42% dos domicílios da área rural do Maranhão não tem acesso à geladeira (o equivalente a 198.828 domicílios), assim como 35,70% no Piauí (117.924), 24,30% no Ceará (122.063), 15,92% no Rio Grande do Norte (34.739), 19,53% na Paraíba (45.676), 25,90% em Pernambuco (128.028), 32,01% em Alagoas (86.266), 26,00% em Sergipe (26.518) e, finalmente, 37,82% na Bahia (487.917).

A deficiência no acesso a televisão também é um problema que afeta grande parte da população rural nordestina. Percentualmente, 35,45% dos domicílios rurais do Maranhão não têm acesso a televisão. O Maranhão é o estado com maior percentual, seguido pelo Piauí, com 31,08%.

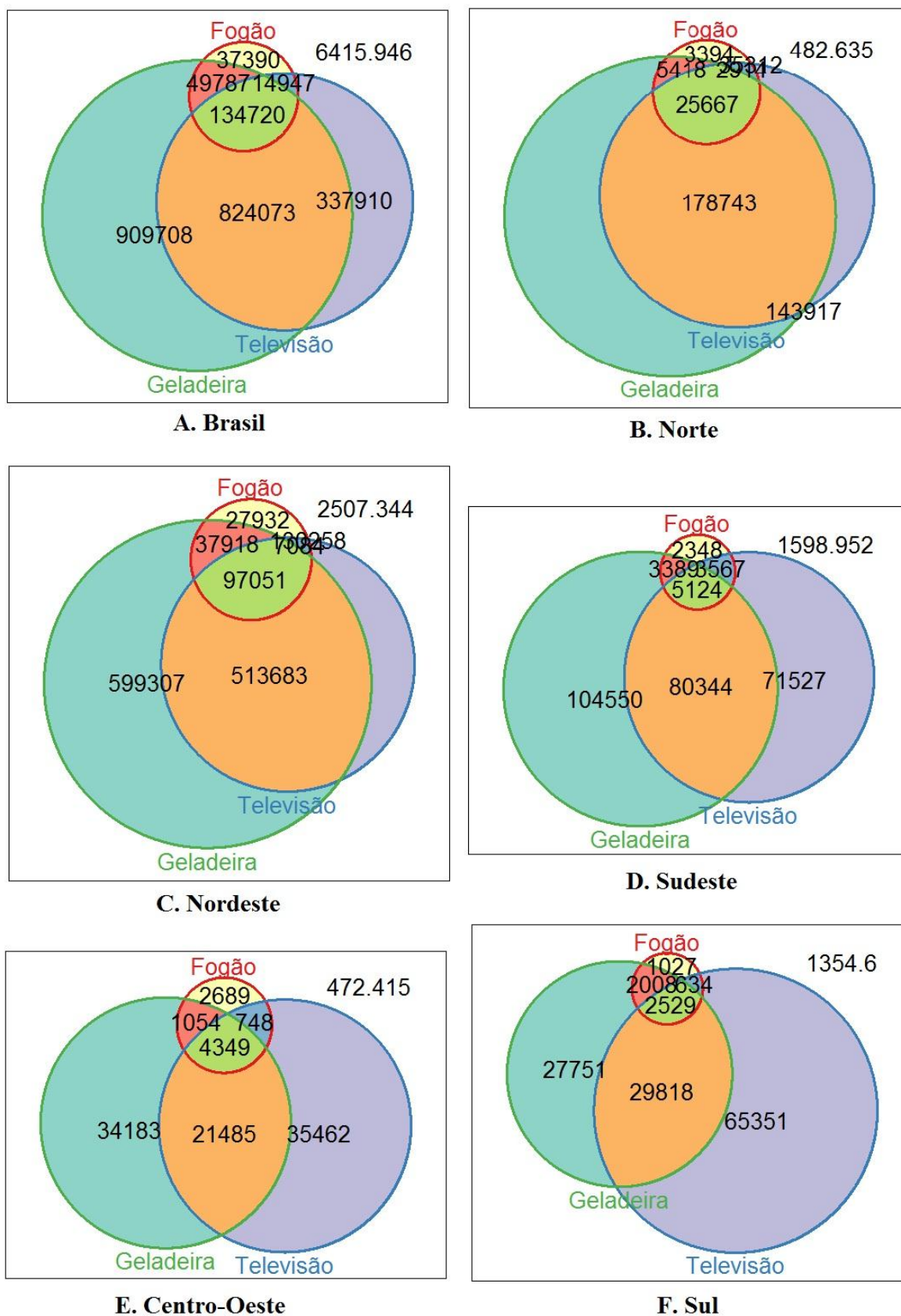


Figura 18- Total de famílias rurais com carência de alguns itens de consumo – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

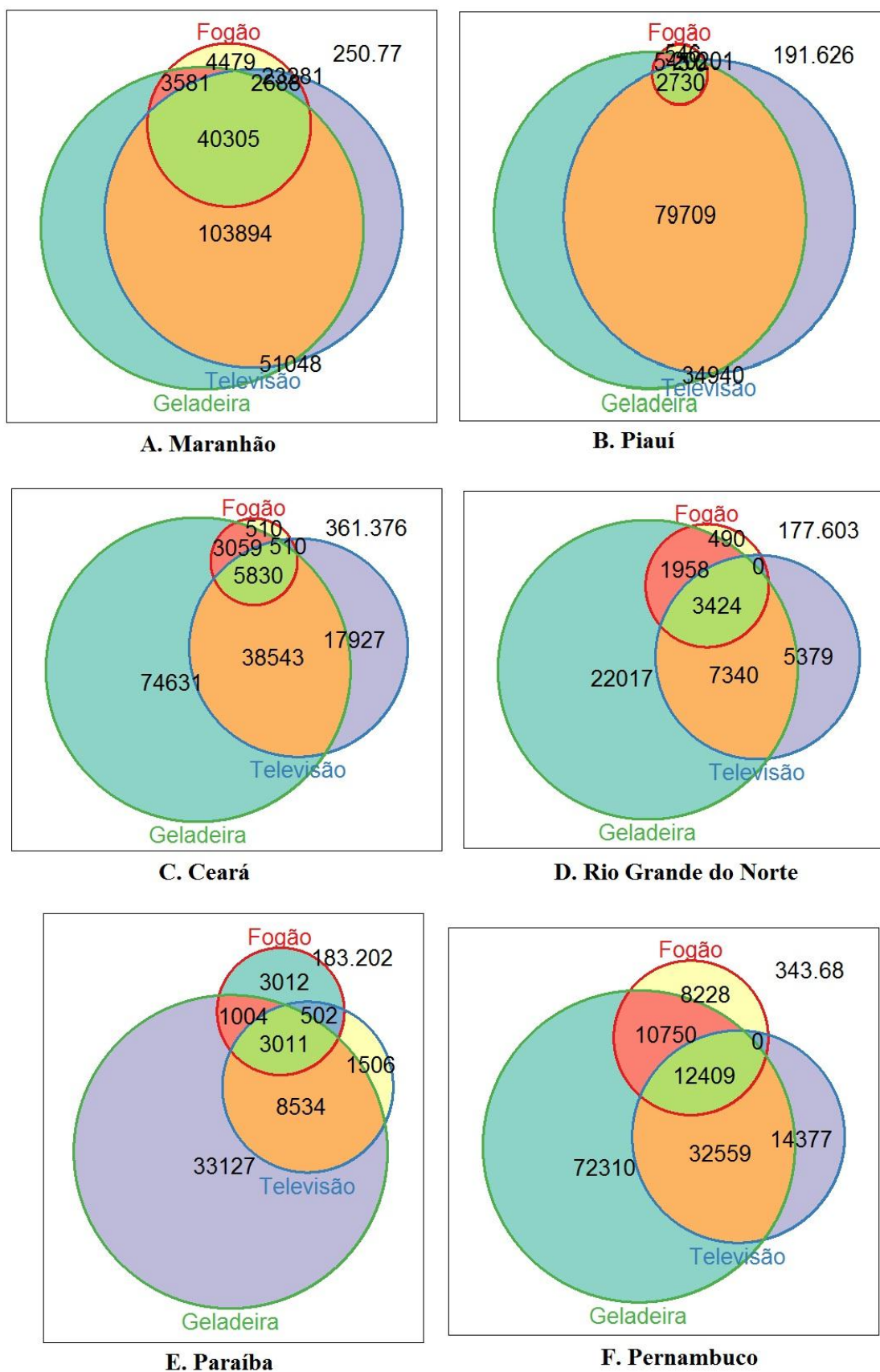
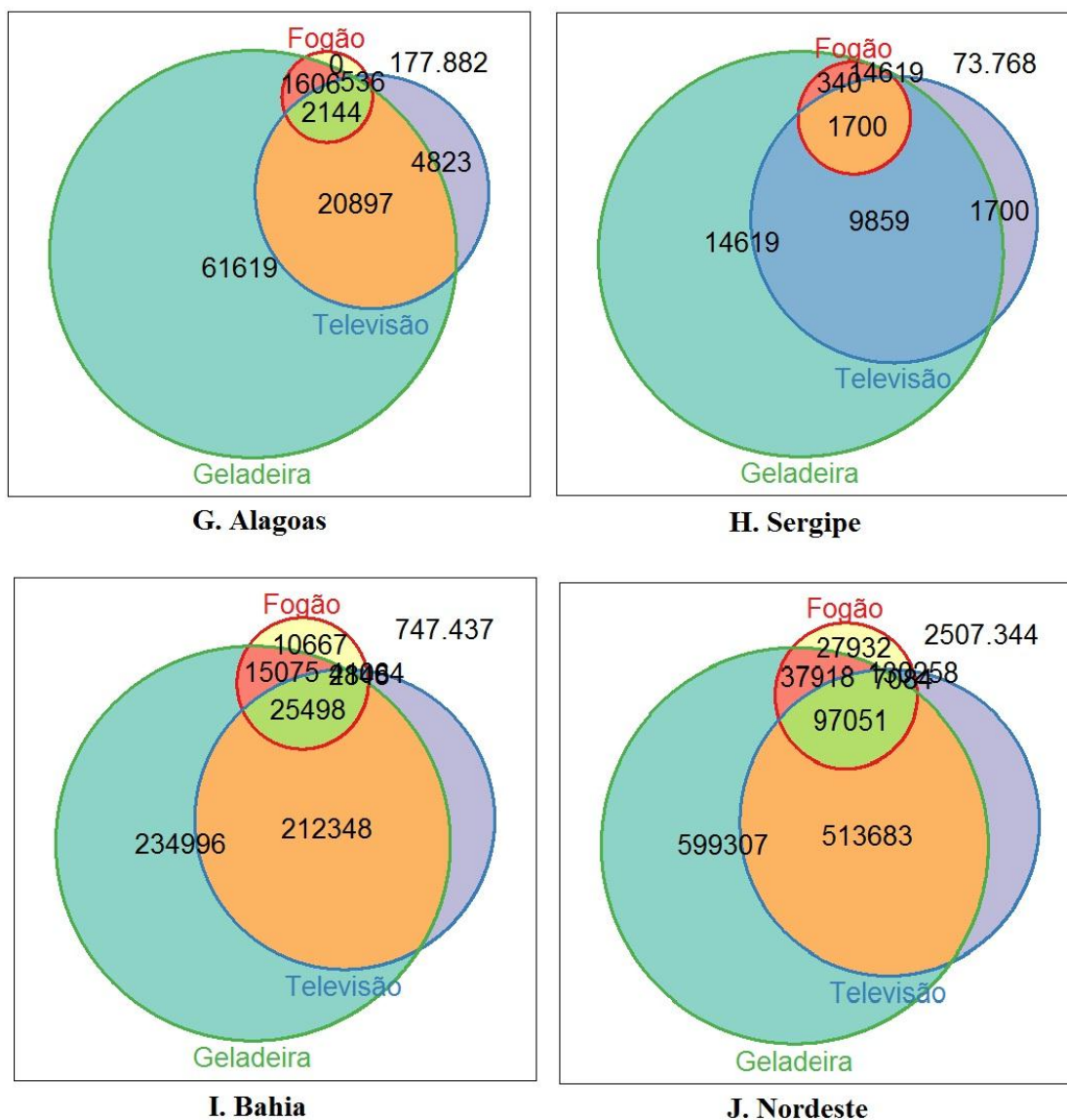


Figura 19 - Total de famílias rurais com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 19
Total de famílias rurais com carência de alguns itens de consumo – Nordeste e Estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

5.3. Relação entre o consumo de Geladeira e o acesso à Energia Elétrica

Aqui serão expostos apenas os resultados para as áreas rurais, tanto para o Brasil e macrorregiões, quanto para os estados nordestinos. Os resultados para as áreas urbanas e para o total das áreas podem ser encontrados nos diagramas localizados nos anexos deste trabalho (Anexo 7 ao 10).

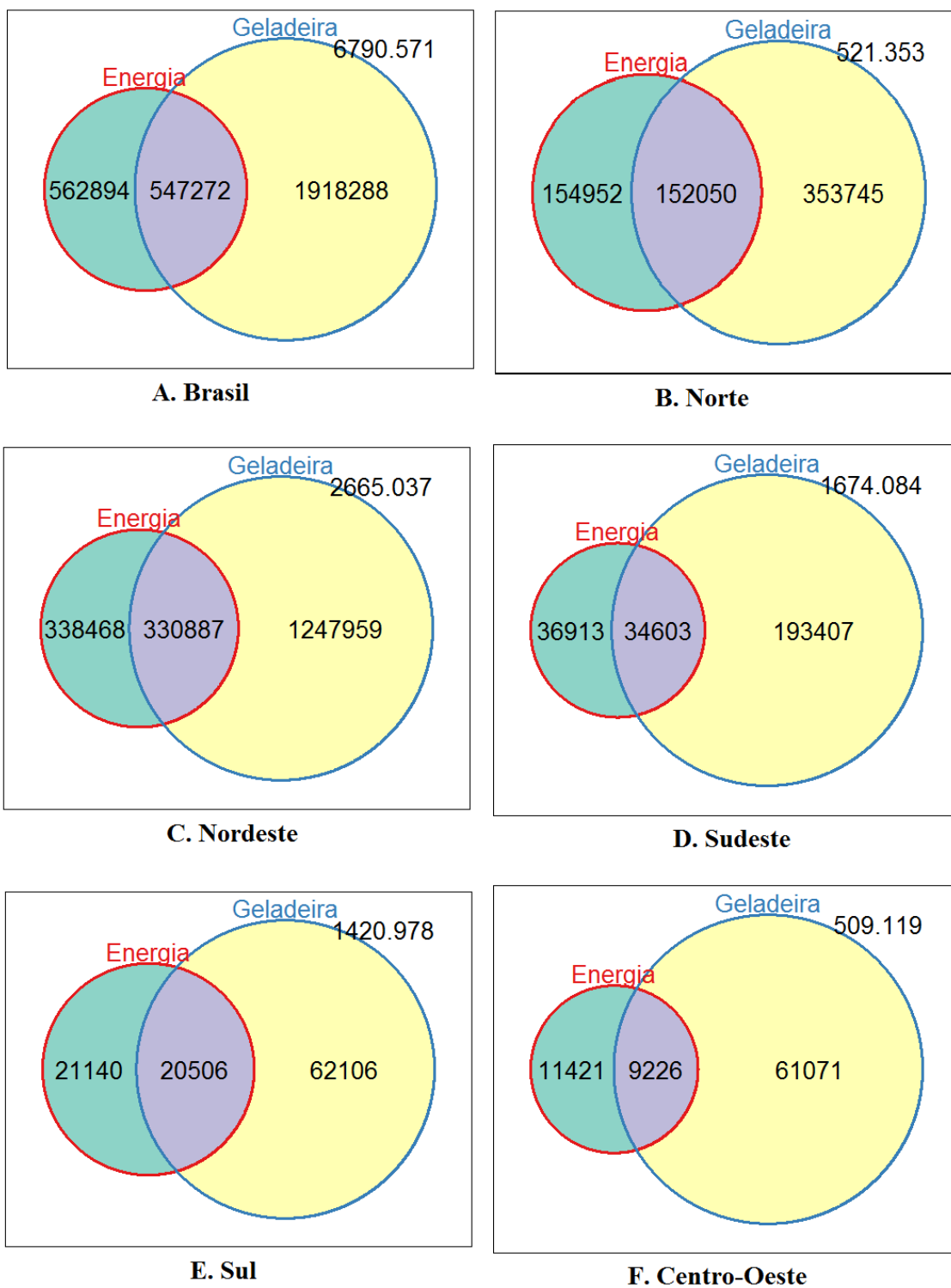


Figura 20 - Total de domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Brasil e Macrorregiões – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Optamos por fazer esta análise uma vez que o uso de uma geladeira está diretamente relacionado ao acesso à energia elétrica no domicílio. No entanto, podemos observar que muitos domicílios possuem geladeira, mesmo sem ter energia elétrica. Uma das possíveis explicações é o fato de existir muitos tipos diferentes de geladeira, como a gás, querosene, baterias, etc., que não exijam acesso à eletricidade.

Tabela 1 - Valores absolutos e percentuais dos domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Brasil, macrorregiões e estados nordestinos - 2009

	Valores Absolutos					Percentual com relação ao total de domicílios (%)			
	Total Domicílios Rurais	Energia (E)	Geladeira (G)	Não tem E nem G	Tem E e G	Energia (E)	Geladeira (G)	Não tem E nem G	Tem E e G
Brasil	8.724.481	562.894	1.918.288	547.272	6.790.571	6,45	21,99	6,27	77,83
Norte	878.000	154.952	353.745	152.050	521.353	17,65	40,29	17,32	59,38
Nordeste	3.920.577	338.468	1.247.959	330.887	2.665.037	8,63	31,83	8,44	67,98
Sudeste	1.869.801	36.913	193.407	34.603	1.674.084	1,97	10,34	1,85	89,53
Sul	1.483.718	21.140	62.106	20.506	1.420.978	1,42	4,19	1,38	95,77
Centro-Oeste	572.385	11.421	61.071	9.226	509.119	2,00	10,67	1,61	88,95
Maranhão	480.046	94.045	198.828	92.254	279.427	19,59	41,42	19,22	58,21
Piauí	330.297	61.147	117.924	59.509	210.735	18,51	35,70	18,02	63,80
Ceará	502.386	18.506	122.063	18.506	380.323	3,68	24,30	3,68	75,70
Rio Grande do Norte	218.211	2.936	34.739	1.958	182.494	1,35	15,92	0,90	83,63
Paraíba	233.898	4.016	45.676	4.016	188.222	1,72	19,53	1,72	80,47
Pernambuco	494.313	9.953	128.028	9.400	365.732	2,01	25,90	1,90	73,99
Alagoas	269.507	5.894	86.266	5.358	182.705	2,19	32,01	1,99	67,79
Sergipe	101.986	2.040	26.518	2.040	75.468	2,00	26,00	2,00	74,00
Bahia	1.289.933	139.931	487.917	137.846	799.931	10,85	37,82	10,69	62,01

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

Como pode ser visto na Figura 20 e na Tabela 1, a falta de geladeira está muito mais presente nos domicílios rurais em todas as regiões, o que está de acordo com o esperado. No entanto, é interessante observar que o número de domicílios que não possui energia elétrica e que possui geladeira, em todas as regiões, é muito semelhante ao

número de domicílios que não possui nenhum dos dois itens (que pode ser visto na interseção das circunferências).

Em termos comparativos, 8,44% dos domicílios da área rural do Nordeste não possuem nem geladeira nem energia elétrica, enquanto apenas 1,85% dos domicílios no Sudeste, 1,38% no Sul e 1,61% no Centro-Oeste estão na mesma situação. Quando olhamos para os valores absolutos, o problema torna-se ainda maior. O nordeste possui 330.887 domicílios na zona rural sem acesso a energia e sem geladeira, ou seja, quase nove vezes o número de domicílios na mesma situação na zona rural do Sudeste (36.913), quase 16 vezes na região Sul (21.140) e 29 vezes na região Centro-Oeste (11.421).

A Figura 21 apresenta estes resultados para os estados nordestinos. Verifica-se que, proporcionalmente ao número total de domicílios na zona rural, a maioria dos estados tem fácil acesso à energia elétrica. Isso pode ser observado pelos baixos percentuais na coluna Energia (E) na segunda metade da Tabela 1, onde o Ceará apresenta apenas 3,68% dos domicílios rurais sem acesso à energia elétrica, o Rio Grande do Norte 1,35%, a Paraíba 1,72%, Pernambuco 2,01%, Alagoas 2,19% e Sergipe 2,00%. Dentre os estados com pior acesso à energia, estão maranhão, com 19,59%, Piauí, com 18,51% e Bahia com 10,85%.

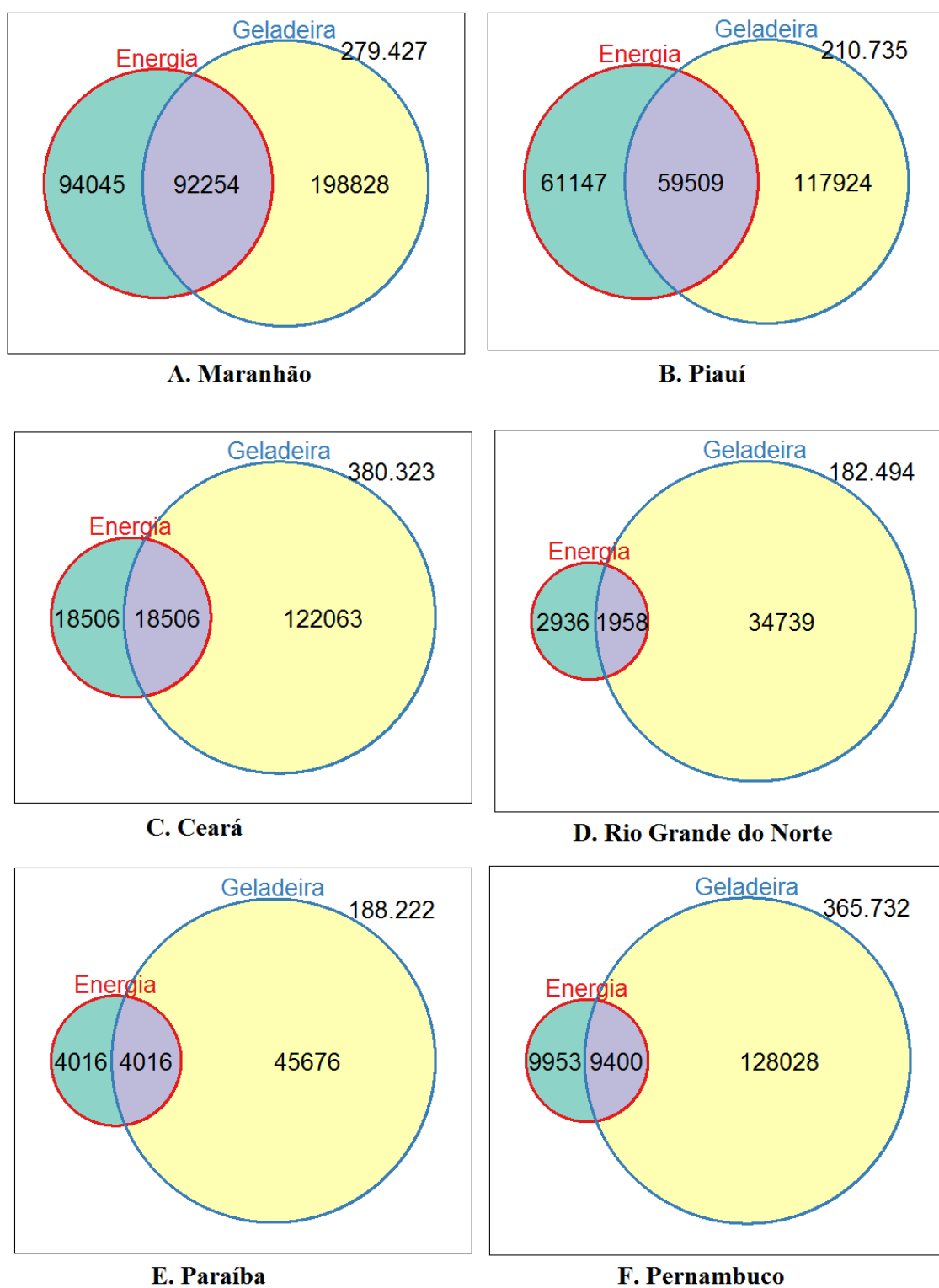
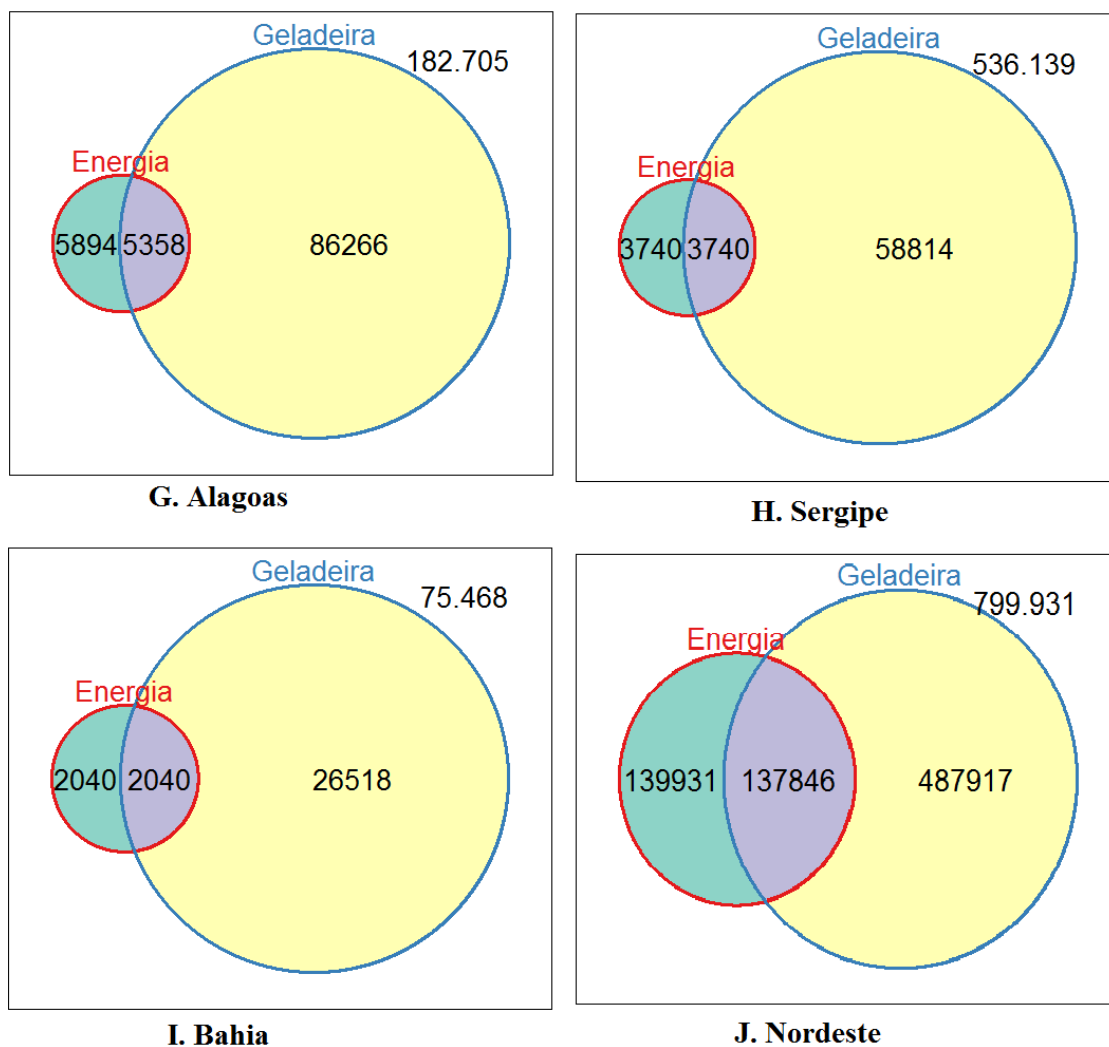


Figura 21 - Total de domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Nordeste e estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua



Continuação – Figura 21

Total de domicílios rurais sem acesso à geladeira e energia elétrica – Nordeste e estados do Nordeste – 2009

Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

6. RENDA COMO MEDIDA DE POBREZA

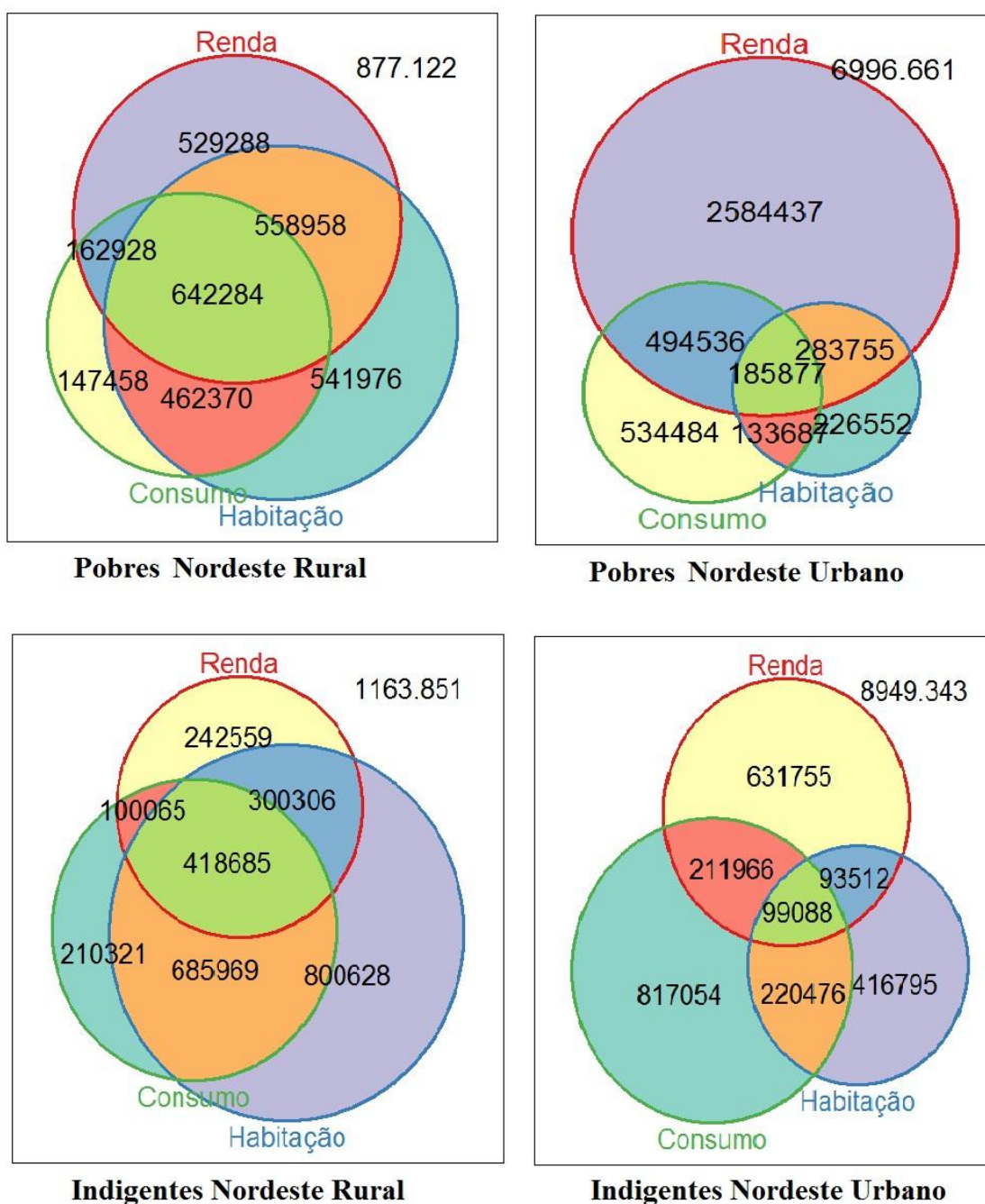
Para se ter uma dimensão da pobreza em termos de renda domiciliar per capita, contrastado com as demais variáveis utilizadas neste estudo, foram elaboradas sobreposições incluindo variáveis de renda, habitação e consumo. Para tanto, foi criada uma *dummy* de renda, sendo aqueles domicílios com renda domiciliar per capita superior à linha de pobreza assumindo valor igual a 1 e os que se encontram abaixo da linha de pobreza tem valor igual a zero.

Foi estabelecida a linha de pobreza e indigência igual a utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada para o ano de 2009 a valores correntes. Como o Instituto não segmenta as linhas de pobreza de forma tão detalhada quanto a análise no presente trabalho, foram utilizadas aqui apenas as linhas de pobreza e indigência para as áreas urbanas e rurais da região Nordeste.

A área urbana do Nordeste possui uma linha de pobreza de R\$ 201,03, enquanto as áreas rurais, em média, tem uma linha de pobreza de R\$ 179,29. Com relação à linha de indigência, o IPEA optou por utilizar a metade da linha de pobreza, sendo, portanto, de R\$ 100,51 para as áreas urbanas e R\$ 89,65 para as áreas rurais desta região.

Além disso, na seção referente à metodologia, optamos por segmentar a população pobre em três tipos. O do TIPO 1 são aqueles domicílios que não possuem nenhum dos três itens de Consumo e nenhum dos três itens de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência; os do TIPO 2 são aqueles domicílios carentes em pelo menos dois dos três itens tanto na dimensão de Consumo quanto de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência; e os do TIPO 3 são aqueles domicílios carentes em pelo menos um dos três itens tanto na dimensão de Consumo quanto de Habitação, além de estarem abaixo da linha de pobreza/indigência.

Embora tenhamos feito os cálculos e gráficos para os três tipos de domicílios, escolhemos o domicílio pobre do TIPO 3 para analisar mais detalhadamente, pois, apesar de estar em uma situação mais favorável que os demais domicílios, ainda é carente de serviços e bens essenciais para se ter uma vida digna. As Figuras que representam os pobres dos Tipos 1 e 2 podem ser encontrados nos Anexos 11 e 12, respectivamente.



**Figura 22 – Domicílios Pobres/Indigentes – TIPO 3 –
Nordeste Urbano e Rural – 2009**

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD 2009.

A Figura 22 apresenta os resultados para os domicílios do TIPO 3, cuja carência se dá em pelo menos um item de habitação, pelo menos um item de consumo e renda menor que a linha de pobreza/indigência, tanto para as áreas urbanas quanto rurais do Nordeste.

Uma importante característica que se deve destacar é que nos quatro diagramas da Figura 22 percebe-se que, embora o número total de domicílios nas áreas urbanas seja maior do que na área rural, o tamanho da interseção das três dimensões é maior nas áreas rurais. Ou seja, tanto em termos absolutos quanto percentuais, as áreas rurais do nordeste apresentam maior número de pessoas pobres e indigentes comparativamente as áreas urbanas.

Tabela 2 – Domicílios nordestinos com privações de componentes relacionados à habitação, consumo e renda – 2009

		Valores Absolutos							
		Total Domicílios	Renda (R)	Habitação (H)	Consumo (C)	RH	HC	RC	RHC
Tipo 1	Pobre Rural	3.922.384	1.893.458	231.045	97.051	131.368	39.598	54.045	25.017
	Pobre Urbano	11.439.989	3.548.605	15.339	61.365	11.453	4.424	21.391	2.309
	Indigente Rural	3.922.384	1.061.615	231.045	97.051	90.060	39.598	40.959	19.871
	Indigente Urbano	11.439.989	1.036.321	15.339	61.365	6.368	4.424	12.306	1.279
Tipo 2	Pobre Rural	3.922.384	1.893.458	1.054.221	657.543	603.980	456.258	352.247	255.115
	Pobre Urbano	11.439.989	3.548.605	168.084	330.804	102.957	46.634	141.125	24.699
	Indigente Rural	3.922.384	1.061.615	1.054.221	657.543	388.025	456.258	236.749	174.704
	Indigente Urbano	11.439.989	1.036.321	168.084	330.804	46.890	46.634	68.893	11.599
Tipo 3	Pobre Rural	3.922.384	1.893.458	2.205.588	1.415.040	1.201.242	1.104.654	805.212	642.284
	Pobre Urbano	11.439.989	3.548.605	829.871	1.348.584	469.632	319.564	680.413	185.877
	Indigente Rural	3.922.384	1.061.615	2.205.588	1.415.040	718.991	1.104.654	518.750	418.685
	Indigente Urbano	11.439.989	1.036.321	829.871	1.348.584	192.600	319.564	311.054	99.088
		Percentual com relação ao total de domicílios (%)							
			Renda (R)	Habitação (H)	Consumo (C)	RH	HC	RC	RHC
Tipo 1	Pobre Rural		48,27	5,89	2,47	3,35	1,01	1,38	0,64
	Pobre Urbano		31,02	0,13	0,54	0,10	0,04	0,19	0,02
	Indigente Rural		27,07	5,89	2,47	2,30	1,01	1,04	0,51
	Indigente Urbano		9,06	0,13	0,54	0,06	0,04	0,11	0,01
Tipo 2	Pobre Rural		48,27	26,88	16,76	15,40	11,63	8,98	6,50
	Pobre Urbano		31,02	1,47	2,89	0,90	0,41	1,23	0,22
	Indigente Rural		27,07	26,88	16,76	9,89	11,63	6,04	4,45
	Indigente Urbano		9,06	1,47	2,89	0,41	0,41	0,60	0,10
Tipo 3	Pobre Rural		48,27	56,23	36,08	30,63	28,16	20,53	16,37
	Pobre Urbano		31,02	7,25	11,79	4,11	2,79	5,95	1,62
	Indigente Rural		27,07	56,23	36,08	18,33	28,16	13,23	10,67
	Indigente Urbano		9,06	7,25	11,79	1,68	2,79	2,72	0,87

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD 2009.

Como pode ser visto tanto na Figura 22 quando na Tabela 2, 642.284 domicílios da zona rural nordestina estão na interseção das três circunferências, podendo ser considerados pobres, de acordo com o estabelecido neste trabalho, enquanto 185.877 domicílios da zona urbana estão na mesma condição. Ou seja, na zona rural existem quase 3,5 vezes mais número de domicílios pobres do que na zona urbana.

Com relação aos valores percentuais, verificou-se que quase metade da população rural nordestina é pobre (48,27%) de acordo com a linha de pobreza estabelecida pelo IPEA, enquanto 31,02% na zona urbana estão na mesma situação. Já no que se refere aos indigentes, 27,07% dos domicílios na zona rural nordestina se enquadram como tal, enquanto apenas pouco mais de 9% estão na mesma situação nas zonas urbanas desta região.

Como dito anteriormente, foram escolhidos para análise mais detalhada os domicílios pobres do TIPO 3, uma vez que graficamente fica mais clara a visualização. Apesar disso, a Tabela 2 nos oferece dados importantes para analisar o grave problema enfrentado pela população rural nordestina. Dos domicílios pobres do TIPO 2 do Nordeste rural, 6,50% se encontram a interseção das dimensões, ou seja, estão abaixo da linha de pobreza, não possuem dois (ou nenhum dos três) bens de consumo e nem dois (ou nenhum dos três) serviços de habitação, enquanto 4,45% estão abaixo da linha de indigência de renda, além de características semelhantes para consumo e habitação. Os resultados para as áreas urbanas são pouco significantes, representados por 0,22% de pobres e 0,10% de indigentes. Já com relação ao TIPO 3, 16,37% dos domicílios são considerados pobres, enquanto 10,67% são considerados indigentes nas três dimensões.

Com esses dados, pode-se ter uma ideia da magnitude da pobreza na zona rural nordestina e o quão intensa e perversa ela é nessa região. Espera-se que este trabalho possa servir como base para elaborações de políticas públicas voltadas para estas áreas, de modo que se consiga minimizar os efeitos adversos intrínsecos a este problema.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de auxiliar nas futuras políticas públicas de combate à pobreza e à pobreza extrema no país, sabendo que este é um dos mais graves problemas enfrentados pela população brasileira, especialmente a nordestina, o objetivo desta pesquisa é caracterizar a pobreza no Nordeste do Brasil utilizando-se para isso das variáveis de habitação e consumo que, possivelmente, possuem um papel importante na caracterização deste entrave econômico-social.

Os cálculos foram feitos a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE para o ano mais recente disponibilizado (2009). Deve ser lembrado que a base de dados utilizada capta apenas os rendimentos em dinheiro, não levando em consideração o valor da produção para autoconsumo, que representa uma importante parcela da renda real dos pequenos agricultores. Este é um dos motivos pelos quais o critério apenas da renda não está bem fundamentado.

Foram estimadas sobreposições entre três variáveis de habitação (acesso a energia elétrica, saneamento e água canalizada) e consumo de bens duráveis (geladeira, televisão e fogão), de modo que se pudesse observar tanto em termos percentuais quanto absolutos, aqueles domicílios que não possuem acesso a esses bens. Como discutido, verificou-se que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam maiores percentuais de domicílios sem acesso aos itens de habitação e consumo. E, além disso, o Nordeste ainda é o pior em termos absolutos, apesar do Sudeste ser a região mais populosa. Na dimensão de habitação, o item mais escasso é a água canalizada, seguido pelo esgotamento sanitário e energia elétrica. Esta sequência ocorre tanto em áreas urbanas quanto nas rurais.

Na dimensão de consumo, o item *geladeira* é o que mais falta nos domicílios brasileiros. No entanto, a diferença de acesso entre domicílios das áreas urbanas e rurais é enorme. No Nordeste rural, por exemplo, 31,83% dos domicílios não possuem geladeira, enquanto no Nordeste urbano apenas 9,85%.

Embora o número total de domicílios nas áreas urbanas da região nordeste seja maior do que na área rural, o valor da área referente às três dimensões (renda, consumo e habitação) é maior nas áreas rurais. Em termos absolutos, 642.284 domicílios da zona rural nordestina podem ser considerados pobres do TIPO 3, enquanto 185.877 domicílios

da zona urbana estão na mesma condição. Ou seja, na zona rural existem quase 3,5 vezes mais número de domicílios pobres do TIPO 3 do que na zona urbana.

Percentualmente, quase metade da população rural é pobre do TIPO 3 (48,27%) de acordo com a linha de pobreza estabelecida pelo IPEA e adotada neste trabalho, enquanto 31,02% na zona urbana estão na mesma situação. Já no que se refere aos indigentes, 27,07% dos domicílios na zona rural nordestina se enquadram como tal, enquanto apenas pouco mais de 9% estão na mesma situação nas zonas urbanas desta região.

Espera-se, com essa pesquisa, compreender como determinadas variáveis estão presentes na caracterização da pobreza nordestina e, com isso, auxiliar no direcionamento de políticas públicas mais eficientes, de modo que se consiga reduzir os efeitos adversos deste mal, principalmente dentro da população rural da região.

8. REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S. 2007. "Choosing dimensions: the capability approach and multidimensional poverty." *CPRC Working Paper* n. 88. August.
- ALKIRE, S., SANTOS, M. E. 2010. "Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries." Oxford Poverty and Human Development Initiative, Working Paper 38, University of Oxford.
- ANAND, S., SEN, A. 1997. "Concepts of Human Development and poverty: a Multidimensional Perspective." *Human Development Papers*.
- ARBACHE, J. S., 2003. *Pobreza e Mercados no Brasil – uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL.
- BARROS, R. P., CARVALHO, M., FRANCO, S. 2006. "Pobreza Multidimensional no Brasil." *Texto para Discussão IPEA* N° 1227. Rio de Janeiro, outubro.
- BOURGUIGNON, F., CHAKRAVARTY, S. R. 2003. "The measurement of multidimensional poverty." *Journal of Economic Inequality* 1: 25–49.
- FOSTER, J., GREER, J., THORBECKE, E. 1984. "A Class of Decomposable Poverty Measures." *Econometrica*, Vol. 52, No. 3 (May, 1984), pp. 761-766
- GREMAUD, A. P., TONETO JÚNIOR, R., VASCONCELLOS, M. A. S. 2007. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7. ed. São Paulo: Atlas. v. 1. 659 p.
- HOFFMANN, R. 2002. "Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil." In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA. Capítulo 3, p. 81-107.
- MARIANO, J. L., NEDER, H. D. 2004. "Renda e Pobreza entre Famílias no meio Rural do Nordeste." *Anais do IX Encontro Nacional De Economia Política*. Uberlândia, MG.
- MARIN, S. R., OTTONELLI, J. 2008. "Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS." *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 241 - 265, set/dez.

- NEDER, H. D., BUAINAIN, A. M., LIMA, F. 2007. "Evolução e Pobreza Rural no Brasil." *FIDA*: Campinas. (Mimeo).
- RAVALLION, M. 1996. "Issues in Measuring and Modelling Poverty," *Economic Journal, Royal Economic Society*, vol. 106(438), pages 1328-43, September.
- RAVALLION, M. 2011. "On multidimensional indices of poverty." *Journal of Economic Inequality*. V. 9, N. 2, P. 235-248.
- ROCHA, S. 1995. "Governabilidade e Pobreza – o desafio dos números." *Texto para Discussão*. IPEA – n. 368.
- SEN, A. 1976. "Poverty: An Ordinal Approach to Measurement." *Econometrica*, Vol. 44, No. 2 (Mar., 1976), pp. 219-231.
- SILVA, A. M. R. 2009. "Um Estudo sobre Pobreza Multidimensional na Região Nordeste do Brasil." *Dissertação de Mestrado* - Universidade Federal de Uberlândia.
- SILVA JÚNIOR, L. H., SAMPAIO, Y. 2010. "Notas sobre a pobreza e a educação no Brasil." *Problemas del Desarrollo*, v. 41, p. 75-98.
- TSUI, K. 2002. "Multidimensional poverty indices." *Social Choice and Welfare*. V. 19. P. 69-93.

ANEXO 1 - Domicílios com privações em alguns componentes relacionados à habitação
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009

	Valores Absolutos								Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
	Total Domicílios	Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB	Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB
Brasil	58.577.357	637.168	4.012.739	2.067.412	508.130	1.503.817	382.256	351.992	1,09	6,85	3,53	0,87	2,57	0,65	0,60
Norte	4.117.158	163.497	781.006	286.642	138.831	222.473	84.956	78.360	3,97	18,97	6,96	3,37	5,40	2,06	1,90
Nordeste	15.330.845	373.215	2.631.393	1.499.540	320.197	1.131.562	263.314	246.384	2,43	17,16	9,78	2,09	7,38	1,72	1,61
Sudeste	25.725.205	54.448	355.574	155.493	23.337	90.269	17.100	14.427	0,21	1,38	0,60	0,09	0,35	0,07	0,06
Sul	9.058.464	30.190	117.277	88.913	17.203	36.348	10.733	7.416	0,33	1,29	0,98	0,19	0,40	0,12	0,08
Centro-Oeste	4.345.685	15.818	127.489	36.824	8.562	23.165	6.153	5.405	0,36	2,93	0,85	0,20	0,53	0,14	0,12
Maranhão	1.700.756	96.732	523.936	332.278	90.463	260.630	81.505	76.131	5,69	30,81	19,54	5,32	15,3	4,79	4,48
Piauí	896.431	67.153	243.490	233.116	59.509	183.983	55.687	53.503	7,49	27,16	26,00	6,64	20,5	6,21	5,97
Ceará	2.392.684	24.204	335.382	186.700	21.722	124.405	18.508	17.489	1,01	14,02	7,80	0,91	5,20	0,77	0,73
Rio Grande do Norte	922.298	3.914	93.444	28.865	3.425	18.100	489	489	0,42	10,13	3,13	0,37	1,96	0,05	0,05
Paraíba	1.079.143	7.028	171.657	51.193	5.522	40.152	4.016	4.016	0,65	15,91	4,74	0,51	3,72	0,37	0,37
Pernambuco	2.571.180	12.897	401.742	159.785	11.059	124.758	6.082	6.082	0,50	15,62	6,21	0,43	4,85	0,24	0,24
Alagoas	873.849	8.036	187.525	91.623	7.501	73.945	7.500	6.965	0,92	21,46	10,48	0,86	8,46	0,86	0,80
Sergipe	594.953	3.740	57.793	16.999	2.720	14.619	680	680	0,63	9,71	2,86	0,46	2,46	0,11	0,11
Bahia	4.299.551	149.511	616.424	398.981	118.276	290.970	88.847	81.029	3,48	14,34	9,28	2,75	6,77	2,07	1,88

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

ANEXO 2 - Domicílios urbanos com privações em alguns componentes relacionados à habitação
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009

	Total Domicílios Urbanos	Valores Absolutos							Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
		Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB	Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB
Brasil	49.852.876	74.274	1.304.957	525.535	40.681	255.258	28.299	24.842	0,15	2,62	1,05	0,08	0,51	0,06	0,05
Norte	3.239.158	8.545	365.148	99.915	5.982	61.173	3.820	3.144	0,26	11,27	3,08	0,18	1,89	0,12	0,10
Nordeste	11.410.268	34.747	674.594	303.953	23.574	158.793	16.395	15.339	0,30	5,91	2,66	0,21	1,39	0,14	0,13
Sudeste	23.855.404	17.535	155.821	61.083	4.327	13.288	2.018	1.549	0,07	0,65	0,26	0,02	0,06	0,01	0,01
Sul	7.574.746	9.050	48.699	42.368	4.781	14.492	3.960	3.099	0,12	0,64	0,56	0,06	0,19	0,05	0,04
Centro-Oeste	3.773.300	4.397	60.695	18.216	2.017	7.512	2.106	1.711	0,12	1,61	0,48	0,05	0,20	0,06	0,05
Maranhão	1.220.710	2.687	183.597	89.561	2.687	47.467	2.687	2.687	0,22	15,04	7,34	0,22	3,89	0,22	0,22
Piauí	566.134	6.006	52.956	42.037	4.914	28.935	3.822	3.276	1,06	9,35	7,43	0,87	5,11	0,68	0,58
Ceará	1.890.298	5.698	112.178	48.637	3.725	24.575	2.772	2.262	0,30	5,93	2,57	0,20	1,30	0,15	0,12
Rio Grande do Norte	704.087	978	24.950	6.362	489	2.447	-	-	0,14	3,54	0,90	0,07	0,35	0,00	0,00
Paraíba	845.245	3.012	30.618	11.545	2.008	5.020	1.506	1.506	0,36	3,62	1,37	0,24	0,59	0,18	0,18
Pernambuco	2.076.867	2.944	109.329	26.408	1.659	11.775	-	-	0,14	5,26	1,27	0,08	0,57	0,00	0,00
Alagoas	604.342	2.142	49.827	13.393	2.142	8.037	2.142	2.142	0,35	8,24	2,22	0,35	1,33	0,35	0,35
Sergipe	492.967	1.700	17.678	4.080	1.020	2.720	340	340	0,34	3,59	0,83	0,21	0,55	0,07	0,07
Bahia	3.009.618	9.580	93.461	61.930	4.930	27.817	3.126	3.126	0,32	3,11	2,06	0,16	0,92	0,10	0,10

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

ANEXO 3 - Domicílios rurais com privações em alguns componentes relacionados à habitação
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009

	Valores Absolutos								Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
	Total Domicílios Rurais	Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB	Energia (E)	Água (A)	Banheiro (B)	EA	AB	EB	EAB
Brasil	8.724.481	562.894	2.707.782	1.541.877	467.449	1.248.559	353.957	327.150	6,45	31,04	17,67	5,36	14,31	4,06	3,75
Norte	878.000	154.952	415.858	186.727	132.849	161.300	81.136	75.216	17,65	47,36	21,27	15,13	18,37	9,24	8,57
Nordeste	3.920.577	338.468	1.956.799	1.195.587	296.623	972.769	246.919	231.045	8,63	49,91	30,50	7,57	24,81	6,30	5,89
Sudeste	1.869.801	36.913	199.753	94.410	19.010	76.981	15.082	12.878	1,97	10,68	5,05	1,02	4,12	0,81	0,69
Sul	1.483.718	21.140	68.578	46.545	12.422	21.856	6.773	4.317	1,42	4,62	3,14	0,84	1,47	0,46	0,29
Centro-Oeste	572.385	11.421	66.794	18.608	6.545	15.653	4.047	3.694	2,00	11,67	3,25	1,14	2,73	0,71	0,65
Maranhão	480.046	94.045	340.339	242.717	87.776	213.163	78.818	73.444	19,59	70,90	50,56	18,28	44,40	16,42	15,30
Piauí	330.297	61.147	190.534	191.079	54.595	155.048	51.865	50.227	18,51	57,69	57,85	16,53	46,94	15,70	15,21
Ceará	502.386	18.506	223.204	138.063	17.997	99.830	15.736	15.227	3,68	44,43	27,48	3,58	19,87	3,13	3,03
Rio Grande do Norte	218.211	2.936	68.494	22.503	2.936	15.653	489	489	1,35	31,39	10,31	1,35	7,17	0,22	0,22
Paraíba	233.898	4.016	141.039	39.648	3.514	35.132	2.510	2.510	1,72	60,30	16,95	1,50	15,02	1,07	1,07
Pernambuco	494.313	9.953	292.413	133.377	9.400	112.983	6.082	6.082	2,01	59,16	26,98	1,90	22,86	1,23	1,23
Alagoas	269.507	5.894	137.698	78.230	5.359	65.908	5.358	4.823	2,19	51,09	29,03	1,99	24,46	1,99	1,79
Sergipe	101.986	2.040	40.115	12.919	1.700	11.899	340	340	2,00	39,33	12,67	1,67	11,67	0,33	0,33
Bahia	1.289.933	139.931	522.963	337.051	113.346	263.153	85.721	77.903	10,85	40,54	26,13	8,79	20,40	6,65	6,04

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

**ANEXO 4 - Domicílios com privações em alguns componentes relacionados a consumo de bens duráveis
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009**

	Valores Absolutos								Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
	Total Domicílios	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG
Brasil	58.577.357	580.935	2.533.887	3.861.527	263.142	1.377.934	406.702	233.025	0,99	4,33	6,59	0,45	2,35	0,69	0,40
Norte	4.117.158	72.267	379.780	578.026	41.054	260.952	53.825	36.233	1,76	9,22	14,04	1,00	6,34	1,31	0,88
Nordeste	15.330.845	330.513	1.145.258	2.371.560	171.280	844.272	258.099	158.416	2,16	7,47	15,47	1,12	5,51	1,68	1,03
Sudeste	25.725.205	107.400	540.930	576.036	27.632	158.545	56.235	20.346	0,42	2,10	2,24	0,11	0,62	0,22	0,08
Sul	9.058.464	33.039	279.641	172.199	9.716	61.881	16.329	6.991	0,36	3,09	1,90	0,11	0,68	0,18	0,08
Centro-Oeste	4.345.685	37.716	188.278	163.706	13.460	52.284	22.214	11.039	0,87	4,33	3,77	0,31	1,20	0,51	0,25
Maranhão	1.700.756	66.277	215.852	293.769	50.159	170.176	53.736	45.679	3,90	12,69	17,27	2,95	10,01	3,16	2,69
Piauí	896.431	9.827	127.206	164.326	7.098	95.541	7.097	6.552	1,10	14,19	18,33	0,79	10,66	0,79	0,73
Ceará	2.392.684	50.340	138.652	343.334	20.809	92.818	38.024	19.632	2,10	5,79	14,35	0,87	3,88	1,59	0,82
Rio Grande do Norte	922.298	14.193	35.715	81.225	8.319	21.041	12.725	8.319	1,54	3,87	8,81	0,90	2,28	1,38	0,90
Paraíba	1.079.143	16.564	39.654	139.542	7.027	28.109	10.541	6.525	1,53	3,67	12,93	0,65	2,60	0,98	0,60
Pernambuco	2.571.180	58.769	116.976	313.217	21.660	75.247	45.093	20.929	2,29	4,55	12,18	0,84	2,93	1,75	0,81
Alagoas	873.849	9.109	45.540	153.233	4.823	34.286	8.037	4.287	1,04	5,21	17,54	0,55	3,92	0,92	0,49
Sergipe	594.953	7.140	23.458	58.814	3.400	18.018	6.120	3.400	1,20	3,94	9,89	0,57	3,03	1,03	0,57
Bahia	4.299.551	98.294	402.205	824.100	47.985	309.036	76.726	43.093	2,29	9,35	19,17	1,12	7,19	1,78	1,00

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

ANEXO 5 - Domicílios urbanos com privações em alguns componentes relacionados a consumo de bens duráveis
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009

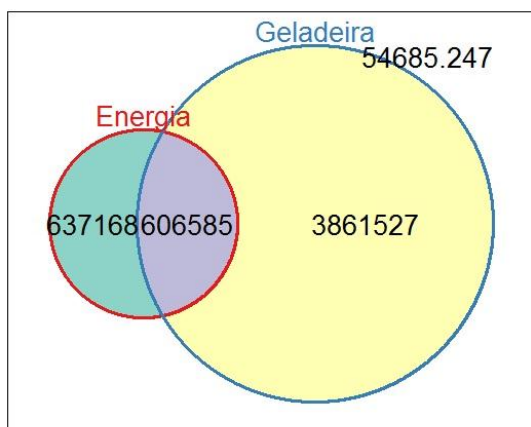
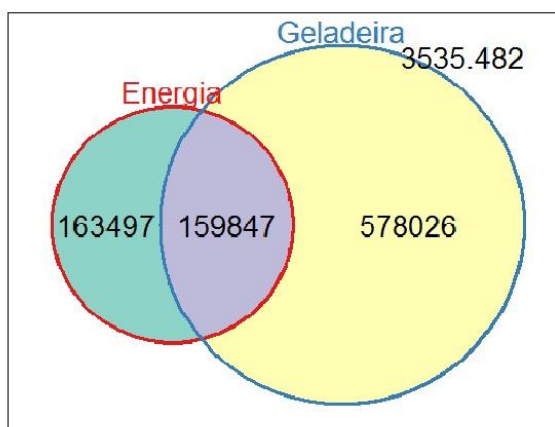
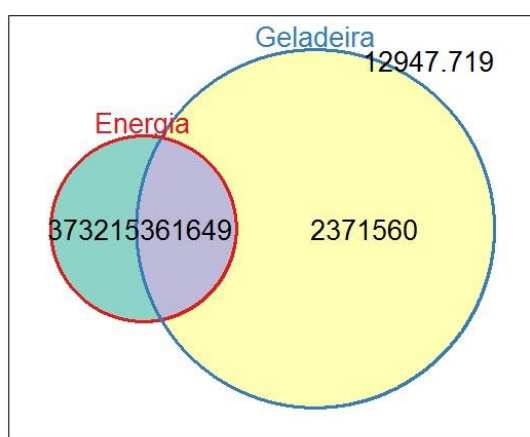
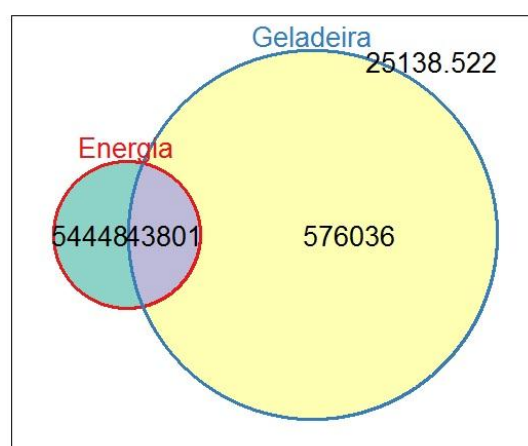
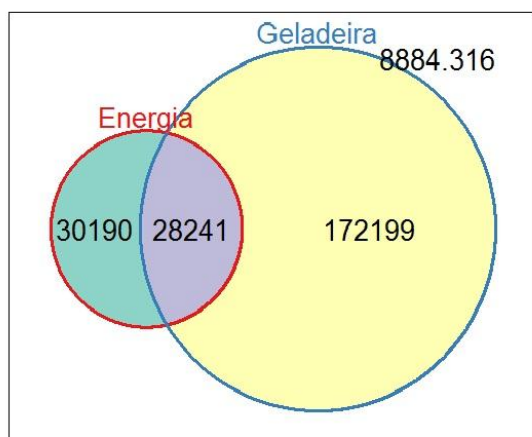
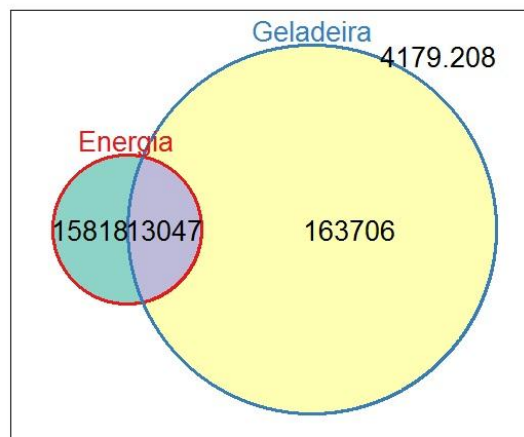
	Valores Absolutos								Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
	Total Domicílios Urbanos	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG
Brasil	49.852.876	344.091	1.222.237	1.943.239	113.475	419.141	222.195	98.305	0,69	2,45	3,90	0,23	0,84	0,45	0,20
Norte	3.239.158	34.874	137.144	224.281	12.473	56.542	22.740	10.566	1,08	4,23	6,92	0,39	1,75	0,70	0,33
Nordeste	11.410.268	160.528	397.182	1.123.601	67.145	233.538	123.130	61.365	1,41	3,48	9,85	0,59	2,05	1,08	0,54
Sudeste	23.855.404	92.972	380.368	382.629	18.941	73.077	47.722	15.222	0,39	1,59	1,60	0,08	0,31	0,20	0,06
Sul	7.574.746	26.841	181.309	110.093	6.553	29.534	11.792	4.462	0,35	2,39	1,45	0,09	0,39	0,16	0,06
Centro-Oeste	3.773.300	28.876	126.234	102.635	8.363	26.450	16.811	6.690	0,77	3,35	2,72	0,22	0,70	0,45	0,18
Maranhão	1.220.710	15.224	45.684	94.941	7.166	25.977	9.850	5.374	1,25	3,74	7,78	0,59	2,13	0,81	0,44
Piauí	566.134	6.006	24.566	46.402	4.368	13.102	3.822	3.822	1,06	4,34	8,20	0,77	2,31	0,68	0,68
Ceará	1.890.298	40.431	75.842	221.271	14.469	48.445	29.135	13.802	2,14	4,01	11,71	0,77	2,56	1,54	0,73
Rio Grande do Norte	704.087	8.321	19.572	46.486	4.895	10.277	7.343	4.895	1,18	2,78	6,60	0,70	1,46	1,04	0,70
Paraíba	845.245	9.035	26.101	93.866	3.514	16.564	6.526	3.514	1,07	3,09	11,11	0,42	1,96	0,77	0,42
Pernambuco	2.076.867	27.382	57.631	185.189	9.251	30.279	21.934	8.520	1,32	2,77	8,92	0,45	1,46	1,06	0,41
Alagoas	604.342	4.823	17.140	66.967	2.143	11.245	4.287	2.143	0,80	2,84	11,08	0,35	1,86	0,71	0,35
Sergipe	492.967	5.100	10.199	32.296	1.700	6.459	4.080	1.700	1,03	2,07	6,55	0,34	1,31	0,83	0,34
Bahia	3.009.618	44.206	120.447	336.183	19.639	71.190	36.153	17.595	1,47	4,00	11,17	0,65	2,37	1,20	0,58

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

ANEXO 6 - Domicílios rurais com privações em alguns componentes relacionados a consumo de bens duráveis
– Brasil, Macrorregiões e Estados do Nordeste – 2009

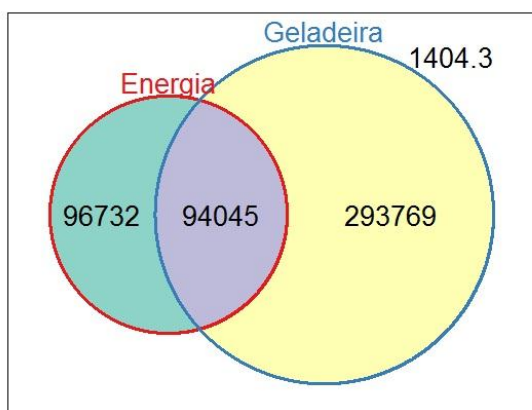
	Valores Absolutos								Percentual com relação ao total de domicílios (%)						
	Total Domicílios Rurais	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG	Fogão (F)	Televisão (T)	Geladeira (G)	FT	TG	FG	FTG
Brasil	8.724.481	236.844	1.311.650	1.918.288	149.667	958.793	184.507	134.720	2,71	15,03	21,99	1,72	10,99	2,11	1,54
Norte	878.000	37.393	242.636	353.745	28.581	204.410	31.085	25.667	4,26	27,64	40,29	3,26	23,28	3,54	2,92
Nordeste	3.920.577	169.985	748.076	1.247.959	104.135	610.734	134.969	97.051	4,34	19,08	31,83	2,66	15,58	3,44	2,48
Sudeste	1.869.801	14.428	160.562	193.407	8.691	85.468	8.513	5.124	0,77	8,59	10,34	0,46	4,57	0,46	0,27
Sul	1.483.718	6.198	98.332	62.106	3.163	32.347	4.537	2.529	0,42	6,63	4,19	0,21	2,18	0,31	0,17
Centro-Oeste	572.385	8.840	62.044	61.071	5.097	25.834	5.403	4.349	1,54	10,84	10,67	0,89	4,51	0,94	0,76
Maranhão	480.046	51.053	170.168	198.828	42.993	144.199	43.886	40.305	10,64	35,45	41,42	8,96	30,04	9,14	8,40
Piauí	330.297	3.821	102.640	117.924	2.730	82.439	3.275	2.730	1,16	31,08	35,70	0,83	24,96	0,99	0,83
Ceará	502.386	9.909	62.810	122.063	6.340	44.373	8.889	5.830	1,97	12,50	24,30	1,26	8,83	1,77	1,16
Rio Grande do Norte	218.211	5.872	16.143	34.739	3.424	10.764	5.382	3.424	2,69	7,40	15,92	1,57	4,93	2,47	1,57
Paraíba	233.898	7.529	13.553	45.676	3.513	11.545	4.015	3.011	3,22	5,79	19,53	1,50	4,94	1,72	1,29
Pernambuco	494.313	31.387	59.345	128.028	12.409	44.968	23.159	12.409	6,35	12,01	25,90	2,51	9,10	4,69	2,51
Alagoas	269.507	4.286	28.400	86.266	2.680	23.041	3.750	2.144	1,59	10,54	32,01	0,99	8,55	1,39	0,80
Sergipe	101.986	2.040	13.259	26.518	1.700	11.559	2.040	1.700	2,00	13,00	26,00	1,67	11,33	2,00	1,67
Bahia	1.289.933	54.088	281.758	487.917	28.346	237.846	40.573	25.498	4,19	21,84	37,82	2,20	18,44	3,15	1,98

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD – 2009.

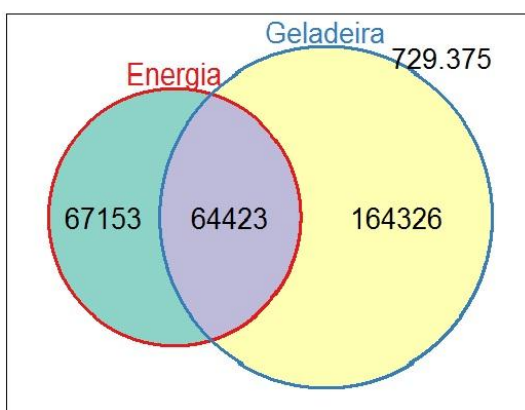
**A. Brasil****B. Norte****C. Nordeste****D. Sudeste****E. Sul****F. Centro-Oeste**

**ANEXO 7 - Total de domicílios sem acesso à geladeira e energia elétrica
– Brasil e Macrorregiões – 2009**

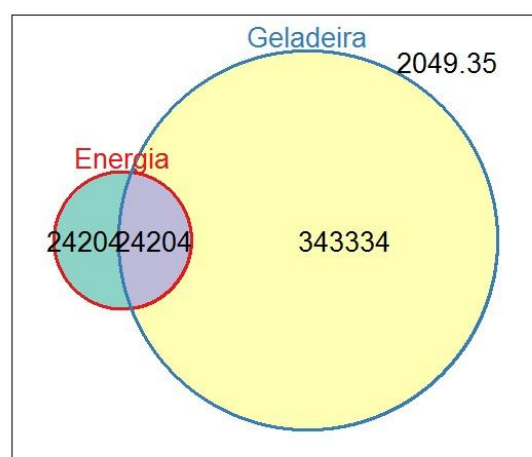
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.



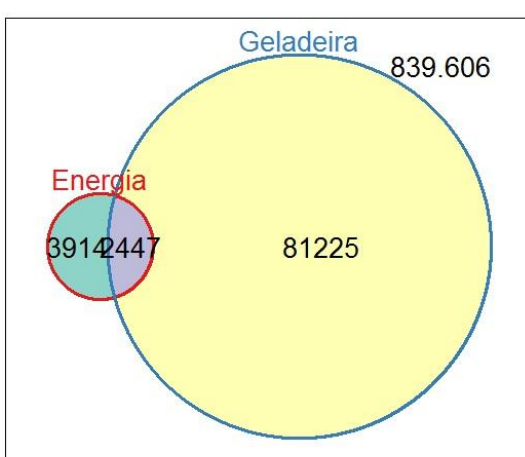
A. Maranhão



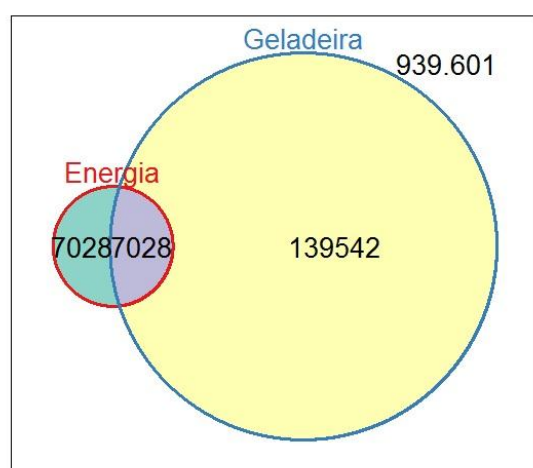
B. Piauí



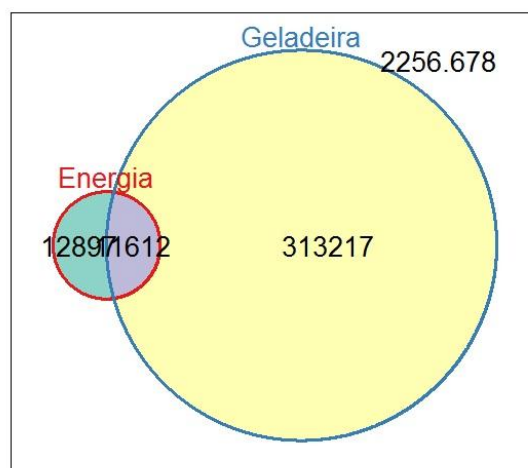
C. Ceará



D. Rio Grande do Norte



E. Paraíba



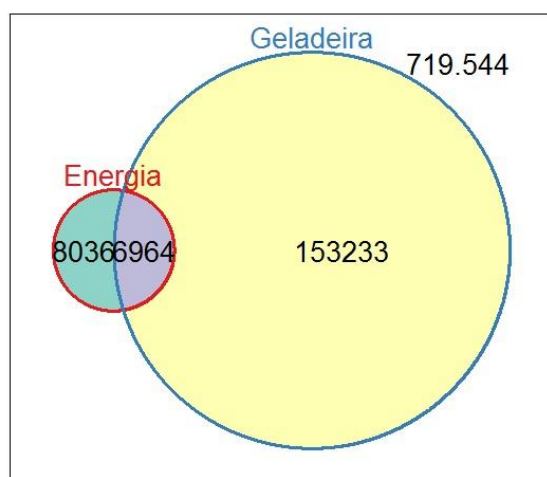
F. Pernambuco

ANEXO 8 - Total de domicílios sem acesso à geladeira e energia elétrica Estados do Nordeste – 2009

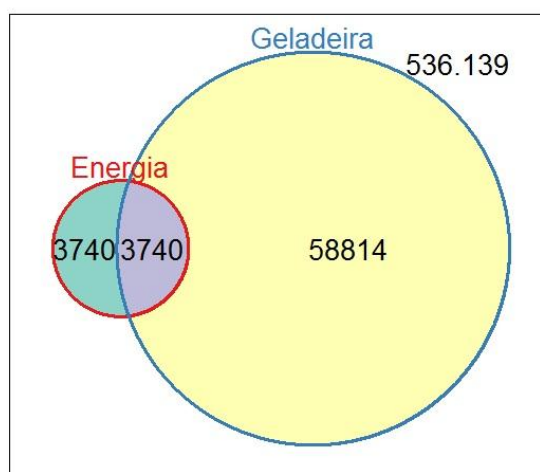
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua

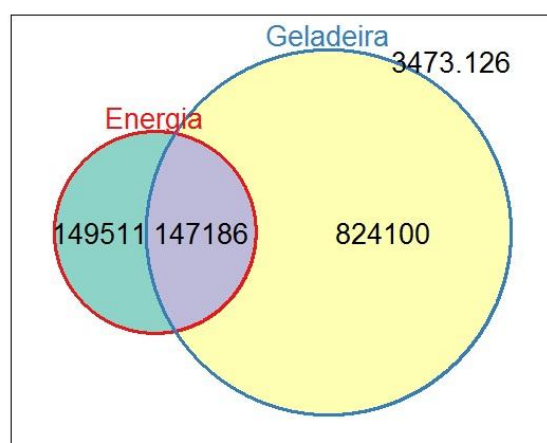
Continuação – ANEXO 8



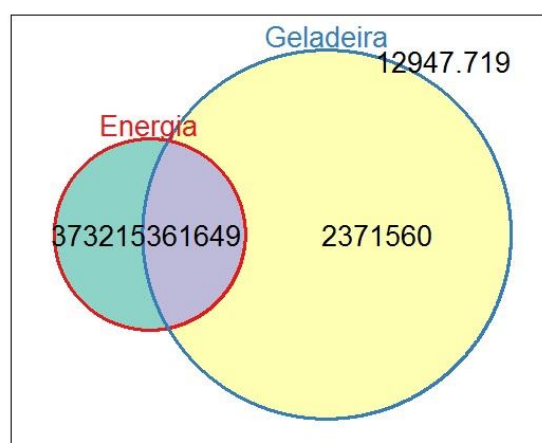
G. Alagoas



H. Sergipe



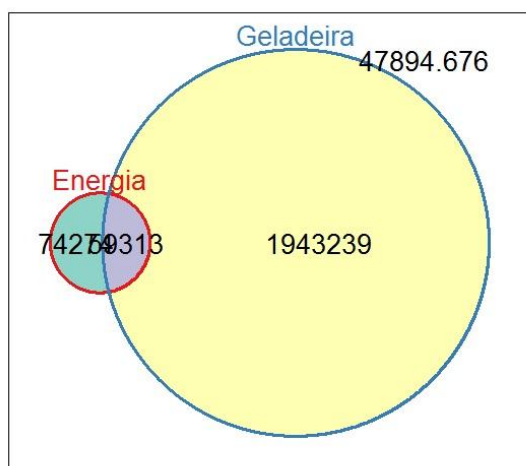
I. Bahia



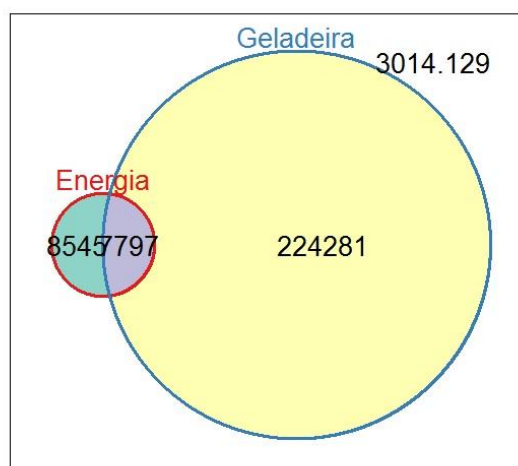
J. Nordeste

Total de domicílios sem acesso à geladeira e energia elétrica
Estados do Nordeste – 2009

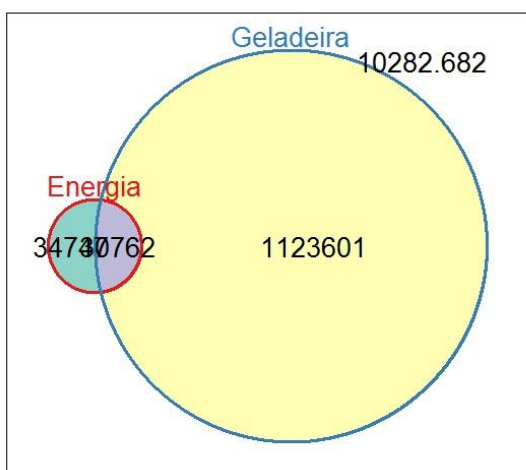
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.



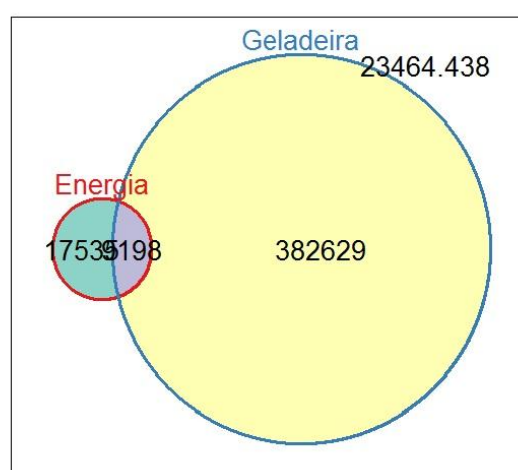
A. Brasil



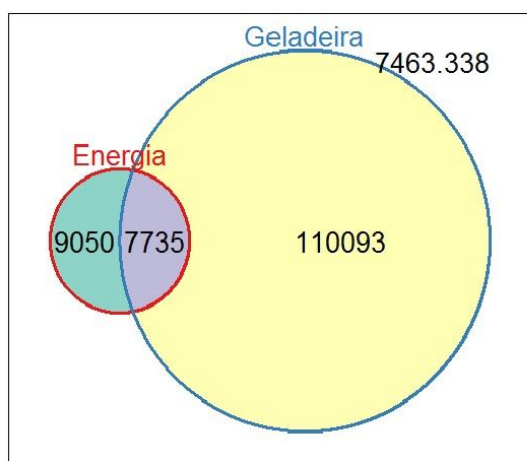
B. Norte



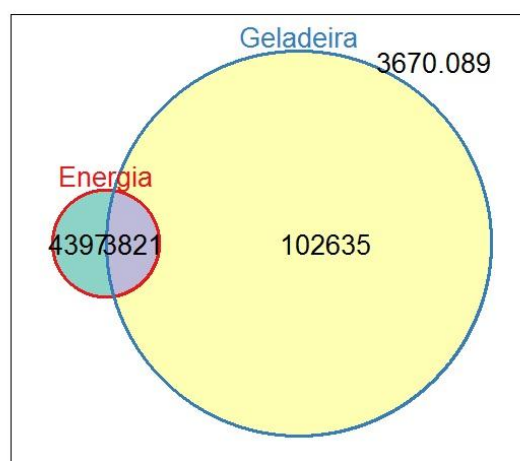
C. Nordeste



D. Sudeste



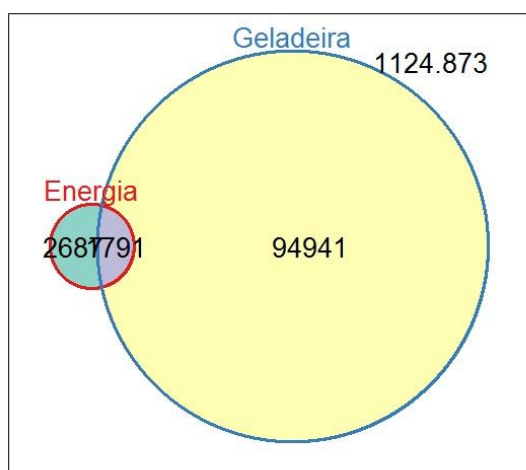
E. Sul



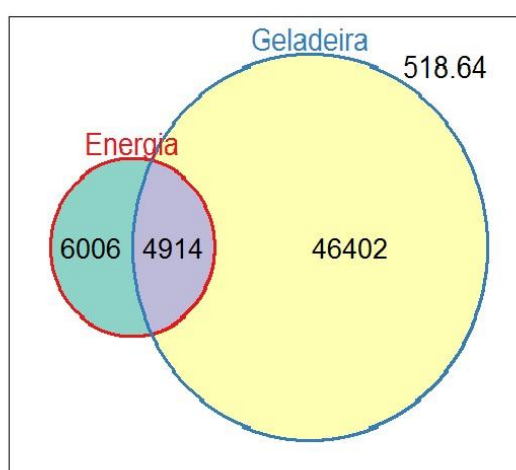
F. Centro-Oeste

**ANEXO 9 - Total de domicílios urbanos sem acesso à geladeira e energia elétrica –
Brasil e Macrorregiões – 2009**

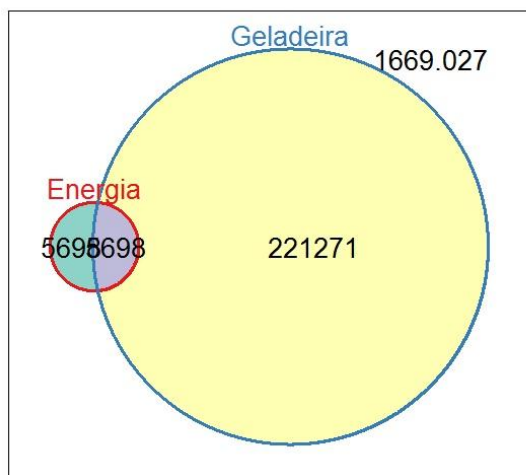
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.



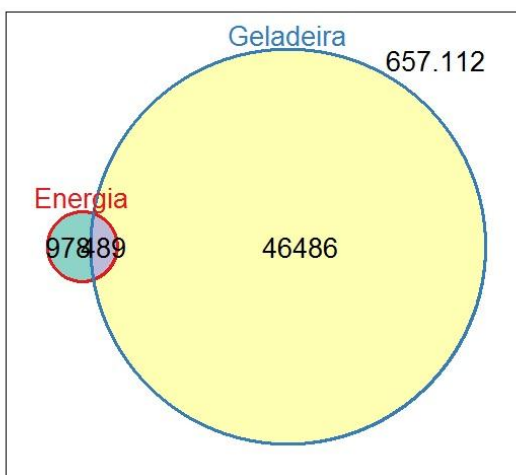
A. Maranhão



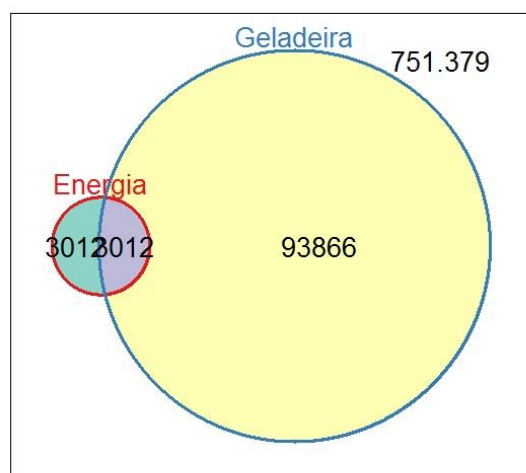
B. Piauí



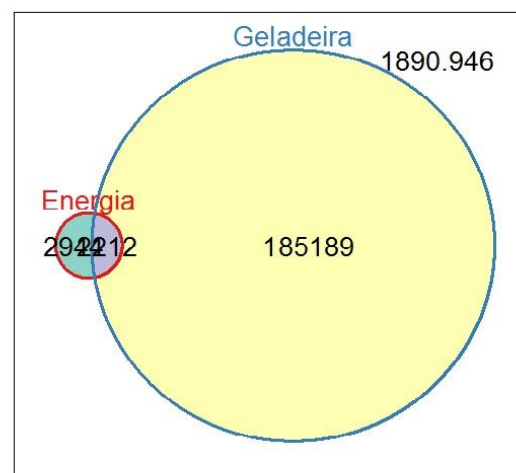
C. Ceará



D. Rio Grande do Norte



E. Paraíba



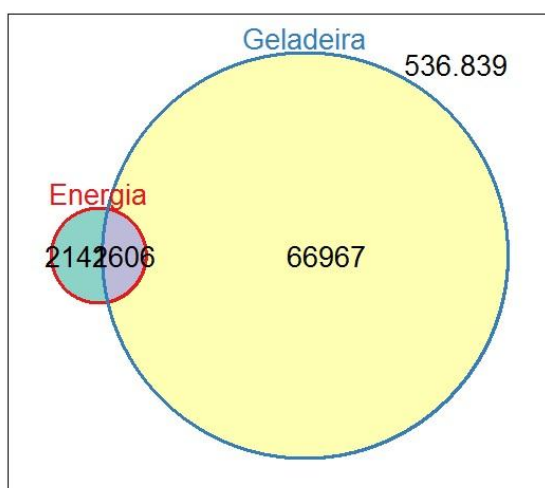
F. Pernambuco

**ANEXO 10 - Total de domicílios urbanos sem acesso à geladeira e energia elétrica –
Brasil e Macrorregiões – 2009**

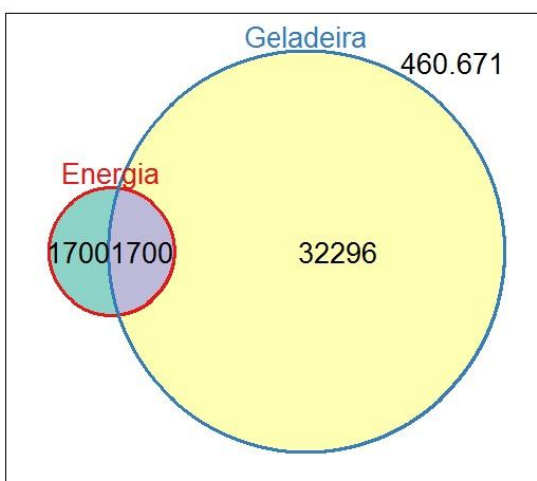
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

Continua

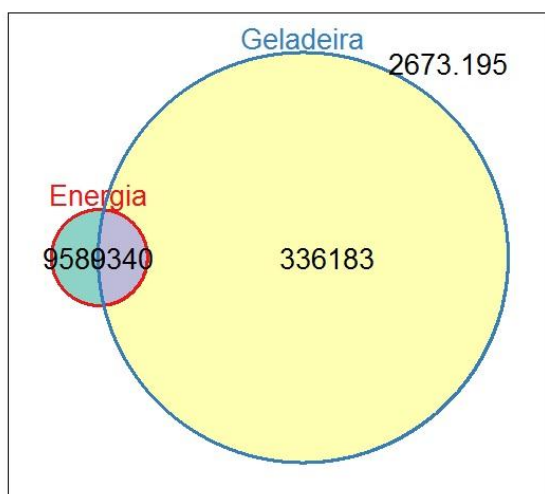
Continuação – ANEXO 10



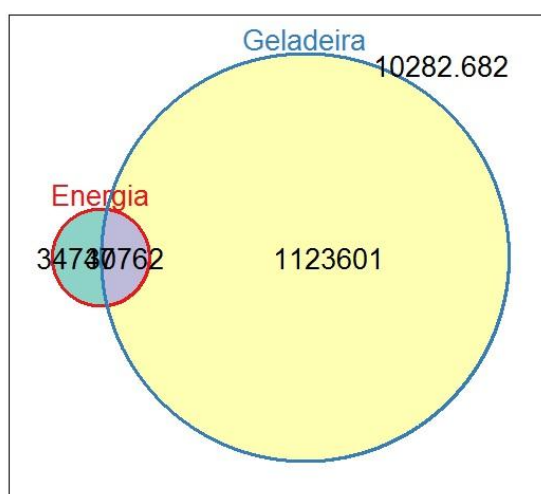
G. Alagoas



H. Sergipe



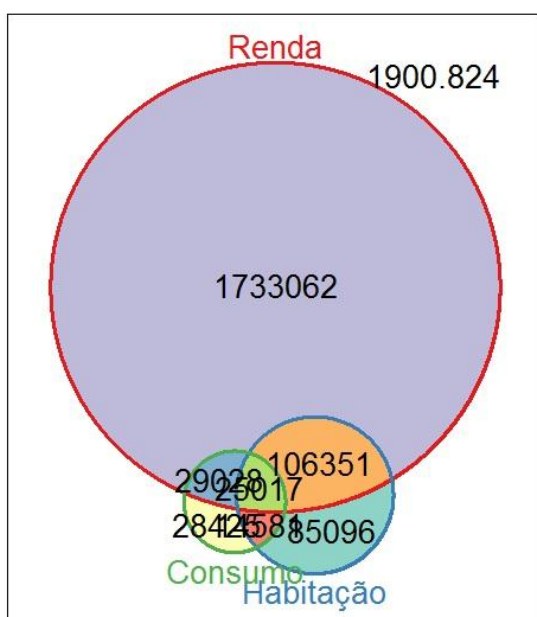
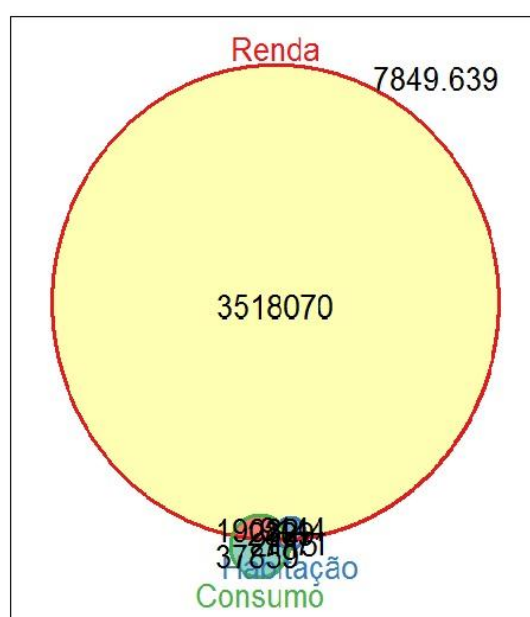
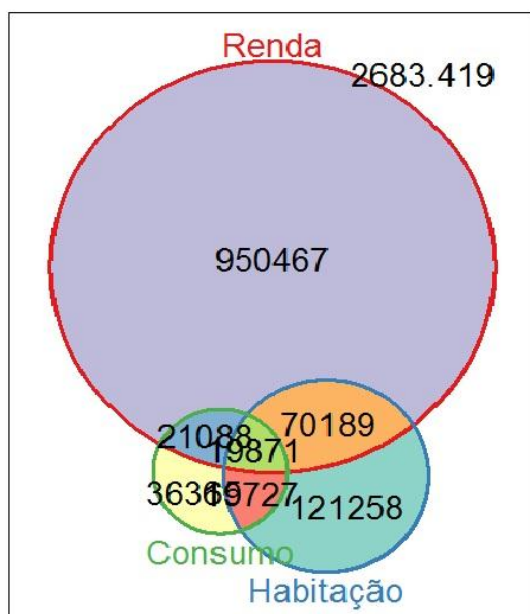
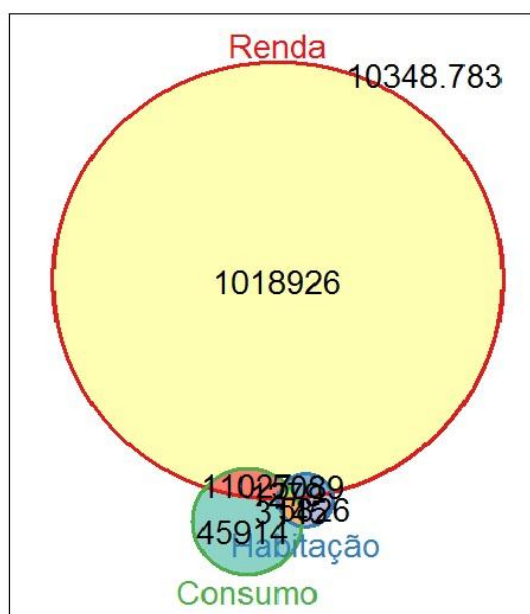
I. Bahia



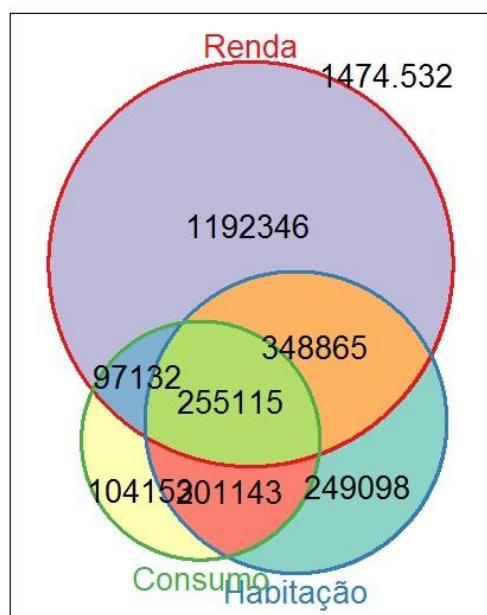
J. Nordeste

**Total de domicílios urbanos sem acesso à geladeira e energia elétrica –
Brasil e Macrorregiões – 2009**

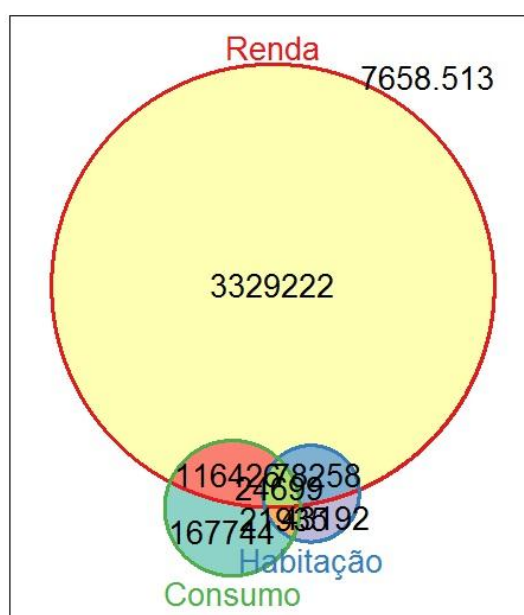
Fonte: Elaboração própria. Dados da PNAD – 2009.

**Pobres Nordeste Rural****Pobres Nordeste Urbano****Indigentes Nordeste Rural****Indigentes Nordeste Urbano****ANEXO 11 - Pobre/Indigente - TIPO 1**

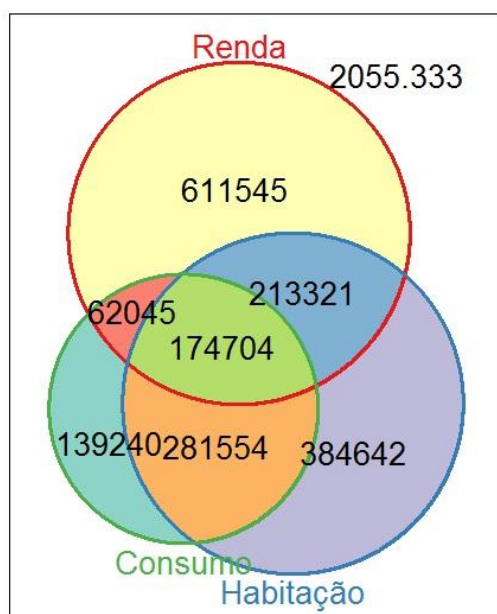
Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD 2009.



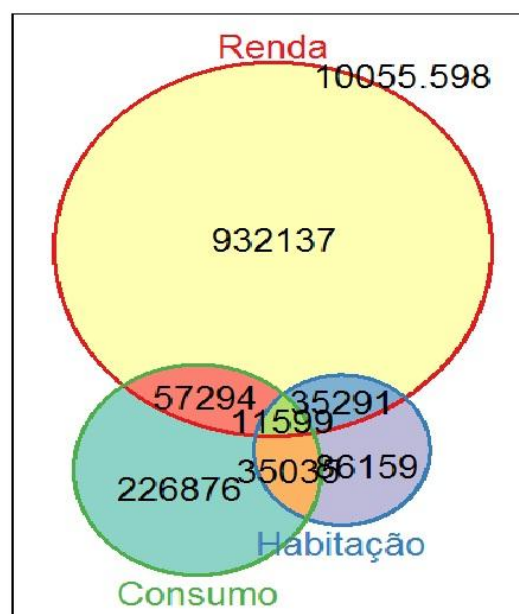
Pobres Nordeste Rural



Pobres Nordeste Urbano



Indigentes Nordeste Rural



Indigentes Nordeste Urbano

ANEXO 12 - Pobre/Indigente - TIPO 2

Fonte: Elaboração Própria. Dados da PNAD 2009.